

A liturgia psicossociológica

MANUEL TAVARES DA SILVA

* *NOTA: O extenso texto que publicamos em «Antologia» é a primeira versão de um original inédito que no projecto de Manuel Tavares da Silva deveria ser futuramente dado a público sob a forma de livro. O autor morreu sem que esta versão fosse revista, como certamente seria sua intenção. Aqui a apresentamos sem alterações. Limitámo-nos a completar algumas das notas de pé-de-página que Manuel Tavares da Silva deixara em branco, aguardando uma quebra nos seus múltiplos afazeres para proceder à tarefa de preencher essa lacunas. As notas que foram por nós completadas resumem-se a referências bibliográficas relacionadas com o texto e figuram entre parentesis rectos: [...]. Nunca teremos a certeza de que fossem realmente essas as obras que Manuel Tavares da Silva citaria, e portanto o nosso trabalho assume um cariz mais do que falível, apenas nos baseando em referências dos mesmos autores que Tavares da Silva utilizara neste mesmo texto e noutros textos por si publicados.*

LUIS SOCZKA

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Introdução | 265 |
| 1. A mudança e a mitologia moderna | 267 |
| — Mudança individual | |
| — Mudança grupal | |
| — Mudança organizacional | |
| — A globalidade organizacional | |
| — As vias da mudança organizacional | |
| — A mudança em geral | |
| — Mitologia do homem moderno | |
| — Elementos característicos do «homem moderno» | |
| — Primeira conclusão | |
| 2. K. Lewin, J. L. Moreno e G. Lapassade | 276 |
| — A causalidade histórica e a causalidade sistemática | |
| — «O homem é uma criança por tanto tempo quanto viver» | |
| — J. L. Moreno e a catarse | |
| — G. Lapassade e a libertação de energia | |
| — Segunda conclusão | |
| 3. Dialéctica primordial da psicossociologia | 287 |
| — Este conceito de psicossociologia não é uma novidade | |
| — Uma quase crítica da psicologia social | |
| — A psicossociologia e as premissas filosóficas | |
| — A psicossociologia e o existencialismo | |
| — O acto psicossociológico | |
| — Terceira conclusão | |
| 4. A prática psicossociológica | 296 |
| — A teoria e a prática | |
| — Os problemas básicos da intervenção | |
| — Defesas sociais | |
| — A teoria dos sistemas | |
| — Pontos críticos do acto psicossociológico | |
| — Quarta conclusão | |
| 5. Os métodos de intervenção | 301 |
| — Antes da descrição sumária de métodos | |
| — Descrição sumária de alguns métodos | |
| — Quinta conclusão | |
| 6. Sociodrama laboratorial | 308 |
| — Esboço histórico | |
| — O sociodrama e o laboratório organizacional | |
| — A crise | |
| — Sexta conclusão | |
| 7. Uma resolução | 313 |
| — Diagnóstico | |
| — «Ter ou não ter asas» | |
| — «Eu resolvo, tu resolves, ele resolve» | |
| — O interlocutor | |
| — Sétima conclusão | |
| 8. Hipótese duma sistemática da intervenção | 317 |
| — Uma sistemática | |
| — A intervenção | |
| — A intervenção analítica | |
| — A personalidade | |
| — A instituição— O grupo | |
| — Última conclusão | |

A liturgia psicossociológica

Para a Maria de forma muito especial; para todos os que colaboraram nas minhas experiências com um abraço agradecido.

«La terre, c'est la moitié de tout,
Enterré, c'est l'autre moitié,
Le surplace des étoiles,
Leur lendemain.»

Paul Éluard

«Order from noise»

Von Foerster

Introdução

$$M = (abd) > X$$

Esta introdução é, de certo modo, uma declaração de intenções resumida «a posteriori». Consequência do desejo de ser entendido.

O tema do meu interesse é a mudança; muito naturalmente, em função desse interesse, aparece a preocupação pela intervenção e a problemática da liturgia psicossociológica da intervenção.

Mais em concreto, o que procuro expressar neste meu trabalho é o processo interno, às vezes turtuoso, da minha reflexão sobre essa liturgia. Não é um trabalho que solucione as questões da intervenção, é mais um companheiro de reflexões sobre a intervenção.

Há, no entanto, um problema que acho importante clarificar logo de início. Diz respeito ao próprio objecto da intervenção. Como a mim aconteceu, e suponho que acontece a muitos, existe uma constante diferenciação confusa dos objectos da intervenção, suponho — estou mesmo convencido — que as diferenciações se tornam lógicas e possíveis (não confusas) se clarificarmos que *o objecto da intervenção é sempre um sistema. As diferenciações dizem respeito ao acto posterior de estudo do sistema em causa.* De qualquer modo, repito, o objecto da intervenção é sempre um sistema; seja esse sistema em concreto um indivíduo, um grupo ou uma organização.

Sendo assim, as duas grandes dimensões a diagnosticar e

que possibilitam a decisão da estratégia de intervenção, são a *apetência e a capacidade de mudança* verificáveis no sistema em causa.

Apetência no sentido do grau de energia motivacional e de atitude relativamente disponível para a mudança. Capacidade como possibilidades físicas, financeiras e/ou organizacionais de realizar a mudança.

O processo de intervenção, em termos sumários, é o promover a apetência suficiente; por acréscimo, fornecer a capacidade. De *qualquer modo, o ponto-chave da intervenção está na apetência.*

Por isso aponto em epígrafe a fórmula matemática⁽¹⁾ esclarecedora da apetência que me parece particularmente útil e elucidativa.

$$M = (abd) > x$$

onde M = mudança, a = nível de insatisfação relativamente à situação (realidade) existente, b = clareza da situação (objectivo) desejada, d = iniciativas tomadas no sentido de mudança e x = «custo» da mudança.

Por outras palavras, para que a mudança seja possível e se possa realizar é necessário:

- que exista suficiente insatisfação relativamente à realidade existente e comprovada;
- que exista uma concepção suficientemente esclarecida do quadro de valores e prioridades dominantes na situação desejada como pós-mudança;
- que tenham havido algumas tentativas práticas, alguns primeiros passos no sentido da mudança.

Um primeiro diagnóstico de um sistema onde estas condições não existem, ou existem mas não com força suficiente, fornece dados acerca dos pontos de aplicação da energia de intervenção.

Como é óbvio, as opções estratégicas de intervenção estão traduzidas por x = «custo» da mudança. O «custo»

(1) Fórmula de A. D. Little, desenvolvida por David Gleicher, de que encontrei referência em Richard Beckhar e, «Strategies for large systems change», *Sloan Management Review*, M.I.T., winter 1975, vol. 16, n.º 2.

da mudança é o somatório da «quantidade» de insatisfação relativamente ao presente que há que oferecer, da «quantidade» de esforços clarificadores do quadro de valores e prioridades desejadas que são necessários, da «quantidade» de iniciativas que há que promover.

Como é óbvio também, a opção metodológica e técnica da intervenção, a definição da estratégia de intervenção (objectivos imediatos, combinações metodológicas e construção técnica decorre do x. Garantida a capacidade de mudança, há que insistir.

Isto é, promover a mudança, intervir, é fazer com que

(abd) > X

Quando esta condição se verifica, a mudança existe.

O drama da intervenção está no (abd) a considerar no sistema e nos métodos e técnicas a utilizar para a realidade

de mudança consequência deste drama: o (abd) do próprio interventor e o seu lidar com as dimensões da fórmula no sistema que constitui ele próprio.

Como acho que a mudança é a dinâmica do viver, ficarei muito contente se a leitura do meu trabalho alterar o (abd) do leitor.

Pelo menos, a elaboração deste trabalho alterou o (abd) do sistema que eu sou.

Resta-me agradecer aos colegas que refiro ao longo do trabalho a sua colaboração nas minhas experiências, aos meus alunos o questionar continuo que me foi proibindo (felizmente) a tranquilidade do saber, a Maria Teixeira de Abreu a paciência com que me foi animando e a Ruth Sacadura o trabalho dactilográfico tão excelente e importante para um rever e ordenar final.

Não falo dos que me leram e discutiram comigo. É impossível agradecer tanto.

Lisboa, 29 de Novembro de 1979

1. A Mudança e a Mitologia Moderna

«A mudança foi sempre uma parte da condição humana.»

·MAX WAYS⁽¹⁾

«Psique» era uma linda princesa de quem Vênus tinha ciúmes. Cupido, filho de Vênus, apaixonou-se por «Psiquê»; Vênus pôs muitas dificuldades a esse amor. No entanto, «Psiquê» juntou-se a Cupido e ficou imortal.

«Socius», no latim, queria dizer companheiro.

«Logos», no grego, era uma forma combinada que significava palavra, pensamento, discurso, fala.

Não há dúvida que uma das preocupações centrais da psicossociologia é a *mudança*. Talvez preocupação confusa como a própria confusão linguística da origem do termo psicossociologia. Todavia, uma das preocupações centrais da psicossociologia é a *mudança*. Por isso, aliás, o meu interesse psicossociológico. A *mudança* é preocupação central minha.

(1) Max Ways: «The era of Radical Change», *Fortune*, May 1964.

Não me interessa definir *mudança*, a alteração na forma e/ou qualidade. Interessa-me a reflexão sobre a mudança.

O primeiro aspecto que me interessa sublinhar é o facto de que a mudança enfrenta o problema de um mundo tri-dimensional: a dimensão individual, a dimensão grupal e a dimensão organizacional. Uma dificuldade secular do estudo da mudança tem consistido na ignorância (ou esquecimento) desta tri-dimensionalidade; é frequente o olhar da mudança, só individual, só organizacional ou, mais complexa nos efeitos, só grupal.

Em concreto, o fenómeno da mudança lida com o entrelaçado das três dimensões. Daí também, não a impossibilidade do planeamento da mudança (relativamente a uma das dimensões), mas a dificuldade de previsão dos efeitos no campo total.

Está aqui também, aliás, a razão porque a psicossociologia se preocupa fundamentalmente com a mudança. É, simultaneamente, uma justificação do seu nome: o seu investir de atenção na tri-dimensionalidade; no individual (psicologia), no organizacional (sociologia) e no grupal com toda a sua ambivalência psico e sócio.

Pode-se esquematizar o mundo tridimensional que «reage» à mudança da seguinte maneira⁽²⁾:

(2) O esquema apontado é inspirado no de Gordon L. Lippitt a propósito do desenvolvimento individual, grupal e organizacional: do desenvolvimento dos recursos humanos, como o intitula Gordon L. Lippitt: *Visualizing change* NTL - Learning Resources Corporation, Fairfax, Virginia, 1973.



Interessa olhar um pouco mais em pormenor a mudança relativamente a cada uma destas dimensões.

MUDANÇA INDIVIDUAL

Talvez que o exemplo mais vulgar de tentativa de mudança individual seja o que encontramos nas múltiplas situações em que se procura «mudar» os conhecimentos, perícias, atitudes ou valores de uma outra pessoa. É o que verificamos diariamente ao nível da família, da escola, da clínica, etc. É a intenção nítida de mudança individual.

Em concreto, podemos resumir as formas de intervenção no sentido da mudança individual, em três tipos: o modelo *processual*, o modelo *psicodinâmico* e o modelo *behaviorista*.

No modelo *processual* o interventor (ou agente de mudança) é um facilitador; alguém que evita o fornecimento de informações e a arbitragem na resolução de conflitos, que utiliza as suas qualidades «profissionais» especializadas no *facilitar* dos esforços do *outro* com quem trabalha. Como é óbvio, neste contexto, é extremamente importante a empatia, o calor não possessivo e a autenticidade do comportamento do interventor.

Como exemplo que está longe de ser único, temos a intervenção característica na chamada *educação moderna*: desejo e intenção de conseguir mudança individual e modelo *processual* de actuação. O mesmo na prática *psicanalítica*.

O modelo *psicodinâmico* baseia-se no presumir que existem certas situações de mudança que podem ser abordadas

através dum processo orientado pelo «insight». Simultaneamente, a situação poderá beneficiar dos procedimentos condicionantes ou de reforço que encontramos no modelo *behaviorista*. Também a *facilitação* é eventualmente utilizada. De certo modo, trata-se dum combinação do modelo *processual* e do modelo *behaviorista* pela integração no respectivo «insight».

É o modelo de intervenção no sentido da mudança individual que poderemos considerar mais vulgar no tempo e no espaço.

O modelo *behaviorista* é baseado na teoria do reforço: todo o acto comportamental que recebe uma recompensa tende a ocorrer mais frequentemente do que os actos comportamentais que não recebem recompensa. O interventor (ou agente de mudança) que assume este modelo, analisará o problema situacional e tentará determinar quais os elementos que servem como recompensa, promovendo assim a ocorrência dos comportamentos-chave relacionados com o objectivo de mudança. Este modelo implica maior responsabilidade por parte do interventor do que os outros modelos no que diz respeito aos resultados obtidos.

Em qualquer das três hipóteses alguns factos existem que condicionam o objectivo de mudança individual possibilitando (e exigindo) o planeamento desses objectivos:

- O objectivo tem de ser de acordo com as dimensões grupais e organizacionais; ou criação de dimensões grupais e organizacionais (o «internamento» é o limite externo) de acordo com a dimensão individual ou objectivo da mudança individual.
- Os padrões ou constelação de forças do «campo psicológico»⁽³⁾ são o nível do objectivo da intervenção; esses objectivos são condicionados pelas áreas de sobreposição das outras dimensões e, sendo assim, as alterações nas outras dimensões ou são *proibições* ou *alterações planeadas* com exigências de *estaticidade*.

Concluindo, ao falarmos de mudança individual falamos, em termos na minha opinião mais correctos, de *ajustamentos* ou *condicionamento*. Continuando a fugir a uma definição de mudança, prefiro não considerar mudança esta «mudança».

MUDANÇA GRUPAL

Não há dúvida que o pequeno grupo é uma parte essencial do processo contínuo de socialização; é uma das mais fortes fontes de valores humanos e atitudes, é uma fonte importante das pressões que compelem à conformidade com certos valores e atitudes.

Todavia, antes de reflectirmos sobre a mudança grupal convém que tentemos esclarecer o próprio conceito de grupo. São vários os conceitos de grupo que recuso:

- O *pensamento de grupo* — conceito relacionado com tribos, cultos e ordens religiosas, em que se pressupõe que as pessoas em grupo formam uma nova entidade

⁽³⁾ Ver a «teoria de campo» de Kurt Lewin.

que tem um pensamento próprio, um pensamento com implicações místicas.

- b. *A teoria do rebanho* — conceito baseado nas ideias de Darwin relativamente à criatura gregária que é o homem; supõe que o grupo é a modalidade de «rebanho» do ser humano: congregação instintiva de uns com os outros para viver de forma menos afectada pela individualidade.
- c. *O pensamento da multidão* — conceito em que o grupo se confunde com multidão (massa); teoria que começa a aparecer nos fins do século XIX em que o comportamento das pessoas em grupo é considerado de ordem inferior ao comportamento individual: o indivíduo perde as suas melhores faculdades e actua mais irresponsavelmente e de modo anti-social.
- d. *A teoria da família* — conceito desenvolvido a partir da sociologia e da psicanálise primitiva que considera os grupos como réplicas do grupo básico que é a família.
- e. *O grupo como agregado de indivíduos* — conceito muito influenciado pela sociologia primitiva que considera o grupo como uma mera soma dos indivíduos que o constituem.
- f. *O grupo como uma máquina* — conceito construído há cerca de sessenta anos, quando dos primeiros estudos de «human engineering»: considera que o grupo pode ser olhado como uma máquina complexa em que as necessidades emocionais e psicológicas são excluídas ou ignoradas.

Seria possível continuar a descrição-resumo dos conceitos de grupo conseguinte da própria imprecisão e ambiguidade daquilo que é o grupo. A própria origem histórico-semântica do termo⁽⁴⁾ nos leva a compreender a existência de todos estes conceitos; mas não à sua aceitação.

Clovis Shepard⁽⁵⁾ prefere, em vez de definir grupo, caracterizar o fenómeno que significa o grupo. Para isso, apresenta quatro características que concordo serem básicas:

- a. É um tipo de fenómeno social que é mais organizado e mais duradouro que um mero encontro e menos organizado e menos duradouro que uma organização formal.
- b. Um grupo de duas ou três pessoas possui características devido ao seu tamanho que se modificam rapidamente, com tendência ao desaparecer, à medida que o grupo cresce em número de membros.

(4) O termo *grupo* (assim como os equivalentes em francês, inglês, alemão, etc.) deriva do italiano «gruppo», «gropo» (provavelmente de origem teutónica) que, por volta do século XV, se usava com o significado arquitectónico de conjunto de coisas formando uma unidade separada. Com o decorrer dos séculos o termo foi ganhando outros significados. Por exemplo: biológico, conjunto de animais ou plantas classificadas como tendo uma relação natural uns com os outros; químico, conjunto de átomos formando parte de uma molécula; etnológico, uma divisão classificativa menos inclusiva do que um ramo; geológico, uma divisão de rochas compreendendo as formadas durante uma era; etc.

(5) Clovis Shepard: *Small groups: some sociological Perspectives*, Scranton, Chandler Publishing Co., 1964.

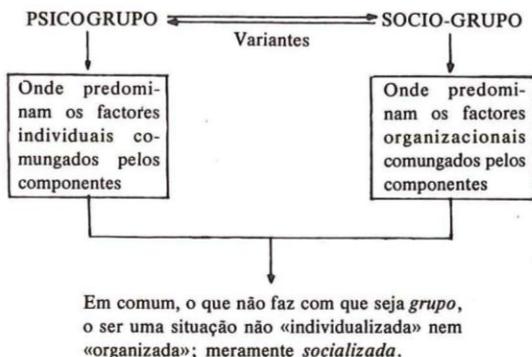
- c. Um grupo quando cresce atinge um limite superior em que, para subsistir, tem de estabelecer regras formais e regulamentos que o tornam semelhante e transformam numa organização formal.
- d. Os membros de um grupo possuem algumas coisas em comum para onde a atenção é dirigida; à medida que o grupo cresce diminui o número de coisas possuídas em comum.

Tudo isto faz com que o «grupo» seja um fenómeno cuja imprecisão seja uma fonte de riqueza de atributos e de dificuldades, justifique pela largura de âmbito a psicossociologia, seja muito utilizado como via de mudança, embora ilusório na sua mudança, seja o instrumento óptimo de todas as liturgias.

Em concreto, ao falarmos de grupo, falamos duma fenomenologia carregada de inúmeras variantes; nessas inúmeras variantes estão, não só a causa das muitas tentativas que se encontram de definir como grupo uma das modalidades de grupo como, também, as razões que levam à multiplicidade de utilização e à preferência crescente como meio de mudança individual, de mudança organizacional e de mudança propriamente dita.

A mudança grupal é, em si mesma, uma mudança ilusória, uma mudança-fuga às exigências da mudança desejada. Só tem sentido como meio de mudança.

Esquematisando, podemos explicitar assim todas as variantes do grupo:



Nesta variância está a grande riqueza instrumental do grupo.

MUDANÇA ORGANIZACIONAL

Uma organização acho que deve ser considerada como um sistema de troca de energia: existe um *input* de energia do ambiente e uma actividade interna padronizada da organização que transforma essa energia em *output* que, por seu lado provoca um novo *input* de energia.

A mudança organizacional, a mudança do sistema que é a organização, é teoricamente realizável. Mudança organizacional é a alteração da sua «actividade interna padronizada». Nenhum obstáculo se lhe pode pôr teoricamente.

Convém, no entanto, reflectir um pouco sobre a organização.

A GLOBALIDADE ORGANIZACIONAL

Parece-me conveniente começar por propôr, por uma questão de facilidade de expressão, uma definição útil (a título provisório) de *organização*: considere-se a organização como a *situação dum conjunto de pessoas interdependentes quanto aos objectivos que justificam a sua pertença grupal ou institucional*. Esta definição (provisória, repito) põe-nos imediatamente o dilema *partes-versus-todo* do estudo dessa situação.

A organização é demasiado complexa para ser estudada na sua globalidade. Todavia, o seu estudo, através das partes específicas não é satisfatório: para se compreender verdadeiramente as partes é necessário olhá-las em relação ao todo de que são parte e em relação umas com as outras.

Uma das maneiras de mitigar este dilema é estudando apenas os seus factores estratégicos (isto é, aqueles que têm maior importância no determinar ou revelar a realidade da organização); Kurt Lewin dá-nos o exemplo na sua metodologia⁽⁶⁾. Aliás não é nada de novo ou espantoso. Todas as ciências que lidam com organismos complexos seguem um esquema de aproximação semelhante: abandono da tradicional aproximação mecanicista ou atomista à custa do ênfase dado ao organismo como um todo. É a orientação claramente discernível na psicologia gestaltica, na teoria de campo da física, na teoria dos sistemas e nas teorias organizacionais da personalidade.

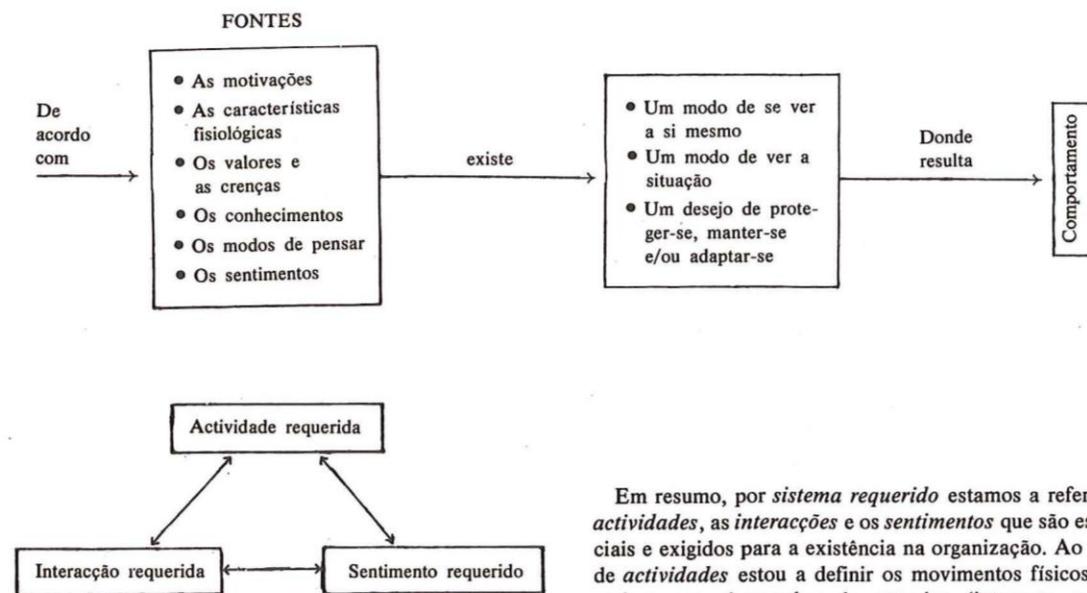
É claro que esta aproximação tem as suas fraquezas. Talvez que o maior problema inerente a essa aproximação seja o de termos de aceitar um conceito de relatividade que é tremendamente complexo e que, mesmo quando seguido em toda a sua logicidade, deixa um terreno pouco firme onde assentar. O absoluto deixa de existir e os acontecimentos têm muitas vezes que ser explicados em função de outros aspectos da situação.

Voltando atrás, definimos, a título provisório e utilitário, que uma organização é a situação de um conjunto de pessoas interdependentes quanto aos objectivos que justificam a sua pertença grupal ou institucional:

Mesmo sem nenhuma intenção behaviorista, é óbvio e forçoso que consideremos o comportamento individual que torna real essa situação. Ora esse *comportamento individual* é regido por *dois sistemas*; melhor, e a resultante da dialéctica entre dois sistemas orientadores do comportamento individual: o *sistema pessoal* e o *sistema requerido* organizacionalmente.

Olhemos, sem aprofundar em pormenor (porque não é no momento necessário), cada um desses sistemas. Previamente convém esclarecer que utilizo o termo *sistema* no seu significado válido para as diferentes ciências: conjunto de objectos, relações entre objectos e atributos implicados.

O *sistema pessoal* é relativamente simples na sua complexidade de relação:



No que diz respeito ao *sistema requerido* organizacionalmente, podemos aprofundar um pouco mais:

(6) Voltaremos a referir e aprofundar este aspecto.

Em resumo, por *sistema requerido* estamos a referir as *actividades*, as *interacções* e os *sentimentos* que são essenciais e exigidos para a existência na organização. Ao falar de *actividades* estou a definir os movimentos físicos que podem ser observados do exterior (interessa a sua natureza, — o tipo de actividade, — a sua similaridade, — pontos comuns entre diferentes actividades, — e o seu «output», — consequência dessa actividade). Ao falar das *interacções* estou a definir a estimulação e resposta mútua das pessoas participantes da situação organizacional (interessa a sua frequência, duração e ordem de

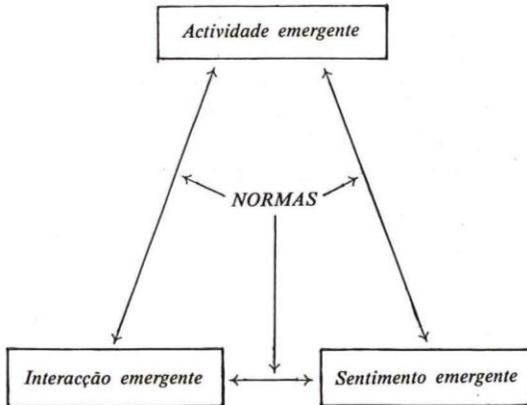
realização). Ao falar dos *sentimentos* estou a definir as atitudes, tendências e reacções existentes dentro das pessoas (têm de ser inferidas das actividades e interessa a sua intensidade e grau de convicção).

É deliberadamente que utilizamos o termo *sistema requerido*: queremos dizer que a presença (e é já participação a presença) de um indivíduo numa organização (grupo) exige deste (indivíduo) as actividades, interacções e sentimentos *requeridos*; melhor, requer do indivíduo o não ultrapassar determinados limites de actividade, interacção e sentimento. Sempre que estes limites são ultrapassados, logo toda a organização toma medidas punitivas que vão desde a correcção até à expulsão.

À organização importa apenas o comportamento requerido e dentro daqueles limites. Sem dúvida que a organização tem o desejo de que esse comportamento corresponda o mais autenticamente possível às fontes existentes no sistema pessoal; no entanto, essa autenticidade é secundária em relação ao respeito pelos limites requeridos.

Por outro lado, esses limites requeridos não são explícitos na situação organizacional grupo. Isto é, a coincidência entre os sistema requerido e sistema pessoal é suficientemente forte para não tornar necessária aquela explicitação. Daí a tendência a institucionalizar a organização propriamente dita (não grupo), ou seja, a criar o inconsciente colectivo de que as *normas* da organização são a perspectiva real. Dos limites requeridos de actividade, interacção e sentimento emergem as actividades, interacção e sentimentos «obrigatórios»; *normalizados*.

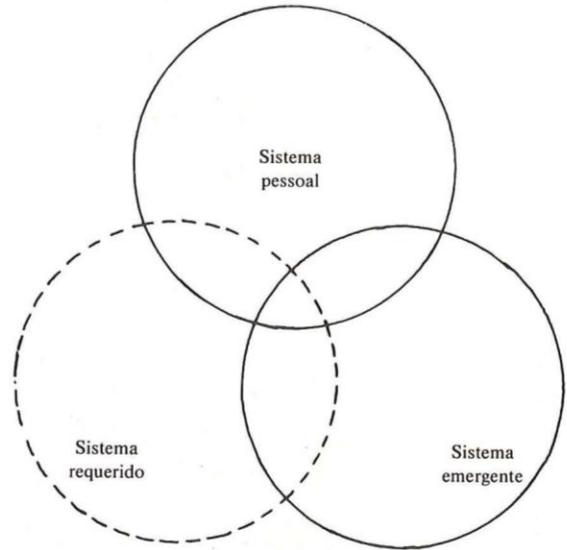
É o sistema emergente:



Falo aqui de inconsciente colectivo porque, embora as normas do sistema emergente possam ser conscientemente conhecidas, a sua justificação e cumprimento, ao nível individual baseia-se num «modo-de-se-ver-a-si-mesmo», num «modo-de-ver-a-situação» e num «desejo-de-se-proteger,-de-se-manter-e/ou-de-se-adaptar» determinado colectivamente e que não considera as fontes de comportamento do sistema pessoal.

Em resumo, o indivíduo encontra-se socialmente localizado num *sistema pessoal*, num ou mais *sistemas requeridos*, num ou mais *sistemas emergentes* e, relativamente a qualquer dos sistemas, condicionado por factores externos e factores internos.

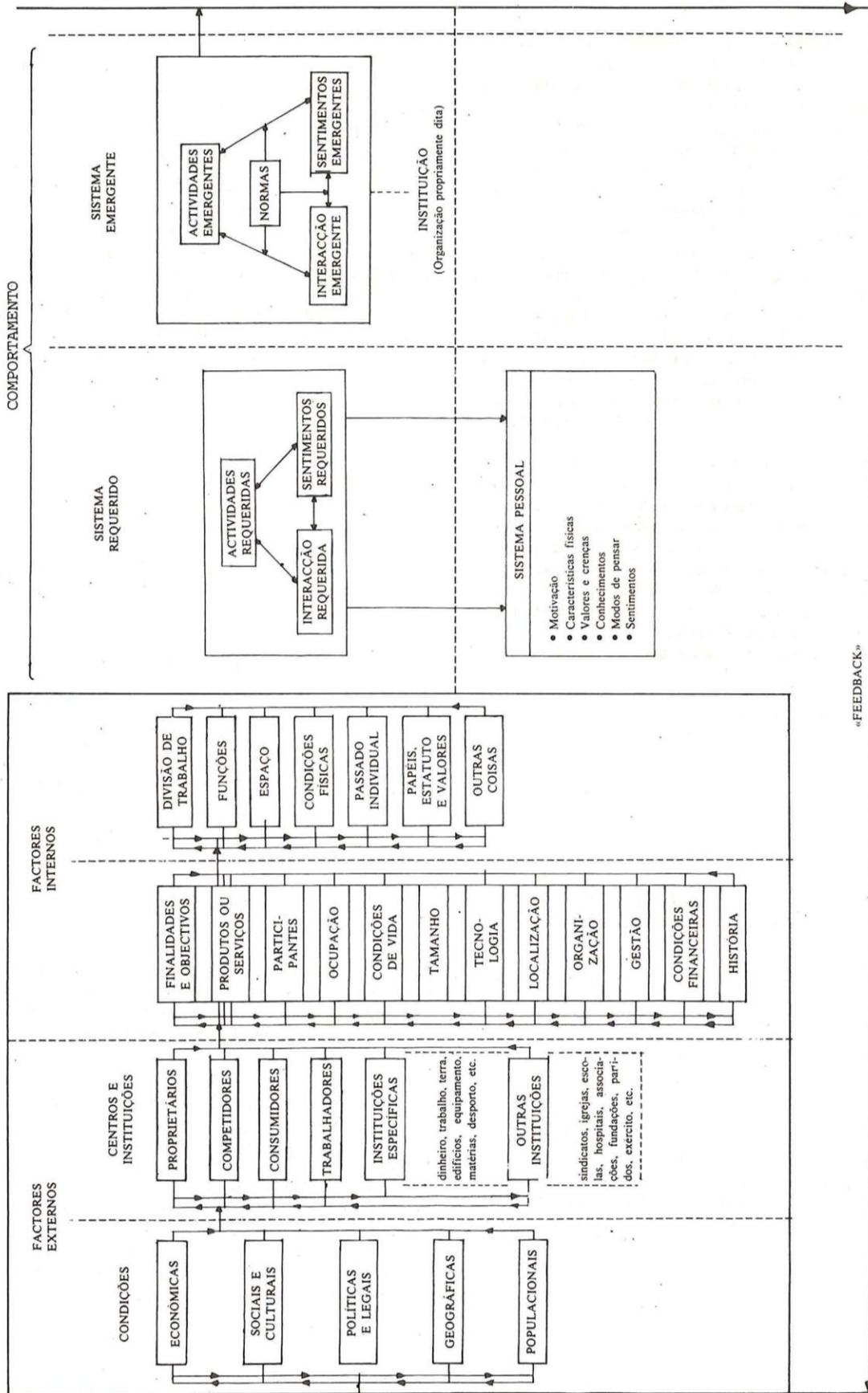
O mundo tri-dimensional que temos referido pode traduzir-se com mais precisão da seguinte maneira:



Por outro lado, a dimensão organização explicita-se nas suas características e dificuldades. O quadro junto («Localização do sistema emergente») descreve sumariamente as circunstâncias dessa dimensão.

Em concreto temos:

— Quanto aos *factores externos* à organização em causa, as *condições* económicas, sociais e culturais, políticas e legais, geográficas e populacionais que caracterizam a sociedade onde se localiza a organização. Sem dúvida que estas condições, que são os factores externos, se podem alterar ou ser alterados: mas essas alterações são *sempre e só* possíveis através do «feedback» dos sistemas emergentes. Por outro lado, como é óbvio, condicionam os sistemas pessoal, requerido e emergente



«FEEDBACK»

LOCALIZAÇÃO DO SISTEMA EMERGENTE

a uma liturgia que trava a dinâmica daquele todo, daquela dialéctica, daquela realidade existencial.

Encontramos assim três modos litúrgicos de estratégia de mudança organizacional; as suas resultantes tenderão a ser, forçosamente, uma consolidação predominante da não-mudança, um dificultar ou deformar a própria dinâmica de evolução.

Primeiro Modo: A intervenção ao nível do sistema pessoal que consiste na alteração dos critérios que decidam o «modo-de-se-ver-a-si-mesmo», o «modo-de-ver-a-situação» e o «desejo-de-proteger-se,-manter-se-e/ou-adaptar-se». Como consequência, as técnicas ou esquemas de intervenção vão-se centrar nas fontes de comportamento.

| ESQUEMAS DE INTERVENÇÃO | ZONA DE ACTUAÇÃO PREDOMINANTE |
|-------------------------|--------------------------------|
| Pedagogia | conhecimentos, modos de pensar |
| Andragogia | conhecimentos, modos de pensar |
| Didáctica | conhecimentos |
| Psicoterapia | sentimentos, modos de pensar |
| Fisioterapia | características fisiológicas |
| Manipulação | motivações |
| Educação | valores, crenças, motivações |
| Proselitismo | valores, crenças |
| etc. | |

Segundo Modo: A intervenção ao nível do sistema requerido que consiste na confusão do meio de mudança que pode ser a dimensão grupal com o objecto de mudança. Mais grave ainda, este modo «utiliza» as modernas teorias da organização destruindo o seu conteúdo positivo.

As seis categorias de teorias da organização que Pugh⁽⁷⁾ considera sofrem, em consequência, adesões litúrgicas:

- *Teorias de «management».* (Incluem Fayol, Drucker e Wilfred Brown que tentam descrever a sua experiência de gestão e, a partir daí, desenvolvem teorias e medidas para uma mais efectiva gestão e organização.)
- *Teorias estruturais.* (Existem nesta área os trabalhos de Weber, Selznick, Burns e Stalker, que descrevem a relação entre a estrutura organizacional e actividades como a atribuição de tarefas, exercício de autoridade, coordenação das várias funções, etc.)
- *Teorias de grupo.* (Incluem Mayo, Lewin, Lippitt e Likert, que se preocupam com a influência do grupo informal imediato na motivação e comportamento.)
- *Teorias individualistas.* (Os contributos mais importantes para esta área são de March, Simon, Herzberg e Kelly, que se centraram na

tomada de decisões, motivação e «constructos» pessoais, além de problemas como a selecção, formação, aconselhamento e enriquecimento de funções.)

- *Teorias tecnológicas.* (Área que se concentra no conceito de «tecnologia da manufacturação» e que é vista como um factor vital da organização. Os teóricos principais desta área são Taylor, Woodward, Trist, Miller e Rice; o último usa o conceito de sistemas «sócio-técnicos».)
- *Teorias económicas.* (Desde que Alfred Marshall, em 1890, desenvolveu uma teoria económica sobre a empresa, são muitos os que olham a organização dum ponto de vista económico e, lateralmente, matemático. Cyert, March e Mains são exemplos.)

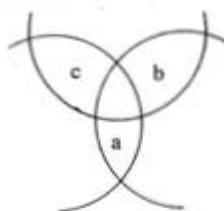
Terceiro Modo: A aparente intervenção directamente ao nível do sistema emergente, isto é, directamente ao nível das normas e, portanto, de forma abstracta (ideologia, religião, etc.), que acaba por se traduzir em concreto ao nível do proselitismo do primeiro modo.

A MUDANÇA EM GERAL

Se aprofundarmos as tentativas de mudança do nosso tempo verificamos que, na prática, se tentam também as acções na zona de coincidência do fenómeno mudança. Mas talvez, e infelizmente, nas zonas de coincidência de

⁽⁷⁾D. S. Pugh: «Modern Organization Theory», *Psychological Bulletin*, 66 (4), 1966.

apenas duas dimensões:

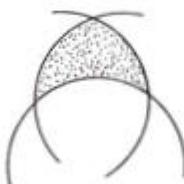


a mudança individual-grupal (a), a mudança individual-organizacional (b) e a mudança grupal-organizacional (c).

Em termos de efectividade tendem a ser mais nítidas, visíveis, patentes; todavia sofrem frequentemente duma patologia mutacional: A mudança individual-grupal exprime-se patologicamente na organização (crises, conflitos, des-organização); a mudança individual-organizacional faz sentir na dimensão grupal o esquema de alienação relacional que exige; a mudança grupal-organizacional tem as suas consequências patogénicas ao nível do indivíduo.

No entanto, no tempo moderno, pelas vias da intervenção uni-dimensional ou bi-dimensional, a dinâmica da mudança está instituída e sofre as consequências da sua evolução.

Dai também que me preocupe fundamentalmente a mudança tri-dimensional (equilibrante, orgânica e de desenvolvimento).



Continuando a utilizar o esquema simbólico das três dimensões, trata-se duma pequena área, altamente complexa, imprecisa nas suas fronteiras mas essencial na perspectiva psicossociológica.

Relativamente ao nosso tempo tem de ser uma preocupação prioritária.

MITOLOGIA DO HOMEM MODERNO

A propósito do processo de crescimento económico, David C. McClelland⁽⁸⁾, e outros psicólogos, procuraram determinar o «virus mental», isto é, a maneira de pensar, que leva o indivíduo a comportar-se energeticamente e de determinada maneira:

Esse «virus mental» que foi descoberto recebeu o nome de *n-Ach* (abreviatura de «need of achievement»). Foi identificado como pensamento que tinha algo a ver com o

«fazer alguma coisa bem», ou «fazer melhor» do que estava a ser feito: mais eficientemente, mais rapidamente, com menos trabalho, com melhores resultados, melhor de acordo com o conceito e critério de melhor.

Esta questão tem muito a ver com a mudança: este «virus mental» (esta anti-mudança, poderia dizer) constitui em análise simbólica o centro da liturgia psicossociológica. Por outras palavras, o *n-Ach* é a ilusão de mudança; quando muito, a pseudo mudança uni-dimensional ou bi-dimensional que simula a mudança propriamente dita, a mudança tri-dimensional.

O *n-Ach* representa bem a «necessidade de conseqüimento» que os critérios mitológicos modernos possibilitam ser simulada.

Acho que existe uma mitologia moderna. A leitura e a análise da realidade actual tem-me convencido progressivamente desse facto. Mitologia subtil, escondida e sedutora. Mitologia que dificulta a mudança. Mitologia que me surge como óbvia nos elementos com que a «filosofia» actual do viver caracteriza o homem moderno.

ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO «HOMEM MODERNO»

Aproveito a descrição que um autor⁽⁹⁾ faz do que chama elementos característicos do «homem moderno» como exemplo da mitologia que refiro. É uma enumeração de nove elementos que comento rapidamente.

O primeiro elemento característico do «homem moderno» é logo bem explícito da mitologia que alicerça: considera-se o homem moderno como sempre pronto para novas experiências e aberto à inovação e à mudança. Esta afirmação é frequentemente repetida e apostologizada por muita gente. Todavia, são curiosos os conceitos de «nova experiência», de «inovação» e de «mudança» que são postos em acção. São negadores da realização da mudança através de cuidadosa precaução do encarar da sua tri-dimensionalidade. Por isso, as tecnologias uni-dimensionais, ou bi-dimensionais, de «nova experiência», de «inovação» e de «mudança» são entusiasticamente divulgadas e praticadas; por isso a sua desilusão é frequente; por isso a culpabilização através da declaração de falta de *n-Ach* (por outras palavras) é solução mitológica constante:

O segundo elemento característico do «homem moderno» é considerado como sendo o ter opinião e viver um grande número de problemas e de «coisas» que não dizem respeito apenas ao seu ambiente próximo. Esta realidade é levada até ao seu efeito máximo: o fazer de conta que a mudança individual é «inexistente», é *contrária* à mudança. Referindo o esquema que apresentei poderia dizer: tem opinião e vive a *globalidade* das três dimensões o que lhe impede consciencializar a reduzida zona comum.

Como terceiro elemento característico do «homem moderno» encontramos a importância do tempo. Esta impor-

⁽⁸⁾David C. McClelland: «The impulse of Modernization», in Myron Weiner (ed.): *Modernization: The Dynamics of Growth*, Voice of America Forum Lectures, Washington, 1966.

⁽⁹⁾Não me parece importante referir o autor. Basta referir que se encontra no livro *Modernization: The Dynamics of Growth* referido na nota anterior.

tância do tempo, a cada momento sublinhada e «frenetizada» ajuda a mitologia moderna por duas vias: é uma importância cronológica que obscurece, faz ignorar e impede a cainologia essencial à mudança, por um lado; por outro lado, sublinha o interesse no presente e no futuro que possibilita a sobrevivência do passado.

Quarto elemento característico do «homem moderno» está no acreditar no planejar e organizar como maneira de lidar com a vida. O planejar e organizar, por mais pretensões de risco que diga assumir, contraria a mudança: só se pode planejar e organizar à custa de dados do *existente*... a mudança implica o inexistente.

O quinto elemento característico do «homem moderno» é um daqueles que melhor traduz a dificuldade de mudança: o «homem moderno» gosta de eficácia e só é aceite se eficaz. O conceito de eficácia implica a não-mudança.

O sexto elemento característico do «homem moderno» reforça os anteriores: para o «homem moderno» tudo pode ser *calculado*. Por outras palavras, é uma condição de eficácia o planeamento e organização que podem ser feitos (premeditados) até ao pormenor.

O sétimo elemento característico do «homem moderno» consiste na preocupação e valorização da dignidade. Como é óbvio, a dignidade é avaliada em termos de adequação e adaptação à escala de valores existente.

O ter fé na ciência e na tecnologia é o oitavo elemento característico do «homem moderno». A fé sempre se traduz numa liturgia, implica a pré-definição do real, a receita, *o mudar para o conhecido antes de mudar*. É um factor decisivo e impulsionador da mitologia moderna.

Por último, é elemento característico do «homem moderno» a sua preocupação com a justiça distributiva. Desmistificando, poderia dizer: não é sua preocupação a mudança que possibilite a justiça de deixar de ser problema, mas sim, o *justificar* do existente distribuído melhor.

PRIMEIRA CONCLUSÃO

Não sei, nem me interessa, a justificação deste trabalho. Interessa-me apenas, para minha própria elucidação, concluir o que suponho serem as causas:

- a minha preocupação (desejo) com a mudança;
- a minha vontade de olhar lucidamente a minha integração na mitologia moderna;
- a decisão de tentar um meio sistemático de registo da reflexão denunciadora dos seus próprios vícios;
- o prazer da comunicação.

Pretendo ordenar as minhas reflexões a propósito da liturgia psicossociológica.

2. K. Lewin, J. L. Moreno e G. Lapassade

Como sou oficialmente um psicólogo, talvez devesse desculpar-me perante os sociólogos por ultrapassar as barreiras do meu campo.

K. LEWIN⁽¹⁾

O meu mundo tem necessidade de um profeta; eu sou esse profeta.

J. L. MORENO⁽²⁾

Tenho abordado este problema da implicação nas obras que estavam relativamente em ruptura com a minha produção académica: L'arpenteur, Le livre fou, de bordel andalou e, mais recentemente, Les chevaux du diable. Nestes livros, implico-me. Mas faço-o sobretudo ao nível da escrita; certamente que é mais difícil fazê-lo sistematicamente numa prática de intervenção. No entanto, se não o fazemos, faltamos ao objectivo essencial: a verdade.

G. LAPASSADE⁽³⁾

Podem parecer estranha esta correlação que começo por fazer entre K. Lewin⁽¹⁾, J. L. Moreno⁽²⁾ e G. Lapassade⁽⁶⁾. Até por que não a faço com intenções de descrição histórica nem em termos de paternidade científica que tenha adoptado: representam para mim no meu sentir, os três provocadores mais eficazes na minha busca de solução para os meus maiores problemas e preocupações. Funcionam com os reanimadores da minha procura, da investigação prática e teórica, dos trilhos da intervenção.

Em termos históricos descritivos da psicossociologia teria de começar por Elton Mayo⁽⁷⁾; em termos de paternidade científica enfrentaria as dificuldades do número excessivo de pais a que equivale a socialização no crescimento científico; em termos históricos propriamente ditos, como verificaremos, as personagens não são o essencial.

Interessa-me a intervenção na sua perspectiva global, no seu «gestalt» metodológico capaz de conglomerar as inúmeras maneiras tecnológicas. A teoria e a prática da escolha de instrumentos de intervenção, isto é, a metodologia, tem tendência ainda neste tempo a confundir-se com a teoria e prática da construção de instrumentos de intervenção, com a tecnologia. As dimensões do sujeito da intervenção — dimensões filogenética, sociogenética e ontogenética —, têm tendência a ser desigualmente condicionadas de modo a superar as exigências metodológicas e facilitando a ideologia da auto-suficiência das técnicas, dos rituais. O objecto da intervenção tem tendência a tornar-se secundário perante a visibilidade do efeito tecnológico; mesmo que este apenas reforce o sentimento de necessidade de intervenção. O meu problema e preocupação fundamen-

(1) K. Lewin: *Problemas de dinâmica de grupo*, Editora Cultrix, S. Paulo, 1973.

(2) J. L. Moreno: *Psychothérapie de groupe et psychodrame*, PUF, Paris, 1965.

(3) Georges Lapassade: *Socianalyse et potentiel humain*, Gauthier-Villars Editeur, Paris, 1975.

(4) Kurt Lewin nasceu na Prússia, em 1890. Professor de Filosofia na Universidade de Berlim, é obrigado pelos nazis a deixar a Alemanha, com a família, no prazo de vinte e quatro horas, sob pena de ser encarcerado num campo de concentração. Refugia-se em 1933 nos Estados Unidos. Ensina Psicologia em várias universidades americanas. Em 1945 cria, no Massachusetts Institute of Technology, o Research Center of Group Dynamics que, em 1948, se liga à Universidade de Michigan. Morreu em 1947.

(5) Jacob Levy Moreno nasceu em Bucareste em 1892. Fez os seus estudos de Medicina e de Psiquiatria em Viena. Depois de influenciado pelo freudismo, marxismo, filosofia alemã e bergsonismo, J. L. Moreno instala-se nos Estados Unidos em 1925. Encontra Zerka, com quem casa e se torna a sua principal colaboradora, em 1941. O artigo de Zerka T. Moreno em *Sociometry*, Vol. XII, N.ºs 1-3 (February-August), 1949, «History of the sociometric movement in

headlines», esquematiza a actividade de J. L. Moreno até 1949.

(6) Georges Lapassade nasceu em Arbus (Pirinéus Ocidentais) em 10 de Março de 1924. Das suas numerosas obras destacam-se: *L'entrée dans la vie. Essais sur l'inachèvement de l'homme, Clés pour la sociologie* (com René Lourau), *Recherches institutionnelles: 1. Groupes, organisations, institutions; 2. L'autogestion pédagogique; 3. L'analyseur et l'analyste; 4. Socianalyse et potentiel humain*. Professor em Vincennes, G. Lapassade esteve em Lisboa em 1977, tendo procurado «agitar» os psicossociólogos portugueses.

(7) Elton Mayo nasceu em Adelaide, na Austrália, em 1880. Depois de ter ensinado na Universidade de Queensland, emigrou para os Estados Unidos. O seu trabalho fundamental de investigação feito na Western Electric faz com que seja considerado o fundador da chamada psicologia industrial. Independentemente do seu erro metodológico caracterizado por um empirismo radical (desdém pela teoria e preocupação do integrar o trabalhador na empresa como se esta fosse a estrutura social ideal), Elton Mayo inicia a abordagem dialéctica indivíduo-sociedade, embora de modo deformado. Morreu em 1950.

tais em relação à intervenção está, exactamente, na sua metodologia.

K. Lewin, J. L. Moreno e G. Lapassade, tal como os sinto, parecem-me querer a resposta dos mesmos problemas; parecem-me sentir, de forma diferente mas equivalentemente explosiva, as mesmas angústias.

Talvez, por isso, a tese fundamental que G. Lapassade não deixa de desenvolver em todas as suas obras é a de que «a maturidade não passa de uma máscara»⁽⁸⁾.

Talvez, por isso, também, Ira A. Greenberg⁽⁹⁾ possa dizer:

«Porque o volátil, nascido em Viena, psiquiatra Dr. J. L. Moreno que paternalizou o psicodrama, é considerado excêntrico por alguns, carismático por outros, maior-do-que-a-vida por muitos, explosivamente espontâneo, contrário e controverso pela maioria, e um certo número dos seus contemporâneos tende a olhar-com-alarme o criado em função do criador.»

Talvez, por isso, finalmente, a personagem de importância capital na minha evolução, importância reconhecida positivamente por G. Lapassade e com um pouco de mau humor por J. L. Moreno, importância que não leva a venerar mas a aproveitar para progredir, por outras palavras K. Lewin⁽¹⁰⁾, diria: «a pesquisa que produza apenas livros não será o bastante».

Quer K. Lewin, como J. L. Moreno, como G. Lapassade, os três comungam plenamente da indispensabilidade do vivencial. Recorrendo outra vez a K. Lewin⁽¹¹⁾, «não há nada mais prático do que uma boa teoria». *Pessoalmente considero que a construção teórica se faz pela via prática; que o interesse da teoria está na sua expressão prática; que o elo essencial está na teoria.*

Mais ainda, talvez que as influências nítidas (ou proximidades), não servis ou obedientes, de S. Freud, F. Nietzsche e K. Marx⁽¹²⁾, entre muitos outros, me saibam a algo em comum: o enraizamento, mais herético do que

ortodoxo, de todos os problemas teóricos abordados por aqueles mas ao nível do vivido.

Aliás, duas observações (advertências?) me parece urgente fazer neste momento. A primeira diz respeito à distância que existe entre os escritos de K. Lewin, J. L. Moreno ou G. Lapassade e a sua actuação prática e concreta. A segunda refere-se à dificuldade sentida pessoalmente na coerência entre o que escrevo e o que realizo.

No que diz respeito a K. Lewin, se não bastasse o facto da sua preocupação em, com os seus discípulos, realizar uma investigação colectiva, haveria ainda a utilização das figuras geométricas e o empréstimo de conceitos da física que recheiam os seus escritos.

Quanto a J. L. Moreno, ele próprio exprime directamente essa diferença entre o escrito e o acto⁽¹³⁾:

«A realização ou completamento da criatividade no homem toma muitas formas. Entre elas existem duas categorias de criador particularmente importantes: 1) o devoto do verdadeiro perfeito; 2) o devoto do verdadeiro imperfeito, o amante da espontaneidade. O devoto do verdadeiro perfeito defende o manter como o maior valor e é céptico relativamente à espontaneidade. (...) O criador de improviso, pelo contrário, é devotado da experimentação sob todas as formas — religiosa, terapêutica, científica. É o improvisador na arte, ciência e religião. Mais do que escrever livros e formular sistemas gosta de actuar e criar. Enquanto que o *verdadeiro perfeito* é amado por uma elite, o improvisador é amado pela multidão. É o profundo contraste entre o aristocrata e o líder do povo.»

G. Lapassade, como tive oportunidade de o verificar ao atuarmos em conjunto e depois de o ter já lido, é retratado

(8) Tal como o refere Jean-Michel Palmier, Novembro de 1971, na introdução «Portrait d'un outsider» a Georges Lapassade: *L'entrée dans la vie. Essais sur l'inachèvement de l'homme*, Union Générale d'éditions, Paris, 1972.

(9) Da Introdução à «Part I. The Creator and the Created», da obra Ira A. Greenberg (Ed): *Psychodrama. Theory and Therapy*, Behavioral Publications, New York, 1974.

(10) K. Lewin: *Problemas de dinâmica de grupo*, 2.ª edição, Editora Cultrix, São Paulo, 1973.

(11) K. Lewin: *Problemas de dinâmica de grupo*, 2.ª edição, Editora Cultrix, São Paulo, 1973.

(12) No que diz respeito a K. Lewin, é evidente a influência de Nietzsche e, relativamente a Freud e a Marx é nítida a semelhança de preocupação: a busca duma nova atitude epistemológica e metodológica.

J. L. Moreno, por seu lado, diz: «Ao longo do primeiro quarto do século XX várias correntes de pensamento se desenvolveram, sem ligação aparente umas com as outras. A *Evolução criadora* de Bergson representa uma dessas correntes. (...) A segunda corrente de pensamento foi representada por Freud. (...) Nietzsche e Freud eram, antes de mais historiadores. Nietzsche, o filósofo, consagrou-se inteiramente ao estudo das morais e das culturas do passado que se esforçava por ultrapassar; Freud, o médico, ocupou-se, antes de mais nada, das origens traumáticas dos problemas mentais. (...) Uma terceira corrente ideológica, representada pela escola de Nancy e

muito especialmente por Bernheim, (...) Uma quarta corrente de pensamento, inaugurada pela filosofia positiva de Comte foi seguida por Le Play e seus discípulos. (...) Uma quinta corrente ideológica, saída da análise económica da sociedade, considerará a sua planificação à luz do materialismo dialéctico (Marx). Esta ideia de planificação económica e social constitui um indiscutível progresso, mas a teoria marxista só admitia implicitamente por base o colectivo e a pertença *simbólica* ao colectivo. (...) Por fim, uma sexta corrente de pensamento apareceu: a ideia de promover a espécie humana graças a medidas eugénicas (Galton). (...) Foi procurando fazer a síntese destas seis correntes de pensamento que conseguimos, pouco a pouco, lançar as bases de uma experimentação psicossociológica a fim de planejar a sociedade humana.» (J. L. Moreno: *Fondements de la sociométrie*, segunda edição revista e aumentada da tradução da segunda edição americana de *Who shall survive?*), PUF, Paris, 1970).

Quanto a G. Lapassade, diz Jean-Marie Palmier na introdução referida em (9): «Para defender a sua tese, Lapassade apela tanto à biologia como à filosofia, à psicanálise como à etnologia. Mostra a necessidade, duma *antropologia interdisciplinar* capaz de reunir todos os discursos sobre o homem, — trate-se de Freud, de Nietzsche, de Marx ou de Heidegger, da sociologia ou da poesia, da biologia ou do marxismo.»

(13) J. L. Moreno: «The creativity theory of personality» in Ira A. Greenberg (ed.): *Psychodrama. Theory and Therapy*, Behavioral Publications, New York, 1974.

claramente por Remi Hess⁽¹⁴⁾.

«Georges Lapassade, na sua prática, não tem medo de se contradizer. É o segredo da dialéctica. A dialéctica está na sua vida.

Quando trabalhamos com Lapassade, ficamos surpreendidos de o ler. A exposição das ideias é didáctica, clara, quase sistemática, pondo bem em relevo os diferentes momentos de uma análise. É o paradoxo que há no autor de *L'entrée dans la vie* entre existência e escrever. Georges Lapassade explica que o escrever não tem de ser dialéctico. Expõe os resultados. São estes que somos levados a ler. A palavra fixa. Permite voltar a começar na prática.»

Para mim, esta diferença entre a dialéctica do viver e a impraticabilidade dialéctica do escrito, a não ser como mera constatação do momento real produto da dialéctica, ou afirmação da lei dialéctica, foi uma descoberta muito lenta e muito importante. Quanto a isso, K. Lewin, J. L. Moreno e G. Lapassade foram para mim a parte forte do caminho da consciencialização e sensibilização.

Por outro lado, essa consciencialização e sensibilização retirou-me o medo da escrita científica. O escrito é histórico mas não é forçosamente uma declaração de *verdadeiro perfeito*. Ao *verdadeiro imperfeito* que me apetece mais ser, o escrito torna-se num olhar com mais atenção que facilita mudar melhor e mais depressa.

Sem dúvida que o escrito se arrisca sempre a ser olhado como *verdadeiro perfeito*; é transformar o escrito nas regras litúrgicas. A liturgia psicossociológica. Liturgia, vindo do grego *leitourgia*, que significa o ritual ou conjunto de rituais prescritos para a veneração pública (do *verdadeiro perfeito*).

K. Lewin, J. L. Moreno e G. Lapassade têm consciência do *verdadeiro imperfeito* que escrevem. Tal como os sinto e onde me solidarizo com eles, vivem a angústia metodológica da intervenção e a tentação substitutiva da tecnologia. Os que os olham liturgicamente, escravizam-se ou repelem-nos. por isso, antes de mais, alguns dos seus pontos de partida se tornam extremamente importante.

A CAUSALIDADE HISTÓRICA E A CAUSALIDADE SISTEMÁTICA

A questão da causalidade histórica e da causalidade sistemática constitui o âmago da psicossociologia; o drama das opções radicais pelo pensamento *aristotélico*, antropomórfico, ou pelo pensamento *galilaico*, sistemático e a-histórico.

K. Lewin, pai do nome e da investigação daquilo a que se chama *dinâmica de grupo*⁽¹⁵⁾, deixa de se importar com a cadeia causal dos factos históricos e interessa-se apenas pela ordem sistemática da dinâmica do seu acontecer. Distingue o plano da causalidade histórica e o da causalidade

sistemática. talvez que este distinguir o leve a, aparentemente, esquecer a causalidade histórica. Todavia, tem o cuidado de precisar e sublinhar o plano em que se envolve.

Os precursores da psicossociologia, e muitos continuadores, há que acrescentar, falharam fundamentalmente devido à constante confusão destes dois planos de causalidade. os dois são importantes, vitais, complementares mas não confundíveis. A teoria baseada na causalidade histórica pode falhar se confunde os dados que esse estudo fornece com os elementos sistemáticos que coexistem. A teoria fundada na causalidade sistemática está errada se esquece a sua necessidade de ser integrada no «devenir» histórico.

Para K. Lewin, a conduta dum indivíduo ou dum grupo inscreve-se num *campo*, num espaço de vida, e deve ser compreendida em função da relação dinâmica entre o indivíduo, ou o grupo, e o ambiente; a interdependência é o essencial do social; das totalidades dinâmicas (*dynamic wholes*), «dotadas de propriedades especiais e distintas das propriedades dos seus sub-grupos e dos seus membros individuais»⁽¹⁶⁾, interessa, numa perspectiva estruturalista e dinâmica, estudar a interdependência constante, que relaciona sujeitos, objectos e instituições, a interrelação que determina a estrutura dum campo.

É, aliás, neste sentido que, K. Lewin utiliza os termos *força* e *valência*. Um conjunto de forças actua sobre o sujeito estruturando o seu campo. Cada uma dessas forças tem «tendência a actuar numa certa direcção»⁽¹⁷⁾ e possui uma certa intensidade e sentido. O seu conjunto implica uma *resultante* que determina a *locomoção*, a actividade do sujeito numa determinada situação ou região psicológica. Por outro lado, a essas situações ou regiões psicológicas, reais ou eventuais, podem ser atribuídas *valências*, positivas, negativas ou nulas. Como explica Jean Guillaumin⁽¹⁸⁾:

«De tal maneira que podemos dizer que o universo psicológico é valor e que a actividade psicológica é movimento na direcção desses valores. Se admitirmos ainda com Lewin que cada força ou cada valência pode ser estimada ou mesmo medida, torna-se claro que basta fazer, num momento dado, o balanço das forças (ou das valências) em presença no campo para daí deduzir o comportamento imediatamente subsequente.»

Sem dúvida que Kurt Lewin é ainda um psicólogo social⁽¹⁹⁾. Todavia, ao seguir e preconizar a *action*

(14) «Avant-propos» in Georges Lapassade: *Socioanalyse et potentiel humain*, Gauthiers-Villars Éditeur, Paris, 1975.

(15) Termo que aparece pela primeira vez no artigo que K. Lewin publicou em 1944: ver «Problemas de Pesquisa em Psicologia Social» in Kurt Lewin: *Teoria de Campo em Ciência Social*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965. «Em geral então, parece possível considerar muitos grupos como *unidades dinâmicas naturais...*». («No campo da *dinâmica de grupo*, mais do que em qualquer outro campo psicológico...»).

(16) Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

(17) Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

(18) Jean Guillaumin: *La dynamique de l'examen psychologique*, PUF, Paris, 1965.

(19) No capítulo seguinte abordamos mais profundamente a questão da psicologia social e da psicossociologia.

research, o seu objectivo é produzir transformações sociais provocando simultaneamente um melhor conhecimento da realidade. Por outras palavras, a sua investigação é já intervenção; como intervenção facilita a síntese dinâmica dos elementos do concreto não condicionados; como investigação facilita a colheita dos dados componentes da dialéctica histórica.

Aliás, não podemos esquecer que Kurt Lewin era um gestaltista e, fundamentalmente, a ideia do gestaltismo baseava-se no considerar que o pensamento e o comportamento não podiam ser olhados como compostos de elementos simples, como Wundt⁽²⁰⁾ acreditava, mas que tinham de ser encarados holisticamente. Essencialmente, o gestaltismo era um protestar contra a epistemologia de Locke⁽²¹⁾ que ainda actualmente penetra as ciências humanas.

É claro também que o sabor que Lewin introduziu na psicologia, inovador como era⁽²²⁾, teve duas consequências básicas: a orientação experimental que veio a caracterizar a psicologia social e a tradição americana; a possibilidade de origem da psicossociologia post-gestaltista e epistemologicamente repensada.

Kurt Lewin, embora a sua celebridade, permanece ainda muito misterioso. No entanto, os problemas que se pós e os conceitos que elaborou estão no centro da investigação contemporânea, embora a sua obra seja relativamente mal conhecida. Também é verdade que a sua obra continua inacabada: o seu último livro de síntese data de 1936⁽²³⁾ e diz respeito a um aspecto do seu trabalho muito distanciado das preocupações actuais. Falta uma obra de síntese desse género mas relativamente sobre os pequenos grupos e a mudança social⁽²⁴⁾.

Esta falta não é apenas consequência duma morte brutal: trata-se também de que, embora seguindo sempre um mesmo itinerário intelectual e mantendo a preocupação duma teoria de conjunto, K. Lewin não deixou nunca de ser, essencialmente, um experimenter. Para este tipo de investigador, a produção intelectual estrutura-se à volta de processos experimentais e trabalhos de laboratório: a comunicação dos resultados é uma função secundária que visa os clientes ou os colegas. Na Europa latina, a produção intelectual confunde-se com o livro: um grande investigador não é reconhecido como tal enquanto não imprime um sis-

tema ou reflexões gerais sobre a sua ciência. Nos países germânicos e anglo-saxónicos, o relatório da investigação tem um papel muito mais importante. Por outro lado, como o mostrou Charles Wright Mills⁽²⁵⁾, o sistema universitário americano — que dá um poder descrionário aos gestores da investigação, «burocratas do intelecto (...) onde a circular substitui o livro» —, conduz a um nevoeiro de pequenos estudos fragmentados que acabam muitas vezes no vazio, mas permitem apresentar estatísticas impressionantes e balancetes parciais numerosos.

Diz Kurt Lewin⁽²⁶⁾:

«Quando o primitivo utiliza várias palavras diferentes para dizer andar, de acordo com a direcção do sujeito em movimento e do seu sexo, refere-se a uma situação histórica semelhante às descrições supostas absolutas (subir ou descer) de Aristóteles e cujo verdadeiro significado é uma mera caracterização geográfica.»

A psicologia tradicional é aristotélica. Conceitos que implicam juízos de valor, separações ou classificações arbitrárias, travam o desenvolvimento do seu cientismo: o conceito muito utilizado de «ilusão óptica» impediu durante muito tempo o estudo da estrutura (*Gestalt*) da percepção; a oposição entre *normal* e *patológico* afasta uns dos outros fenómenos que estão fundamentalmente ligados; é cometer o mesmo tipo de erro que se faz ao falar de «hábitos» ou «esquecimentos» das crianças pois é «classificar grupos de processos de acordo com o valor dos seus resultados em vez de o fazer de acordo com a natureza dos processos mentais que implicam»⁽²⁷⁾.

Depois de Galileu, a física soube criar um conjunto de modelos de pensamento mais adequados. Quais seriam as condições de uma revolução galilaica na psicologia? Primeira necessidade: eliminar todos os conceitos de valor de que a psicologia tradicional — a dos manuais de filosofia — não tem falta. Tudo o que estabelece dicotomias arbitrárias na continuidade da vida psicológica deve ser excluído; e já é tempo para as classificações tradicionais cederem o lugar a novas categorias admitindo variações contínuas. A noção de limiar entra já no domínio de uma psicologia de Galileu. É preciso também realizar a unificação dos campos. É assim que S. Freud desfaz as velhas distinções,

(20) Wilhelm Wundt (1832-1931), muitas vezes considerado como o fundador da moderna psicologia, estruturalista, criou o primeiro laboratório psicológico em Leipzig, em 1879.

(21) John Locke (1632-1704), como Thomas Hobbes (1588-1679) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778), embora não se possam considerar «cientistas» foram indiscutivelmente os percussores da psicologia social. As suas teorias tinham em comum: (a) o postulado de que a natureza do homem seria isolado do seu companheiro ou do seu estado civil; (b) a razão ou conjunto de razões, que fazia com que o homem se associasse com os outros; e (c) o conjunto de regras morais que derivavam destas duas primeiras considerações. Locke sustentava que o homem sempre tinha vivido em sociedade, que o Estado tinha surgido como um meio de corrigir os erros e de proteger os naturais direitos do homem à vida, à liberdade e à propriedade. O empirismo de Locke, e o seu ênfase acerca dos processos observáveis contribuiu largamente para a fundação da psicologia associacionista inglesa. Este associacionismo dominou o campo da psicologia até aos fins do século dezanove, e, ainda hoje, influencia fortemente as ciências humanas.

(22) Como é óbvio não foi Kurt Lewin o fundador do gestaltismo. Kurt Lewin foi sim o introdutor do gestaltismo nas tentativas de resposta ao protesto sociológico relativamente ao excessivo individualismo psicológico.

(23) *Principles of topological psychology* (1936). *Resolving social conflicts* (1948) e *Field theory in social sciences* (1951), são meras recolhas de artigos.

(24) Claude Faucheux considera três períodos: na carreira de Kurt Lewin: 1.º o precedente à sua emigração para os Estados Unidos (medida da vontade da associação, percepção do movimento do relevo); 2.º psicologia topológica na intenção de determinar uma teoria relativamente ao comportamento individual: definição da teoria de campo; 3.º estudo dos grupos; 4.º situar as suas análises rigorosas no contexto da sociedade global; Kurt Lewin morreu no início deste quarto período. Ver introdução de Claude Faucheux a Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

(25) C. W. Mills: *White Collar: The American Middle Classes*, Oxford University Press, New York, 1951.

(26) Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

(27) Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

homogeneiza os diferentes domínios da psicologia⁽²⁸⁾. Não se podem admitir como leis aquelas cuja validade geral não seja incondicional. Lewin dá também um grande valor ao behaviorismo e à reflexologia que definem leis aplicáveis tanto ao rato como ao homem político, ao físico como ao mental⁽²⁹⁾.

«A tese da homogeneidade da validade geral das leis psicológicas tornou-se recentemente muito mais concreta, as leis particulares mostraram uma tal capacidade de aplicação frutuosa nos domínios que eram considerados qualitativamente separados que a tese da homogeneidade da vida psíquica ganha consideravelmente em relação a essas leis em vigor e destrói as fronteiras entre os antigos domínios separados.»

Já não é possível deixar confortavelmente de lado as excepções; os casos particulares tornam-se tão importantes como a média; o doente ou o «anormal» deixam de ser os *perturbadores* e o psicossociólogo deixa de poder afirmar que a multidão do Rossio o interessa mais que o nadador solitário do Tejo.

Uma psicologia galilaica não seria satisfatória se não pudesse em evidência os fenómenos de interacção entre o indivíduo e o seu ambiente. Os processos produzem-se num momento dado, num determinado indivíduo, numa determinada situação. Trata-se, portanto, de encontrar as leis tão gerais quanto possível tendo em conta o carácter particular de cada fenómeno. É o que o gestaltismo tentava pretender, é o que leva Kurt Lewin à definição de uma psicologia dinâmica orientada para o estudo das forças e das tensões.

É a partir do desenvolvimento destes pontos de partida que Kurt Lewin estabelece a sua teoria da mudança.

Para Kurt Lewin, a mudança não é uma das características permanentes de todo o organismo vivo: é um processo específico da vida dos grupos, das organizações, dos indivíduos. Num sistema que não muda, o tempo passa e constata-se modificações de pequena importância; por exemplo, age-se para produzir. Isto lembra uma ribeira que corre, mas sempre com o mesmo débito. É o equilíbrio *quasi-estacionário* de que se fala. Em termos de campo, as diferentes forças que se opõem ou se combinam definem um *nível de conduta social*. Este pode implicar uma tensão maior ou menor de acordo com a pressão daquelas forças. Tanto que a sua variação não produz nada mais do que ligeiras oscilações do nível de conduta social; o equilíbrio *quasi-estacionário* permanece. Exprime-se particularmente através dum sistema de normas, dum *liturgia*, que cristaliza as diferentes forças em presença para as transformar em modelos de comportamentos.

Num equilíbrio social *quasi-estacionário*, uma força pode tomar uma intensidade desacomodada (nitidamente superior ou inferior) provocando o desequilíbrio e a desestruturação; é por este processo de desestruturação que começa a mudança. No entanto, o sistema que se encontra assim bruscamente *aberto* tende a fechar-se outra vez:

(28)S. Freud põe no mesmo conjunto o normal e o patológico, sendo o segundo uma mera hipertrofia de certos aspectos do primeiro.

(29)Kurt Lewin: *Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967.

recristaliza-se a outro nível correspondente a uma nova distribuição de forças. No entanto, se a alteração de forças não é acompanhada dum pôr em causa das forças de resistência à mudança, das forças litúrgicas, a recristalização efectua-se ao nível precedente.

Esta visão de mudança, perigosamente encarada por Kurt Lewin sempre em função de sistemas fechados, vem possibilitar o desenvolvimento da *intervenção*: numa perspectiva aristotélica, litúrgica, fundamentada na causalidade histórica, que garante a recristalização no nível precedente de um *quasi-estacionário* mais resistente; numa perspectiva galilaica, dinâmica, fundamentada na causalidade sistemática, garante a recristalização ao nível imprevisível da mudança evolutiva⁽³⁰⁾.

«O HOMEM É UMA CRIANÇA POR TANTO TEMPO QUANTO VIVE»

Já S. Freud⁽³¹⁾ declarava que a psicanálise pode ser definida como «o processo educativo que permite ultrapassar os resíduos da infância» e acrescentava noutra das suas obras⁽³²⁾ que o homem criava os deuses porque as suas desgraças de infância duravam toda a vida.

J. L. Moreno, bastante próximo de S. Freud, é mais categórico⁽³³⁾: «o homem é uma criança por tanto quanto vive»; ou, como diz de forma ainda mais próxima de S. Freud, na mesma obra, «a eterna criança que está no homem».

Para J. L. Moreno, o homem não entra nunca na vida adulta. A sua condição permanente é, utilizando os termos de Kurt Lewin⁽³⁴⁾, a «adolescência permanente». Ou, recordando o que diz E. Fromm⁽³⁵⁾:

«O problema que a raça humana tal como o indivíduo têm de resolver é o de nascer. (...) A criança antes do nascimento não é diferente da criança depois do nascimento; o processo de nascimento continua. O nascimento, no sentido convencional do termo, é apenas o começo do nascimento num sentido mais amplo. A vida inteira do indivíduo não é outra coisa que não o processo de dar nascimento a si mesmo; na verdade, estaremos completamente nascidos quando morrermos.»

Para G. Lapassade, bastava recordarmos a sua insistên-

(30)Convém esclarecer que entendemos por causalidade histórica a busca de razões no verificado na história e por causalidade sistemática a busca de razões no existente do sistema. Como é óbvio, a história é uma dimensão do sistema na causalidade sistemática; na causalidade histórica, a história é uma regra do sistema.

(31)Sigmund Freud: *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1967. «Psicoanálisis», cinco conferências pronunciadas na Clark University (Estados Unidos), Vol. II.

(32)Sigmund Freud: *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1967. «El porvenir de una ilusión», Vol. II.

(33)J. L. Moreno: *Fundamentals de la Sociometrie*, 2.ª edição revista e aumentada por Anne Ancelin - Schützenberger e Zerka T. Moreno, PUF, Paris, 1970.

(34)Kurt Lewin: *Teoria de campo em ciência social*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965.

(35)Erich Fromm: *The sane society*, Rivehart, New York, 1955.

cia nos trabalhos de L. Bolk⁽³⁶⁾ e de J. L. Moreno na sua obra *L'entrée dans la vie*⁽³⁷⁾. «O homem nasce inacabado», é a primeira frase de G. Lapassade nesta obra. E no capítulo, de conclusão, diz:

«A maturidade não é senão uma máscara. O grupo dos adultos vigia os meus gestos, a minha vida inteira. Ajuda-me a não voltar a atravessar para trás a fronteira que me separa agora, e para sempre, da minha infância. Devo, a cada momento, parecer adulto. Sou antes de tudo adulto para os outros como os outros o são para mim. Nos encontros, é preciso que esconda as minhas hesitações, os tateamentos que seriam considerados como sinais inaceitáveis de imaturidade. Sou o responsável por esse aspecto.»

E nas palavras finais, depois de referir a contribuição de S. Freud para a destruição do mito do adulto, para a libertação do homem dessa ilusão, conclui:

«Hoje em dia, a estabilidade e a maturidade são postas em questão por toda a parte enquanto valores e enquanto normas. A política viva procura cada vez menos as suas directivas numa visão do futuro que poderia anunciar numa idade adulta da história. Não temos já necessidade, para agir, de imaginar um futuro sem conflitos e com os grupos humanos reconciliados no domingo da vida.»

Um grupo estável é já um grupo morto. Uma sociedade *acabada* é uma sociedade burocrática, fundada sobre uma ordem arbitrária e que recusa a mudança. Uma sociedade viva e livre pode construir-se sobre a invenção ininterrompida de novas instituições. Uma transformação análoga se manifesta na vida estética. O critério da arte tem já referência com as formas acabadas do poema, do canto, do romance, do filme. Por toda a parte tomam sentido as estruturas instáveis que se bastam a si mesmas enquanto tal. Descobrimos a beleza do inacabado.

Num mundo em revolução permanente, eis a altura de aprender a viver o nosso inacabamento.»

⁽³⁶⁾L. Bolk: «Le problème de la genèse humaine», *Rèvue française de psychanalyse*, Mars-Avril, 1961. L. Bolk aplica a hipótese neoténica ao homem; afirma-o a partir de observações de ordem biológica: o inacabado do organismo quando do nascimento, a excepcionalmente longa infância humana e as alterações no desenvolvimento. «Não haveria história humana se o homem ficasse no estadió de animal acabado. Um vivente acabado ajustado ao seu meio de vida, não tem necessidade de progredir, de inventar respostas para as exigências do seu meio, para as suas carências, de encontrar meios de compensar as suas inferioridades», diz G. Lapassade a propósito. Neotenia é um conceito com duplo significado: de facto (por exemplo, a existência de batráquios que conservam a sua forma larvar e se perpetuam sob essa forma) e de ideia (a de Darwin: as formas juvenis, que se tornaram fixas no curso da evolução, sucedem cronologicamente a uma forma adulta ancestral). Para L. Bolk, se o homem é um neóteno, é porque a velocidade de crescimento dos seus antepassados antropóides foi diminuída.

⁽³⁷⁾G. Lapassade: *L'entrée dans la vie. Essai sur l'inachèvement de l'homme*, Édition de Minuit, Paris, 1963.

G. Lapassade e J. L. Moreno, como muitos outros mas de um modo extraordinariamente activo, vivem o inacabamento do homem. E, é importante sublinhar, vivem-no com alegria; sem desespero.

Indiscutivelmente que-tem diferenças esta vivência. Mas há três factos que compartilham nas diferenças e nos modos diferentes: essa alegria, optimismo esperançoso e praticado; o olhar a mudança como uma condição evolutiva que não é um conseguir um estado final; o intervir como uma essência do viver.

É o passo em frente que faltava (ou não teve tempo) a Kurt Lewin.

Na realidade, nesta perspectiva da mudança está uma das coisas que para mim é cada vez mais óbvia e indispensável. *Que o meu viver só tem sentido como constante experiência de mudança evolutiva, não de mudança-fuga, de mudança que seja busca do estável, do perfeito, do estado-morte. Que a minha mudança só é viável, possível, real, não ameaçadora, através da mudança dos outros que, portanto, me interessa provocar. Provocar em termos de arriscar e não de modelar: modelar é procurar o estável. Que o conhecimento que mais me interessa aprofundar é acerca das condições dessa mudança evolutiva, do desenvolvimento integrado na dialéctica do social e do individual*⁽³⁸⁾.

Sem dúvida também que esta preocupação conduz com facilidade, em termos de estudo, à opção dos aprofundamentos tecnológicos e não metodológicos. Isto, aliás, acontece com relativa frequência quer a Georges Lapassade como a J. L. Moreno.

Este acontecimento não me parece grave. O grave parece-me acontecer naqueles que não resistem a apenas aproveitar o tecnológico destes autores. Como o fazem aliás, com K. Lewin, S. Freud, K. Marx e muitos outros.

A opção tecnológica, em si mesma e se não devidamente reduzida ao aspecto de pormenor utilitário, é a incapacidade de se reconhecer «a criança por tanto tempo quanto se vive». Mais directamente, de ser o vivo-morto, reificação da realidade, do querer ser adulto.

É o que acontece na tendência que existe de mascarar a intervenção, perante o sujeito da intervenção e perante o interventor, de *missão* (missão religiosa, missão política, missão ética, missão curativa). Ora o acto de intervenção é, por parte do interventor (acho que só assim pode ser), uma busca de respostas, directas e indirectas, ao seu desejo de mudança. Se não assume a materialidade desse desejo de mudança, deriva para a ilusão fantasmática da *missão* (o individuo já *mudado*, ou que não precisa de mudança, que se sente em débito-punidor para com os outros, a sociedade: deve mudá-la). Missão litúrgica.

Nestes aspectos, talvez que G. Lapassade seja mais constante que J. L. Moreno. No que diz respeito ao problema da metodologia e da tecnologia, é verdade que esquecem às vezes a criança permanente, as dimensões dessa criança permanente, e se entusiasmam pelo tecnológico, se limitam ao social (G. Lapassade) ou ao individual (J. L. Moreno). Mas são acidentados de *action-research* eventualmente pro-

⁽³⁸⁾Daí o trabalho a que eu e Maria do Rosário Teixeira de Abreu nos dedicamos há anos para a elaboração duma primeira obra sobre a «Psicossociologia do desenvolvimento».

longados na teoria.

No que diz respeito ao objectivo da intervenção é que J. L. Moreno é com mais frequência mais frágil: propõe-se acima de tudo um objectivo psicoterapêutico cujo ideal é, em resumo, a adaptação dos indivíduos a situações existentes, da criança à sociedade que se quer a si mesmo adulta; os resultados, assim, não passam, na quase totalidade dos casos, da adaptação dos indivíduos às situações existentes.

Sem dúvida que a adaptação às situações existentes é uma condição de início da mudança. Desde que não se considere como adaptação uma simples resignação, na aceitação da justeza da situação existente que proíbe, inevitavelmente, a verdadeira alteração do indivíduo e da sociedade; que condena o indivíduo à fidelidade aos esquemas sociais, estratificando-os.

Sem dúvida que a adaptação às situações existentes é condição urgente do início da mudança desde que não seja entendida apenas nas negações que faz. Isto é, adaptação querendo dizer que não fugiu da situação existente, das suas dificuldades, provavelmente dos obstáculos à mudança, ao desenvolvimento do imaturo que o homem é.

J. L. Moreno aceita com mais facilidade do que G. Lapassade o limitar-se (reduzir a intervenção) a *cirurgia individual e social* anti-doença esquecendo a de promoção da saúde.

A mim, pessoalmente, interessa-me mais a promoção da saúde da criança permanente do que a luta directa contra as suas patologias: as suas patologias derivam fundamentalmente dos obstáculos ao desenvolvimento da saúde.

S. Freud⁽³⁹⁾ desenvolveu a ideia de que os ritos de iniciação das sociedades primitivas têm por função ajudar o adolescente a ultrapassar o Eros edipiano para se integrar na vida social mais ampla, no que considera um Eros tornado verdadeiramente social. Este pensamento é profundamente dialéctico: implica, por um lado, o progresso da entrada na vida do complexo de Édipo; implica, por outro lado, o perigo de fechar o homem no grupo familiar se aquele complexo não é simultaneamente conservado e ultrapassado.

G. Lapassade⁽⁴⁰⁾ não hesita em dizer que:

«a função do psicodrama, na sociedade moderna que renunciou ao rito de iniciação, é realmente uma função de substituição...»

Pessoalmente considero que a intervenção é o modo sistémico de reformulação dos ritos de iniciação substitutos. Com a amplitude dialéctica de regresso e de perigo. Limitar-se à adaptação é, para evitar o perigo, recusar o progresso.

De tal modo, acrescentarei ainda, que a intervenção, como os ritos de iniciação primitivos, exige a sua

(39)S. Freud: *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1967. «El malestar en la cultura», Vol. III.

(40)G. Lapassade: *L'entrée dans la vie. Essai sur l'inachèvement de l'homme*, Éditions de Minuit, Paris, 1965.

(41)K. Lewin: *Teoria de campo em ciência social*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965.

(42)Este parágrafo dá indícios esquemáticos dos pontos mais importantes deste trabalho. Como é óbvio serão abordados mais profundamente ao longo da obra.

marginalização, a separação, a situação permissiva da catársis que é meio de passagem numa cristalização antiga para uma nova cristalização.

Marginalização na linha do que pensava K. Lewin: a marginalização constitui a «adolescência permanente», a adolescência que é a marginalização que a sociedade impõe aos que passam de «criança» a «adulto», aos que estão em transição e a quem provoca a crise.

Recordemos as hipóteses estruturais e dinâmicas que K. Lewin⁽⁴¹⁾ utiliza para caracterizar a adolescência: (a) a adolescência é um período de passagem, de transição; podemos considerar a adolescência como uma mudança na pertença ao grupo (*group-belongingness*); (b) a passagem da infância à adolescência é a passagem numa situação familiar para uma situação menos familiar, numa situação conhecida para uma situação menos conhecida (*more or less unknown*); (c) na relação com o seu corpo, as mudanças biológicas introduzem a estranheza, o desconhecido, a insegurança; (d) «Um período de mudança radical é um período de grande plasticidade» que, dada a radicalidade das mudanças, convida à radicalidade de opiniões como via de segurança; (e) o espaço de vida, espaço geográfico, espaço social e espaço temporal, alteram-se.

A criança permanente de que eu falo vive, como «boa criança», fingindo de adulto; por outro lado, ansiosa de desenvolvimento. A adolescência é a crise que lho permite; a *marginalização* o que possibilita a adolescência e a realidade das suas características; a intervenção é o rito de iniciação substituto que faz explodir essa transição⁽⁴²⁾.

J. L. MORENO E A CATÁRSE

Bischof e Ledford⁽⁴³⁾ indicam como partes importantes do sistema de J. L. Moreno: (a) o princípio do átomo social; (b) o princípio do tele; (c) o princípio do «warming up»; (d) o princípio do «role playing»; (e) o princípio da espontaneidade; (f) o princípio da criatividade; (g) o princípio da conserva cultural; (h) o princípio do desenvolvimento grupal; (i) o princípio da lei sociogenética; (j) o princípio da mensuração.

Não interessa no momento fazer uma reflexão crítica acerca de todos estes princípios. Tão pouco uma hierarquização de importância.

Para mim, fundamentalmente interessado no fenómeno catártico, interessa o seu princípio da espontaneidade e, subsequentemente, os princípios do «warming up», da criatividade e da conserva cultural.

Quando se trata de definir catarse, J. L. Moreno é um pouco confuso. É um facto que distingue o significado de que tem a intenção daquele que lhe dava Aristóteles:

«Catarse, como conceito, foi introduzido por Aristóteles. Usava este termo para exprimir o efeito peculiar do drama grego nos seus espectadores. Na sua *Poética* mantém que o drama tende a purificar os espectadores excitando artisticamente certas emoções que actuam como uma

(43)Bischof, Ledford J.: *Interpreting Personality Theories*, Harper & Row Publishers, New York, 1970.

espécie de alívio homeopático das próprias paixões egoístas.

Este conceito de catarse sofreu uma mudança revolucionária desde que o trabalho psicodramático sistemático começou em Viena em 1920.»⁽⁴⁴⁾

Todavia, é extremamente impreciso e saltitante na definição do conceito de catarse que usa e me interessa.

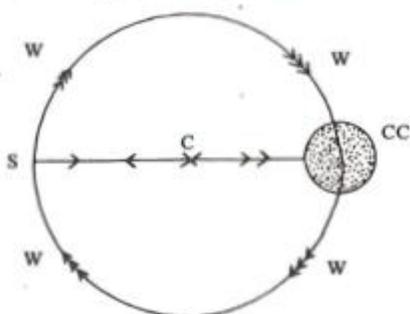
Chaix-Ruy⁽⁴⁵⁾ explicita:

«Subjacente a (esta) análise da *catarse* esconde-se uma intuição justa que, sem dúvida por falta de formação filosófica suficiente, o professor Moreno não consegue exprimir nitidamente: é a afirmação de uma interacção constante do pensamento e da acção de uma relação de incessante reciprocidade entre a *praxis*, a reflexão que a prepara, o ensinamento que dela emana. (...) Foi do acto que surgiu o pensamento claro, como sua tradução e seu comentário; insuficientemente esclarecedor no ponto de partida, é, devido a esse acto que vem de mais longe que ele, iluminado e revelado a ele mesmo; de tal modo que as incertezas do acto, as suas hesitações, as suas retracções, são traduzidas numa lógica especial — uma lógica da *stêsis* — que, no que se diferencia da lógica do ser, — a de Parménides e dos Eleatos — exprime as faltas, as flutuações e até as contradições que não puderam ser sobrepujadas.»

Sem dúvida que se liga a este conceito prático da catarse toda a problemática do «parolisme» que G. Lapassade enfrenta.

De qualquer modo, o princípio da espontaneidade surge, perante a intenção catártica (neste sentido) que vejo na intervenção, claramente necessário.

ESPONTANEIDADE — CRIATIVIDADE
— CONSERVA CULTURAL



(44) J. L. Moreno: «Mental catharsis and psychodrama» in Ira A. Greenberg (ed.): *Psychodrama. Theory and Therapy*, Behavioral Publications, New York, 1974.

(45) Chaix-Ruy: *Psicologia social e sociometria*, Editorial Presença, Lisboa, 1964.

Campo das operações circulares que se desenrolam entre a espontaneidade, a criatividade e o modelo cultural (S-C-CC) S, espontaneidade; C, criatividade; CC, modelo fixo (cultural ou outro), por exemplo de «tipo» biológico, isto é, um organismo animal, ou «modelo» cultural, um livro, um filme ou uma máquina, por exemplo máquina de calcular; W, «warming up», o aquecimento ou a libertação da espontaneidade, é a expressão «operacional» da criatividade. O círculo representa o campo das operações entre S, C e CC.

Operação I — a espontaneidade acorda a criatividade. S → C

Operação II — a criatividade responde à espontaneidade. S ← C

Operação III — desta interacção nasce o «modelo» cultural. S → C → CC

Operação IV — as «conservas culturais» (CC) acumulam-se assim indefinidamente, guardadas como num frigorífico: para retomarem a sua eficácia têm necessidade de ser revitalizadas pelo catalisador espontaneidade. CC → S → C → CC. S não actua no vazio: actua por criatividade ou modelos consagrados.

Talvez valha a pena ver um pouco em pormenor os conceitos de espontaneidade, criatividade, conserva cultural e «warming up». Considerando eu a catarse essencial na intervenção, este esquema de operacionalidade é importantíssimo.

Diz J. L. Moreno⁽⁴⁷⁾:

«Actualmente, a espontaneidade opera ocasionalmente: incita o indivíduo a tirar partido dum situação nova ou a reagir, de uma nova maneira, a uma situação antiga. Funcionalmente está ligada a dois pólos; ao automatismo e à actividade reflexa, por um lado, à produtividade e à criatividade, por outro. Na evolução humana, a espontaneidade apareceu antes da libido, da memória e da inteligência. Embora seja a faculdade mais universal e, do ponto de vista da evolução, a mais antiga, ela é ainda o factor menos desenvolvido de entre os que operam no mundo do Homem; é, com efeito, muito frequentemente desencorajada e contrariada pelos mecanismos culturais.»

E já em 1940, J. L. Moreno dizia a propósito do «complexo espontaneidade-criatividade»⁽⁴⁸⁾:

«Esta preparação teórica levou a vários métodos experimentais em espontaneidade. Num, o sujeito altera-se a si mesmo para um estado — para uma emoção, um papel ou uma relação com outro sujeito qualquer destes operando como estímulos — ou, como dizemos, ele *warms up* de um modo tão livre quanto possível de padrões prévios. Isto não significa

(46) J. L. Moreno: *Fondements de la Sociometrie*, 2.^a edição revista e aumentada por Anne Aucelin — Schützenberger e Zerka T. Moreno, PUF, Paris, 1970.

(47) J. L. Moreno: *Fondements de la sociometrie*, 2.^a edição, revista e aumentada por Anne Aucelin-Schützenberger e Zerker T. Moreno, PUF, Paris, 1970.

(48) J. L. Moreno: «Mental catharsis and the psychodrama», in Ira A. Greenberg (ed.): *Psychodrama. Theory and Therapy*, Behavioral Publications, New York, 1974.

que as partes que compreendem o estado sejam esperadas como absolutamente novas e sem precedentes para o sujeito, com uma totalidade, a debruçar-se sobre o seu acto, aumentar o número das possíveis combinações e variações e — por último, mas não o menos importante — provocar uma tal flexibilidade do sujeito que ele possa reunir qualquer quantidade de espontaneidade necessária a qualquer situação que tenha de enfrentar. É claro, portanto, que o factor (espontaneidade) que habilita o sujeito a *warm up* para um tal estado não é, em si mesmo, um sentimento ou uma emoção, um pensamento ou um acto que liga o sujeito a uma cadeia de improvisações enquanto o processo de *warming up* prossegue. Espontaneidade é a prontidão do sujeito para responder como é necessário. É uma condição — um condicionamento — do sujeito; uma preparação do sujeito para uma acção livre. Assim, a liberdade do sujeito não pode ser atingida por um acto de vontade.»

Tentando esquematizar, em resumo, a minha percepção agradável da teoria da espontaneidade de J. L. Moreno, portanto da catarse, percepção provavelmente herética mas que me satisfaz utilitariamente no momento actual, poderia dizer:

1. A base do acto de mudança está na *criatividade* do sujeito. Criatividade entendida como faculdade que permite chegar a soluções válidas (boas ou más e sempre provisórias) dos problemas existentes no momento e reais para o sujeito.

2. Sem *espontaneidade* a criatividade não tem vida. Espontaneidade entendida como libertação das inibições⁽⁴⁹⁾ derivadas da conserva cultural existente. A espontaneidade é um catalisador da criatividade, não a define: muita espontaneidade não provoca forçosamente muita criatividade; apenas a possibilita.

3. É claro que a existência da espontaneidade exige um processo socio-individual provocador dessa espontaneidade, abreactivo⁽⁵⁰⁾ do vivido nos termos da «conserva cultural» vigente: é o *warming up*. A «conserva cultural» (que continuo a traduzir à letra de J. L. Moreno embora não goste muito da construção do nome) são os modelos cristalizados da cultura humana que submetem todas as formas de actividade criativa, que determinam a forma de expressão criativa.

4. Nestes termos, a existência de *catarse* parece-me essencial no acto de mudança, portanto, de intervenção. Não no seu sentido liberal de «purga», de purga provocada pela piedade e pelo terror produzidos pela tragédia, *mas num sentido abreactivo e possibilitador da consciencialização do acto como tradução do pensado ou sentido*⁽⁵¹⁾.

(49)Ver S. Freud: *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1967. «Inhibición, Sintoma y Angustia», Vol. II. Não damos neste texto, a inibição o significado de sintoma mas de obstrução de função.

(50)Abreacção é a descarga de emoções que se liga a um vivido anteriormente reprimido; é neste sentido que uso o termo.

(51)Convém aqui sublinhar: 1. Pressupõe-se uma discordância de

Não tenho, relativamente a G. Lapassade, a oportunidade que o conhecimento dos vários comentadores de J. L. Moreno (incluindo o próprio G. Lapassade) possibilitam no estudo de um autor. Mais ainda, nem sequer a possibilidade de leitura de toda a extensa obra de G. Lapassade é fácil em Portugal; melhor dito, é ainda mais difícil do que a de J. L. Moreno.

Todavia, em compensação, a oportunidade de melhor conhecimento de G. Lapassade e de colaboração em actos, anima-me na interpretação.

Atrevo-me mesmo a dizer que constituem as partes mais importantes do sistema de G. Lapassade as seguintes: (a) o princípio do inacabamento; (b) o princípio de se trabalhar trabalhando; (c) o princípio da educação negativa; (d) o princípio da instituição como inconsciente social; (e) o princípio do desejo de passagem a acto; (f) o princípio da convergência do movimento do potencial humano e do movimento ionstitucionalista; (g) o princípio da libertação de energia; (h) o princípio epistemológico da hipercomplexidade.

É desnecessário dizer que todos estes princípios metodológicos me interessaram e interessam grandemente. Mesmo dentro da probabilidade de serem interpretações minhas de factos diferentes.

No entanto, o princípio epistemológico da hipercomplexidade e o princípio da libertação de energia, com o que inclui particularmente dos princípios da convergência do movimento do potencial humano e do movimento institucionalista, do desejo de passagem a acto e da instituição como inconsciente social, interessam-me particularmente: seduzem-me e entusiasmam-me condicionadamente.

Começa pela questão da teorização como produto da substituição duma teoria: ainda é impossível. K. Marx e S. Freud deram golpes substanciais na epistemologia tradicional; como o surrealismo no domínio da arte; mas não o suficiente para responder à hipercomplexidade da teoria em função da praxis, do existencial:

G. Lapassade tem a coragem epistemológica de submeter a teoria à hipercomplexidade da praxis, do existencial, de não submeter estes à tirania do rigor da teoria.

Como diz G. Lapassade⁽⁵²⁾:

«Fortemente marcada pelas suas origens, a análise institucional tem dificuldade em realizar um corte epistemológico que lhe permitiria levantar as ambiguidades, articular melhor os seus princípios e modos de intervenção, definir melhor as suas relações e diferenças com as disci-

base com a perspectiva behaviorista onde o acto é apenas um comportamento, cada vez mais complexo, sem dúvida, mas onde se encontram, combinados entre si, mas ainda reconhecíveis, os reflexos aos estímulos, primeiro registados, depois percebidos; a consciência está em segundo lugar e não em princípio. 2. Pressupõe e ainda que aceito a existência duma distância entre o eu actuante e o eu reflexivo, distância inibidora provocada pela «conserva cultural».

(52)G. Lapassade: *Socioanalyse et potentiel humain*, Gauthier-Villars Éditeur, Paris, 1975.

plinas vizinhas.»

Assim, a minha primeira impressão de G. Lapassade é a de que é um homem que não se centra no rigor ético. Interessa-lhe o máximo da teoria mas não como regra. Interessam-lhe as teorias mas não como obrigação de opção; apenas como instrumentos para uma experiência e uma prática. Assim, parece, às vezes e para alguns, não existir uma teoria em G. Lapassade. Existe mas hipercomplexa e não dominadora; não apenas evolutiva: hipercomplexa.

Como W. Reich, G. Lapassade, de forma ainda mais nítida e violenta, é o «esquerdista entre os freudianos mas também freudiano à minha maneira entre os esquerdistas, fazia inimigos em todas as igrejas»⁽⁵³⁾.

Suponho que esta frase simboliza bem a epistemologia hipercomplexa que W. Reich já abordava e que G. Lapassade desenvolve para meu consolo de não me sentir só embora de forma difícil.

Por outras palavras, este princípio da epistemologia hipercomplexa é o denunciar do «imperialismo da metodologia que quebra todo o trabalho de investigação e de aprofundamento». Como diz G. Deleuze⁽⁵⁴⁾:

«Em todo o caso não há no nosso livro nenhum problema de interpretação: porque o inconsciente não quer dizer nada, porque as máquinas não querem dizer nada, contentem-se em funcionarem, em produzirem e em se desarranjarem, porque apenas procuramos de que modo qualquer coisa funciona no real. Também não há nenhum problema epistemológico: não nos interessa nada um retorno a Freud ou a Marx; se nos disserem que compreendemos mal Freud, não o iremos discutir, diremos que tanto pior, há tantas coisas para fazer. É curioso como a epistemologia sempre escondeu uma instauração de poder, uma espécie de tecnocratismo universitário ou ideológico. Nós, por nosso lado, não acreditamos em nenhuma especificidade da escrita ou mesmo do pensamento.»

Para mim, pessoalmente, este princípio epistemológico da hipercomplexidade traduz a localização do problema na metodologia mas liberto da metodologização da metodologia: do convite à confusão com a tecnologia! G. Lapassade nem sempre obedece a este princípio; mas é este o seu princípio orientador.

No que diz respeito ao que chamo princípio da libertação da energia, G. Lapassade⁽⁵⁵⁾ começa por dizer:

«Já Reich, desde as primeiras linhas da *Morte de Cristo*, faz referência ao célebre texto: *o homem nasceu livre; e por toda a parte ele está posto a ferros*.

Mas, precisamente, esquecemos a segunda

⁽⁵³⁾G. Lapassade: *Les chevaux du diable*, L'Epi, Paris, 1972.

⁽⁵⁴⁾G. Deleuze na entrevista publicada na revista «La Quinzaine Littéraire», 16-30 de Junho de 1972, in *Capitalismo e Esquizofrenia. Dossier Anti-Édipo*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1976.

⁽⁵⁵⁾G. Lapassade: *Socioanalyse et potentiel humain*, Gauthiers-Villars, Paris, 1975.

parte — essencial — desta afirmação, isto é, para dizer como Rousseau, a servidão instituída. Já o sublinhava, a propósito de Rogers em: *Groupes, Organisations, Institutions*; indicava já que a pedagogia não-directiva, que supõe como efeito a bondade natural — como os grupos de encontro a supõem — é indissociável do político tal como se enuncia no contrato social.

Pôr a questão política, tal como o fazemos há mais de dez anos, para a psicossociologia, não é politizar do exterior, artificialmente, à custa de dogmas, a vida dos grupos. Trata-se de interrogar o reflexo sobre o indivíduo, a privatização, muito mais forte ainda do que a que estava instituída pela *dinâmica de grupo*.

E o ponto concreto desta interrogação é, sempre, a instituição e o encontro. A instituição é ao mesmo tempo a ideologia, o projecto subjacente a esses grupos, as formas de organização e a circulação do dinheiro, o pagamento com as suas legitimações; é a inserção dessas experiências na crise da cultura ou, mais precisamente, o que chamamos de civilização; é ainda a consequência da auto-descoberta da nossa posição nessa crise, das fontes sociais da doença, em proveito duma vaga concepção de terapia...

Isto significa que não podemos afastar a análise institucional dos grupos de encontro e, mesmo, que deve ser praticada, sob uma forma nova, nesses grupos, para os transformar e reinventar.

A síntese entre as correntes potencialistas e institucionalistas deve ser elaborada pela prática, pela *research-action*»

E depois de referir a proposta de M. Pagés⁽⁵⁶⁾ neste sentido, continua:

«Trata-se, em definitivo, de fazer passar a expressão dos desejos na análise institucional e, ao mesmo tempo, a análise política na libertação do corpo. (...)

Mas (essas) técnicas que nos vêm da Califórnia desenvolvem-se esquecendo o campo institucional e do reforço das questões políticas. É preciso portanto transformá-las. Em França, hoje, esse trabalho já começou.

Se nós somos capazes de continuar nessa via, devemos chegar à construção duma nova antropologia, fundada sobre as técnicas reinventadas, que permita trabalhar aos dois níveis, dialécticamente ligados, do desejo e da instituição.»

Acrescentando, na continuação da sua conclusão:

«Finalmente, esse ponto de interrogação que eu ponho no lugar visado da síntese, pode começar a encontrar um começo de resposta reichiana da energia. O conceito de ergonomia designa

⁽⁵⁶⁾M. Pagés: «Inconscient collectif et changement social», *Bulletin de Psychologie*, n.º 308, XXVI (1972-1973).

aqui, na sua linguagem, a teoria generalizada, — biológica e social, — da energia. Em resumo, para nós como para Reich, há apenas uma economia. A economia libidinal, — ou economia sexual, — não é separável da economia social! No meu livro sobre a bio-energia indico como se pode enriquecer, e mesmo transformar, a teoria institucionalista pela da energia.

Dizíamos que a instituição não se pode definir a não ser pela dialéctica social permanente entre as forças instituintes e as forças instituídas.

Mas que significa o instituinte?

Retomo aqui a definição já enunciada no meu livro sobre a bio-energia:

o instituinte, é a energia social livre.

Da mesma maneira diremos que:

o instituído, é a energia social ligada.

O projecto institucionalista, é a libertação da energia.»

Tentanto esquematizar a minha posição, consequente da minha interpretação de G. Lapassade, acho poder construir o seguinte resumo:

1. A instituição é o *inconsciente social*. Etimologicamente a instituição é a coisa estabelecida. Em concreto, as instituições são o conjunto de formas de estruturas fundamentais de organização tal como são estabelecidas pela lei ou costumes de cada agrupamento humano.

2. Sendo tudo o que é instituição sujeito a mudança, como inconsciente social transpõe socialmente o desejo de chegar ao objectivo (como diz W. Reich⁽⁵⁷⁾): «Eu digo que o objectivo é a coisa primordial. Por exemplo, no sexo, o objectivo é o orgasmo. Existem cem variantes para lá

chegar e, de facto, o reconhecimento disso pelo psiquiatra suíço Medar Boss, permitiu-lhe aceitar a homossexualidade para chegar ao orgasmo.»), a sua *passagem* a realidade só se pode fazer *por acto*. E o desejo não cessa de trabalhar a história, mesmo nos piores momentos. E o desejo das massas pode voltar-se contra o próprio interesse dos indivíduos. É impossível ignorar este facto depois de W. Reich⁽⁵⁸⁾.

3. Se o *desejo de passagem a acto* só se pode realizar por acto, a catalização dos desejos meramente sociais pode incrementar os perigos dos desejos das massas. Exige a associação em acto do individual e do institucional. Daí a necessidade de *associação do movimento institucionalista como o movimento do potencial humano*.

4. Esta associação não pode ser feita «institucionalmente»; tem de tomar como ponto de partida a *libertação da energia*. De um modo ou de outro pelo transe⁽⁵⁹⁾: *o indivíduo em contacto consigo mesmo, com os seus desejos, pela mediação não institucionalizada do colectivo, do social*.

SEGUNDA CONCLUSÃO

Estas interpretações de G. Lapassade, J. L. Moreno e K. Lewin deram-me a companhia animadora que encoraja o continuar aquilo que se começou. Não obedecendo a nenhum deles, clarificaram-me perante mim mesmo: na minha necessidade de crítica e na minha necessidade de prática.

(57)W. Reich: «Rêves et existence».

(58)Veja-se, em particular, W. Reich: *La psychologie de masse du fascisme*, Payot, Paris, 1972. As massas alemãs acabaram por desejar o nazismo.

(59)Veja-se G. Lapassade: *Socianalyse et potentiel humain*, Gauthier-Villar, Paris, 1975; e M. Pagès: «La libération du corps», *L'homme et la Société*, no 29-30, 1973.

3. Dialéctica Primordial da Psicossociologia

«Que milhões de homens tenham acreditado durante milênios que a Terra era chata não a impede de ser redonda.»

M. CORNATON⁽¹⁾

«O revolucionário triste não é revolucionário.»

E. ENRIQUEZ⁽²⁾

«O psicossociólogo é primeiramente aquele que, pela sua prática, institui na sociedade um certo campo da palavra. É preciso partir dessa evidência imediata, mas que até agora não foi articulada.»

G. LAPASSADE^(2a)

O objecto da psicossociologia é o estudo da dialéctica entre o todo e a parte; o seu desejo e intenção, da psicossociologia, aquilo a que poderíamos chamar a intervenção completa.

Como disse M. Pagés⁽³⁾:

«O trabalho do psicossociólogo é trabalho sobre e no seio de contradições. E o maior problema do psicossociólogo é o de trabalhar de modo dialéctico estas contradições sem eliminar um dos termos em benefício do outro, nem uma contradição em benefício da outra.»

Na minha opinião, é no seio das contradições, contraditoriamente influenciada por essas contradições, que a psicossociologia tem razão de existir, para as estudar, numa perspectiva dinamizante. E entre essas contradições, básicas ao ponto de justificar o seu nome, — psicossociologia, — está a dialéctica entre o todo que é o social e a parte que é o indivíduo. Como é óbvio, o enfrentar dessa dialéctica exige o considerar das dimensões histórica, biológica, económica,

antropológica, política, etnológica, pedagógica, isto é, as dimensões dos factores dialécticos.

O objectivo a longo prazo do K. Lewin⁽⁴⁾, as ciências sociais como ciência única, seja correcto ou não, de interesse ou não, não me interessa neste momento. A psicossociologia não pretende, não deve pretender nunca, ser o modo de realização desse objectivo-projecto de K. Lewin e muitos outros.

A psicossociologia é humilde e ambiciosamente limitada ao seu objecto e pretensão e, portanto, apenas uma desinibida utilizadora das outras ciências sociais.

Talvez se possa dizer que, sendo a psicossociologia assim concebida, torna-se antes de tudo a ciência de resposta às angústias desses cientistas: resposta à sua angústia de mudança que se integra na angústia de mudança do social. A questão do desejo. Sem dúvida. Projectando-me a mim mesmo, não posso encontrar outra lógica embora sem recusar o seu acidental compreensível na origem.

Aliás, o psicossociólogo é frequentemente muito difícil de ser intitulado com esse nome: é psicólogo, é sociólogo e muitas outras formações de base. Não admira: o psicossociólogo prático é-o, melhor ou pior, em função daquela motivação e, como tal, é-o em concreto através das várias dimensões que referi atrás.

A compreensão da dinâmica social exige, simultaneamente com os instrumentos de análise das estruturas sociais, um modelo dos comportamentos individuais capaz de exprimir, independentemente das condições em que esses indivíduos se encontram, a maneira como actuam na história como sujeitos objectivantes. Exige a dialéctica do todo e da parte, do homem e da sociedade.

ESTE CONCEITO DE PSICOSSOCIOLOGIA NÃO É UMA NOVIDADE

Muito embora as insistências, mesmo do nosso tempo, em

(1) Michel Cornaton: *Groupes et société*, Privat éditeurs, Toulouse, 1969.

Eugène Enriquez: «Problématique du changement», *Connexions*, 1972

(2a) G. Lapassade: *Groupes, organisations, institutions*, Gauthier-Villars, Paris, 1967.

(3) M. Pagés: «Inconscient collectif et changement social», *Bulletin de Psychologie*, n.º 308, Tome XXVI (1972-1973), 17-18.

(4) «Por sua vez, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia cultural pricipiaram a dar-se conta de que, sem o auxílio uma da outra, nenhuma conseguiria ir muito longe. Durante os últimos cinco anos, o desejo de um tratamento integrado se manifestou, timidamente de início, agora muito claramente. Ainda não se sabe o que significará especificamente tal integração. É possível que signifique uma fusão das Ciências Sociais numa ciência social única. Por outro lado, pode significar apenas a cooperação de diversas ciências com o objectivo prático de aperfeiçoar a administração social. Todavia, a próxima década testemunhará sem dúvida opinião de que a Economia terá de ser incluída nessa sinfonia, se quisermos compreender e manejar de forma mais eficiente as relações intergrupais.»

K. Lewin escrevia isto em 1946. Ver K. Lewin: *Problemas de dinâmica de grupo*, Editora Cultrix, São Paulo, 1973.

manter uma psicossociologia estática, este conceito não é uma novidade.

K. Marx já o reconhecia de forma muito nítida⁽⁵⁾:

«A doutrina materialista, que quer que os homens sejam produto das circunstâncias e da educação, que, por consequência, homens transformados sejam produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador tem necessidade de ser educado.»

S. Freud⁽⁶⁾, não se lhe pode negar esse mérito notável, foi o primeiro na história da psicologia a encarar o indivíduo como uma unidade sintética concreta olhada como indissociável do seu meio. É verdade que para a psicanálise freudiana o círculo familiar era o limite do meio. Mesmo os seus discípulos, e S. Freud no fim da sua vida, só tentaram esse ultrapassar de limite extrapolando para as sociedades globais o que era válido ao nível das consciências individuais e das famílias.

Todavia, S. Freud procura realizar uma redução dos dois campos de análise, o campo do indivíduo e o campo da colectividade, a um único campo e a uma única estrutura: a estrutura libidinal, sem deixar de dar lugar também, lugar não desprezível mas frequentemente esquecido, a dois outros níveis: o nível da ideologia e o nível da organização, que não reduz à estrutura libidinal.

W. Reich⁽⁷⁾, ao procurar unir ao materialismo histórico o modelo freudiano do psiquismo (o freudo-marxismo), revela a sua preocupação e reconhecimento da necessidade de uma teoria da objectividade-subjectividade, melhor, duma forma teórica de ligação entre as condições objectivas sociais e o subjectivo que é a personalidade.

H. Marcuse que, de certo modo, representa a confluência de Hegel, do jovem K. Marx, de Heidegger e de S. Freud, passando por W. Reich⁽⁸⁾, através da sua observação da

⁽⁵⁾ K. Marx: *Thèses sur Feuerbach*

⁽⁶⁾ Ver em particular S. Freud: *Obras Completas*. Editorial Biblioteca Nueva. Madrid. 1967. «Psicologia de las massas». Vol. I.

⁽⁷⁾ W. Reich: *Matérialisme dialectique, matérialisme historique et psychanalyse*. La pensée Molle. Paris. 1970.

⁽⁸⁾ Pode-se dizer que, enquanto freudo-marxismo de W. Reich existia pela prática, em função da prática, o de H. Marcuse existe pelo estudo e em função do conhecer. H. Marcuse, ao considerar a ala direita e a ala esquerda da revisão da psicanálise, não hesita em dizer «a tentativa mais radical para desenvolver a teoria social implícita em Freud está nos primeiros escritos de Wilhelm Reich. No seu *Einbruch der Sexualmoral* (A irrupção da moral sexual), de 1931, Reich orientava a psicanálise na direcção das relações entre as estruturas sociais e as estruturas instintivas». E critica apenas «um primitivismo radical que anuncia as manias fantásticas e desabridas do Reich dos últimos anos». Já no que diz respeito à ala direita dessa revisão, onde inclui C. Jung, E. Fromm, K. Horney, H. Stack Sullivan, etc., classifica-a de «pseudo-mitologia obscurantista», no que se refere a C. Jung, e diz a seu respeito: «as escolas culturalistas e interpessoais, tendências mais populares da psicanálise de hoje, constituíram o centro do *revisonismo*. Iremos tentar mostrar como, nessas escolas, a teoria psicanalítica se transforma em ideologia...». Ver H. Marcuse: *Eros and civilisation. Contribution à Freud*, Édition de Minuit, Paris. 1963.

evolução da sociedade capitalista⁽⁹⁾ e do seu esforço de demonstrar como «as fronteiras tradicionais entre a psicologia e a filosofia social e política se tornaram caducas por causa das contradições do homem na época actual», parece-me fazer o convite constante a uma psicossociologia tal como a tento expressar⁽¹⁰⁾:

«Com esta etapa da história, a situação da filosofia e de todo o pensamento cognitivo muda. Doravante, todo o pensamento que não testemunhar uma consciência de falsidade radical das condições da vida presente é um pensamento menor. Portanto, abstrair-se destas condições omnipresentes não é somente imoral: é falso. A realidade, com efeito, tornou-se a pouco e pouco uma realidade tecnológica, e o sujeito está permanentemente subordinado ao objecto de tal modo que a noção de objecto inclui necessariamente o sujeito. Fazer cientificamente abstracção desta solidariedade não conduz como outrora a uma realidade mais verdadeira, mas a um erro: mesmo aqui, o objecto está determinado de modo científico, incluindo constitutivamente o sujeito de modo patente. O sujeito do modo científico, que observa, mede e calcula, e o sujeito da vida quotidiana são duas manifestações de uma só subjectividade, a do homem: não era necessário esperar-se Hiroxima para tomar consciência desta identidade. Como sempre o fora, o sujeito que conquistou a matéria sofre sobre o peso morto da sua conquista. Aqueles que enaltecem e dirigem esta conquista utilizaram para criar um mundo no qual aumente o conforto e o poder omnipresente da máquina de produção mantendo os homens submetidos ao actual estado de coisas. Os grupos sociais que a teoria dialéctica reconheceu como representando as forças de negação são vencidas pelo sistema estabelecido ou procuram reconciliar-se. Face ao poder dos factos dados, o poder do pensamento negativo faz figura de condenado.»

Este poder dos factos é um poder de opressão: é o domínio do homem sobre o homem apresentado sob a forma de uma condição objectiva e racional. Contra esta aparência, o pensamento continua a protestar em nome da verdade. E em nome dos factos: é, supremo e universal, como o facto dos factos que o *statu quo* se perpetua pela ameaça constante do aniquilamento por um desperdício sem precedentes de recursos, pelo empobrecimento mental, — *last but not least*, — pela força brutal. Eis as contradições não resolvidas. Caracterizam cada facto singular e cada acontecimento só por si e aplicam o universo inteiro do discurso e da acção. Elas definem portanto igualmente a lógica das coisas, quer dizer o modo do pensamento capaz de abrir um dia a ideologia e de

⁽⁹⁾ Ver, em particular, H. Marcuse: *L'homme unidimensionnel. Essais sur l'ideologie de la société industrielle avancée*, Éditions de Minuit, Paris, 1968.

⁽¹⁰⁾ H. Marcuse: *Raison et Révolution (Hegel et la naissance de la Théorie sociale)*, Éditions de Minuit, Paris, 1968.

compreender a realidade total. Nenhum método se atreveria a pretender o monopólio do conhecimento, mas nenhum método se pode dar por autêntico se não reconhecer as duas proposições que aqui se dão em justa definição da nossa situação: *O todo é verdadeiro e o todo é falso.*»

Na realidade, um conceito de psicossociologia tendo como objecto o estudo da dialéctica entre o todo e a parte não é propriamente uma novidade.

Ao longo da história da psicologia, depois do seu período inicial concordante pelo menos sobre um ponto, a ignorância total decorrente dum certo espiritualismo mais ou menos temperado e fisiologia, do que diz respeito à condição social do homem e das consequências inerentes a essa condição; depois do behaviorismo e do gestaltismo inicial que, embora procurando escapar-se das ambiguidades da ciência tradicional, recusam colocar o social atrás do tema das suas investigações; começamos a encontrar a preocupação da dimensão social.

Além de todo o acontecido e a acontecer da linha freudiana, a chamada psicologia social é o exemplo explícito.

O que é, o que foi, o que tem sido a psicologia social? Para lá da aceção ridícula do nome que serve para apontar o impensado, é difícil a definição de psicologia social; para além do sentido do nome, — psicologia aplicada ao social, — não é muito explícita nem unívoca a sua intenção.

De qualquer modo, ao falar em psicossociologia pretendo, deliberadamente, juntar os termos psicologia e sociologia e por esta ordem que, à frente, justificarei. Não pretendo um novo nome para a psicologia social com quem frequentemente se confunde. Melhor: utiliza-se frequentemente a psicologia social a título de psicossociologia.

UMA QUASE CRÍTICA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Não há dúvida que o termo *psicossociologia* é actualmente muito utilizado. Começa a adquirir direitos próprios. Todavia, acontece que grande número de pessoas confunde *psicossociologia* e *psicologia social*. Dir-se-á que a diferença que eventualmente existe não é importante; que apenas existe para aqueles que se preocupam ao nível do perfeccionismo inútil. Pessoalmente estou convencido que a diferença é extremamente importante e que, na confusão entre as duas está uma das razões da dificuldade de progresso ao nível da abordagem dos problemas humanos.

Como disse Michel Crozier⁽¹¹⁾:

«Podemos preferir a ignorância ao conhecimento mas não podemos pretender que a ignorância é fonte de actividade, de progresso e de inovação.»

(11) Michel Crozier, «Lettre d'un sociologue» in *France-forum*, Juin 1965, p. 29.

(12) Michel Cornaton: *Groupes et société*, Privat éditeur, Toulouse, 1969.

(13) Em português também numa mistura franco-americana cde significado.

Vale a pena tentar rapidamente desfazer essa confusão. Começemos olhando a psicologia social e depois a psicossociologia. Melhor: olhando as ciências humanas e aí localizando a psicologia social e a psicossociologia.

Michel Cornaton⁽¹²⁾ responde de forma simples à pergunta que se faz sobre as ciências humanas:

«Que entendemos por ciências humanas? Como regra geral chamamos ciências humanas às seguintes disciplinas: a psicologia (incluindo a psicanálise), a sociologia, a psicologia social e a psicossociologia, a linguística, a história, a geografia (incluindo a demografia), a antropologia social ou cultural (que inclui as medidas preliminares de observação: a etnografia e a etnologia) e a que juntaremos as ciências políticas e económicas. Mais recentemente apareceu em francês⁽¹³⁾ o termo de ciências sociais para designar a sociologia, a psicologia social, as ciências políticas e económicas. Nos Estados Unidos, o termo de ciências sociais compreende uma lista mais longa de disciplinas. Actualmente, emprega-se frequentemente a expressão de ciências do homem e, há pouco tempo, de ciências antropológicas para designar mais particularmente, parece, a sociologia, a psicologia individual e social e a antropologia.»

Independentemente do velho problema que se traduz na também velha tendência de todas as disciplinas das ciências humanas para reinarem sobre as outras disciplinas, no esquecer que o valor de cada uma dessas disciplinas só existe quando proporciona a síntese com todas as outras, existe um processo histórico que é indispensável considerar na evolução das ciências humanas: a perspectiva *empírica e analítica*, antiga e arreigada, a perspectiva *sintética e histórica*, mais recente e que insiste em se afirmar.

A perspectiva *empírica e analítica*, partindo de um sistema de abstracções (a Natureza, o Espírito, Deus e o Homem) para chegar ao concreto, caracteriza-se com clareza: a busca de objectividade à custa dum empirismo absoluto e da intenção analítica conduz forçosamente, no caso das ciências humanas, a uma ideologia orientadora das ciências (o sistema abstracto em que se deposita a força desse empirismo e análise); a busca de objectividade, ainda, à custa daquilo a que Sorokin⁽¹⁴⁾ chamou de *quantofrenia*, isto é, imitações pseudo-matemáticas; a absorção pelo menor, dissecação que não deixa o especialista reconhecer o conjunto; a grande exactidão metodológica (digna de todos os dogmas), podíamos dizer o escrúpulo metodológico esterilizador da investigação por não assentar numa reflexão sobre as finalidades da ciência, isto é, tendo como finalidade as técnicas de adaptação e de condicionamento do homem e do seu ambiente.

A perspectiva *sintética e histórica*⁽¹⁵⁾ pretende instituir

(14) Pitirin Sorokin *Fads and foibles in modern sociology and related sciences*, Reguery Co, Chicago, 1956.

(15) Pessoalmente pergunto-me, às vezes, se o significado, em português, de *síntese* perdeu o seu sentido dinâmico (a síntese é a existência e dinâmica dos elementos que a fazem existir), forçosamente histórico. De qualquer modo, é nesse sentido (que me parece tão explícito no vocábulo equivalente em alemão que Hegel usa) que utilizo a palavra.

um sistema que vai do concreto para o abstracto. Não do concreto representação caótica da realidade. O verdadeiro concreto, diz-nos Karl Marx⁽¹⁶⁾, não existe senão no pensamento que olha os factos como momentos de um processo:

«O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações donde a unidade da diversidade.»

Na perspectiva *sintética e histórica*, o concreto e o abstracto são distintos mas têm uma relação dialéctica. A apreensão do real, que é uma totalidade, deve fazer-se a partir dessa dialéctica do abstracto e do concreto, do teórico e do prático, do singular e do geral. A negação dum destes termos, em relação aos quais não pode haver separação nem assimilação, é a origem da ideologia e não do conhecimento científico.

Nestas duas hipóteses de perspectiva de abordagem das ciências humanas está uma primeira causa de distinção da psicologia social e da psicossociologia. Poderia a psicossociologia ser um ramo da psicologia social. No entanto, para além de ser um ramo que se tornou mais importante que a própria psicologia social, é um ramo que deve a sua origem (de modo mais ou menos acentuado) à alteração da perspectiva empírico-analítica para a perspectiva sintético-histórica.

Como dizia Jean Stotzel⁽¹⁷⁾:

«... a psicologia social, tal como a podemos apresentar actualmente, é quase que unicamente uma disciplina americana, nas suas origens históricas imediatas e no essencial do seu desenvolvimento até agora.»

Consequentemente, a psicologia social considera os grandes agrupamentos que são as classes sociais, as comunicações e os comportamentos de massa. Considera concreto e realidade empírica que analisa, as abstrações que são as classes sociais, as comunicações e os comportamentos de massa. Metodologicamente apurada, constrói as técnicas que possibilitam a adaptação e condicionamento desses factos humanos.

Vale a pena tentar um muito curto resumo histórico: prestemos atenção ao que diz respeito aos seus objectivos desdituidos de coerência e com parentescos incertos que lhe são atribuídos nas declarações de intenção e exposições críticas que fazem uma maioria de autores.

O problema surge logo quanto ao nascimento desta ciência. Uns citam com exactidão a data do nascimento da psicologia social: o ano de 1859, quando o filósofo e filólogo alemão H. Steintahl e o filósofo M. Lazarus começaram a editar a revista *Zeitschrift für Völkerpsychologie*⁽¹⁸⁾. Outras, com as obras de Gabriel Tarde⁽¹⁹⁾ e de Gustave Le Bon⁽²⁰⁾, as duas utilizando os dados patológicos acerca da

sugestibilidade conseguidos à custa dos estudos sobre a personalidade histórica feitos por Charcot e Janet em Paris e Lébeault em Nancy. Outros ainda, referindo os trabalhos de Lester F. Ward⁽²¹⁾ na tendência de explicação da vida social a partir da psicologia individual, de Gustav Ratzenhofer⁽²²⁾ procurando introduzir na sociologia o indivíduo e as suas motivações, e de Albion W. Small⁽²³⁾ com a sua lista dos interesses humanos: saúde, riqueza, sociabilidade, beleza, saber e verdade. E ainda outros, atentando na «dialéctica do crescimento pessoal» de S. Mark Baldwin⁽²⁴⁾ que Charles H. Cooley⁽²⁵⁾ e George H. Mead⁽²⁶⁾ prosseguiram.

As hipóteses de início da psicologia social são imensas. De qualquer modo, não se poderá ignorar nunca o inglês fixado nos Estados Unidos que foi William McDougall⁽²⁷⁾. Como diz Jean Stotzel⁽²⁸⁾:

«Quis edificar uma psicologia social que seria uma sociologia psicológica: podemos considerá-lo como um puro psicólogo, já ultrapassado pelo seu tempo que se tornara o duma psicologia experimental e de laboratório. Vai desencadear contra ele as tempestades da controvérsia onde não será vencedor. Aparece como um atrasado — Mas o próprio facto destas críticas chamou a atenção sobre os factos que permaneciam desapercibidos e, negativamente, teve uma influência de percussor.»

A PSICOSSOCIOLOGIA E AS PREMISSAS FILOSÓFICAS

A psicossociologia exige a elucidação das premissas filosóficas que orientam o psicossociólogo na sua intervenção. Karl Jaspers⁽²⁹⁾, o filósofo-psiquiatra, e referindo-se à psiquiatria, explicita aquela elucidação como baseada em duas linhas fundamentais de investigação: o *conhecimento objectivo*, a *empatia* ou *intuição emocionalmente*

(21) Lester F. Ward: *Psychic Factors in civilization* em 1893.

(22) Gustav Ratzenhofer: *Die Soziologische Erkenntnis* 1898.

(23) Albion W. Small: *An introduction to the study of society* 1894 com a colaboração de G. E. Vincent: *General Sociology* em 1905.

(24) J. Mark Baldwin: *Social and ethical interpretations in mental development* em 1897 e com o subtítulo «A study in social psychology».

(25) Charles H. Cooley: *Human nature and the social order*, em 1902 e *Social organization: a study of the larger mind* em 1909.

(26) George H. Mead: *Mind, self and society*. Viveu de 1863-1931; o livro é uma compilação de notas de G. M. Mead publicadas em 1934 pelos seus discípulos.

(27) William McDougall: *Physiological Psychology* em 1905; *Introduction to social psychology* em 1908; e *Psychology, the study of behaviour* em 1912. A segunda obra referida é a de maior significado.

(28) Jean Stotzel: *La psychologie sociale*, Flammarion Éditeur, Paris 1963.

(29) Karl Jaspers: *General Psychopathology*, University of Chicago Press, Chicago, 1963.

(16) Karl Marx: *Introduction à la critique de l'économie politique*.

(17) Jean Stotzel: *La psychologie sociale*, Flammarion Éditeur, Paris.

(18) B. D. Parigui assim diz que o refere a *Grande Enciclopédia Soviética*. Ver B. D. Parigui: *A psicologia social como ciência*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

(19) Gabriel Tarde: *Les lois de l'imitation* em 1890.

(20) Gustave Le Bon: *La psychologie des foules* em 1893.

inspirada.

A primeira, o conhecimento objectivo, refere-se aos esforços do psicossociólogo no sentido de seguir a cadeia de causa e efeito, desde o passado até ao futuro, e a partir daí estabelecer o diagnóstico, o prognóstico e o plano de intervenção. A segunda, a empatia ou intuição emocionalmente inspirada, define a capacidade do psicossociólogo compreender o campo de intervenção, identificando-se com esse campo, «integrando-se» nesse campo

É óbvio que qualquer das duas linhas de investigação apresentam as suas armadilhas perigosas. Todavia, as precauções a tomar relativamente a essas armadilhas não destroem a exigência de as percorrer. A participação emocional ou identificação com o campo de intervenção pode, indiscutivelmente, conduzir a uma «desejada» ou «receada» *falsificação* que transforma a intervenção num reforçar do existente. O conhecimento objectivo pode provocar o centrar do interesse do psicossociólogo na verificação das suas premissas possibilitando a fuga de dados de análise importantes na existência integrada da intervenção.

Estas armadilhas existem. A sua existência torna-se perigosa quando utilizam na sua actuação as premissas filosóficas não consciencializadas do psicossociólogo. Neste aspecto, considero fundamental as várias formas da filosofia existencial, dos estudos analíticos «Dasein», da nova síntese do idealismo e realismo concebida por Martin Heidegger. Embora, não consiga aderir globalmente ao nihilismo radical, ateísmo e voluntarismo que caracteriza os escritos de Jean-Paul Sartre; embora recuse o humanismo e teísmo que Karl Jaspers, Max Scheler, Martin Buber, Gabriel Marcel e Nikolai Berdjajew sublinham opondo-se ao naturalismo e materialismo; embora as visões do mundo dos filósofos existencialistas sejam frequentemente contraditórias; adiro ao desejo comum do estabelecer da ligação entre o sujeito e o objecto que considero vital na psicossociologia.

Martin Heidegger⁽³⁰⁾, a fonte do pensamento existencialista actual, com o seu conceito de «estar-no-mundo» em que o «Dasein» (o «estar-ali», campo do ser que é a sua existência) leva à autenticidade. «Estar-ali» implica as consequências no ser daquilo a que Heidegger chamou de «Soege»: um conceito que envolve a ansiedade tal como o amor. Amor no sentido em que H. S. Sullivan⁽³¹⁾ o define: um envolver-se com outro e simultaneamente consigo mesmo; ansiedade originada no medo de não-ser, em concreto, no medo da morte. O homem sabe que está destinado a morrer mas tende a esquecê-lo. A autenticidade do «estar-ali», de acordo com Heidegger, está na resolução do aceitar o seu destino, do aceitar a morte como uma constante possibilidade do presente implícita no amor.

A dimensão fundamental do existencialismo que Heidegger apontou está na *autenticidade do estar-ali*. E é relativamente a esta *autenticidade* que se estabelecem os pontos de discordância existencialista.

Paul Tillich⁽³²⁾, por exemplo, intérprete teológico do existencialismo nos Estados Unidos, define a autenticidade

como a «coragem-em-ser» apesar da ameaça que representa o «não-ser». Preocupa-se com o desejo geral de se adaptar à opinião pública, de desempenhar os papéis definidos, de gozar as distrações sem significado, de manter as conversas sem objectivo; estas preocupações dão origem ao «estar-perdido-no-mundo» que faz surgir a ansiedade e os sentimentos de culpa na medida em que destroem a experiência de liberdade e responsabilidade.

Sartre⁽³³⁾ foi muito lúcido, embora às vezes paradoxal, nas suas formulações existencialistas. Ser, a base da existência, é um enigma para o homem; mas pode objectivar o mundo das coisas. Pode estudar e manusear os aspectos técnicos do ambiente, «Umwelt». Pode lidar com o seu ser companheiro como com um objecto no «Mitwelt» (ser-com-os-outros). O seu companheiro torna-se objectivo das emoções, dos desejos e dos medos. Objectiva-as no processo de conhecimento e acção manipulativa. Para a outra pessoa, de acordo com Sartre, o homem é um objecto. O outro ser

«apresenta-se, em certo sentido, como a negação radical da minha experiência, uma vez que é a pessoa para quem não sou sujeito mas objecto»⁽³⁴⁾

Como sujeito, no entanto, o homem permanece evasivo, parcialmente escondido na ignorância.

O estar consciente, que Hegel⁽³⁵⁾ chama a «infeliz consciência», separa o sujeito do objecto. A outra pessoa pode objectivar o sujeito com mais precisão do que o próprio sujeito que é frequentemente vítima da auto-decepção. Nietzsche⁽³⁶⁾ afirmou que toda a pessoa era a que estava mais longe de si mesmo. A consciência de si mesmo é experimentada como uma destruição de si mesmo, como um perder de objectividade. A pessoa consciente de si mesma perde a máscara perante o «olhar» através do qual a outra pessoa objectiva e avalia; a avaliação da outra pessoa faz a consciência do sujeito consciente de si mesma. O sujeito desempenha o papel que o senso comum dita, mas não experimenta o papel que desempenha. Quando toma consciência sente-se embaraçado, envergonhado, culpado porque, como Sartre diz, «não é o que é e é o que não é»⁽³⁷⁾. Este paradoxo interfere na identidade estável do sujeito.

O homem não é um produto da natureza, ou de fabricação humana, que funcione automaticamente, em si mesmo («en-soi»), um recipiente passivo do destino. É, por si mesmo («pour-soi»), um projecto para o futuro que transcende a situação presente com as suas contingências e necessidades. O homem é atirado ao mundo dependente da sua hereditariedade, dos outros, da sua sorte. No entanto, é *obrigado a ser livre*. Os seus desejos e medos obrigam-no a escolher, a arriscar-se a participar ou não participar em cada situação concreta. E quando se recusa a fazer uma escolha, indica que *decidiu não decidir*. A sua imaginação mágica

(30) Martin Heidegger *Sein und Zeit*, Neomarius, Tübingen, 1949.

(31) Harry Stack Sullivan: *Fusion of psychiatry and social science*, W. W. Norton, New York, 1950.

(32) Paul Tillich.

(33) Jean-Paul Sartre: *L'Être et le Néant*, Librairie Gallimard, Paris, 1948.

(34) Jean Paul Sartre: *L'Être et le Néant*

(35) Hegel: *Phenomenologie de L'Esprit*

(37) Jean-Paul Sartre: *L'Être et le Néant*, Librairie Gallimard, Paris, 1948.

emocionalmente inspirada rejeita e reconstrói o mundo onde é lançado e assim se transforma a si mesmo. A vantagem da liberdade faz com que o homem se confronte, sabendo-o ou não o sabendo, com o horror do nada. Não é apenas um homem com medo dos perigos reais externos à sua situação, está igualmente com medo da possibilidade, vinda da sua imaginação, de falhar no dominar da situação. Hesita entre a fé e a falta de fé em si mesmo. Pode escolher o evitar o perigo pela repressão do seu desejo ou pode preferir confrontar o perigo negando a sua ansiedade. De qualquer modo, no momento em que reprime ou nega, não é verdadeiro para consigo mesmo: vive o estado de falsa fé. O homem decepciona-se a si mesmo fazendo-se a si mesmo acreditar. Acreditar, segundo o que Sartre formula, é sempre fazer-de-conta; quando o acreditar penetra na consciência de si mesmo reprime as suas dúvidas; quando conscientemente tenta ser honesto, reprime a sua desonestidade.

Na situação de intimidade erótica o homem sente-se libertado da angústia do nada através do valor substancial do amor que confirma a sua existência. No entanto, assim que se faz acreditar que ama e é amado, a dúvida aparece na relação de amor. Esta dúvida faz a outra pessoa um objecto do desejo; ameaçado pela frustração do nada, e faz com que o próprio se torne um objecto da outra pessoa. A relação de amor deteriora-se e torna-se numa relação dono-escravo, tal como Hegel⁽³⁸⁾ a descreve. No sistema de Sartre, a realidade humana é uma paixão. No projecto que é para si mesmo («pour-soi») o homem grita por Deus como fonte de protecção relativamente à angústia do nada; ou tenta ser Deus, ser um super-homem, para si mesmo e em si mesmo («pour-soi» e «en-soi»).

«O homem perde-se a si mesmo como homem para fazer nascer Deus. Mas a ideia de Deus é contraditória e perdemos-nos em vão; o homem é uma paixão inútil.»⁽³⁹⁾

A PSICOSSOCIOLOGIA E O EXISTENCIALISMO

Uma perspectiva básica da psicossociologia (que a faz abandonar a perspectiva litúrgica) diz respeito exactamente às duas linhas fundamentais de investigação que referi. O conhecimento objectivo decorre do método científico; e há que desenvolvê-lo, praticá-lo e respeitá-lo. Todavia, há que recusar o desenvolvimento do cientismo que deifica a ciência, que substitui as divindades tradicionais destruídas por se terem reconhecido ilusórias. Existe a *intenção* emocionalmente inspirada que implica um irradiar da filosofia que o psicossociólogo vive e cuja consciência provoca as limitações do sujeito onde assenta a capacidade de intervenção.

A intervenção não é, nem uma apropriação nem um subjugar-se ao objecto de intervenção. Essencialmente, a intervenção é capacitar o *Dasein* (o estar-ali) do objecto de

intervenção às possibilidades do futuro: remover as barreiras de ilusão que são produto do repetir compulsivo das ansiedades passadas e dos hábitos de fuga; remover a repressão do desejo e a negação da ansiedade.

O objecto de intervenção tem tendência a procurar o conforto nas acusações repetidas das injustiças do passado, no protesto contra os «pais» esquizofrénicos da situação, na ilusão de que o explorar do passado pode magicamente alterar o futuro. Independentemente do método científico utilizado, a não consciência da filosofia irradiada pelo interventor leva-o a tentar apropriar-se do objecto de intervenção, ou a subjugar-se ao objecto de intervenção, na busca daquele mesmo conforto ilusoriamente desansioгенante e construtor duma relação de amor dono-escravo; aparentemente o interventor resolve a sua angústia do nada tornando realmente inútil a sua paixão.

A morte, o mal e a destruição não podem ser abolidas; a angústia do nada decorre do «ignorar» desse concreto, do «desligar-se» desse concreto. O protesto contra esse concreto consciencializado leva à tolerância da frustração, leva ao uso da liberdade da decisão, das novas decisões, que transcende o nada pela experiência implícita, pela própria experiência da frustração.

A não investigação da *intenção emocionalmente inspirada* leva o interventor à transferência («transfert») e à facilitação da transferência que caracteriza a liturgia. A transferência possibilita o partilhar de ansiedades e da fúria da frustração: seja positiva ou negativa, a *transferência oferece soluções ilusórias para conflitos não resolvidos*. Sem dúvida que as transferências do objecto de intervenção exigem contra-transferências (e na capacidade de contra-transferência do interventor está a medida de consciencialização da sua intenção emocionalmente inspirada). Não posso esquecer que, na terminologia de S. Freud, transferência é uma resistência; J. P. Sartre, mais energicamente, considera-a como uma manifestação de má-fé: decepção face ao desafio da frustração, fuga perante os aspectos ameaçadores da vida à custa da negação ou distorção da situação presente e suas limitações necessariamente frustrantes.

Toda a situação de intervenção é uma situação de limitações e de tensão. A atracção erótica pode desempenhar o papel de facilitante da empatia e intenção; no entanto, a responsabilidade da relação de intervenção transcende o erotismo. A intenção emocionalmente inspirada é, negativa ou positivamente, limitativa; dessa limitação decorre a tensão transferida ou assumida.

É um facto que o existencialismo não introduz novos métodos de intervenção. Mas des-liturgiza a intervenção como cerimónia de culto ao deus ciência. *A autenticidade do «estar-ali» é o elemento essencial da dialéctica da intervenção e, portanto, da psicossociologia.*

O ACTO PSICOSSOCIOLÓGICO

A *análise institucional* é o acto psicossociológico. Sendo o objecto da psicossociologia o estudo da dialéctica entre o todo (também parte) que é o social e a parte (também todo) que é o indivíduo, é no *instituir* que está o centro do seu objecto e na *análise* a via instituída e instituinte de abordar

⁽³⁸⁾ Hegel: *Phenomenologie de l'Esprit*.

⁽³⁹⁾ Jean-Paul Sartre: *L'Être et le Néant*, Librairie Gallimard, Paris, 1948.

aquele instituir.

Análise, já todos sabemos das nossas procuras à volta da origem grega da palavra (ana-lytikos), quer dizer «separação de qualquer coisa nas suas partes constituintes ou elementos».

Por outro lado, *instituição* é o «acto ou efeito de instituir». Sendo *instituir*, continuando a utilizar os conhecimentos de dicionário⁽⁴⁰⁾, «fundar, criar, estabelecer; nomear por herdeiro; doutrinar, disciplinar; assinalar; aprazar.».

Sendo assim, a primeira dificuldade na abordagem da análise institucional em termos dialécticos reside na explicitação utilitária da diferença entre *compreensão* e *explicação*.

«A *compreensão* é evidência imediata, a *explicação* é a justificação posterior da presença de um fenómeno pela existência suposta de um outro fenómeno que, de momento, não é acessível à nossa apreensão.»⁽⁴¹⁾

A *explicação* diferencia as «partes constituintes ou elementos», é sempre analítica, correndo-se o perigo de isolar a existência ou actuação dessas «partes constituintes ou elementos», de considerar não-existente a «parte ou elemento» que não nos é acessível. A *compreensão* considera esse conjunto de «partes constituintes ou elementos» como uma unidade, *instituir* um novo elemento, uma nova parte, correndo-se o perigo de confundir a unidade instituída com uma unidade sólida e indecomponível, não articulada.

Em termos dialécticos, repito, a primeira dificuldade na abordagem da *análise institucional* está na explicitação utilitária, prática, da diferença entre *compreensão* e *explicação*: explicitação utilitária ou prática porque não consiste na opção de uma ou de outra mas na utilização lógica de uma e outra para discriminar a verdade do erro.

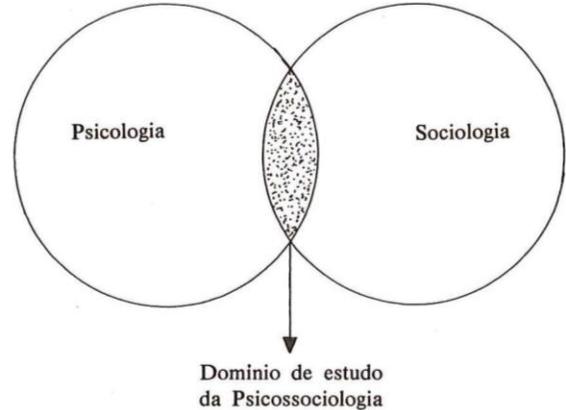
Voltando aos conhecimentos de dicionário, a dialéctica (do grego: *dialektike*) é «um ramo da lógica que ensina a arte da discussão e da discriminação da verdade do erro; (...) discussão ou debate conduzido em conformidade com as leis da lógica».

Isto tem algo a ver com o estabelecer do conceito de acto psicossociológico. Vale a pena recordar a propósito o que já afirmei no passado⁽⁴²⁾:

«O termo *psicossociologia* designa um domínio de estudo que é comum à psicologia e à sociologia. Esta primeira afirmação é óbvia pela própria construção da palavra em causa: se recordarmos o termo *psicologia social* e a grande zona de coincidência com a psicossociologia no que respeita ao domínio de estudo, mais explícita se torna a validade da afirmação feita tendo em conta as razões que levam a preferir psicossociologia a psicologia social.

Contudo, a afirmação levanta-nos, de qualquer

modo, um outro problema: o da coordenação desses dois domínios de estudo, a psicologia e a sociologia, sem o que se transformaria a psicossociologia numa mera utilização artilosa desses dois domínios (o que, em termos práticos, acontece infelizmente com muita frequência). Torna-se assim conveniente alterar a afirmação feita aproveitando-nos da linguagem matemática: *psicossociologia designa um domínio de estudo que corresponde à intersecção da psicologia e da sociologia*.



Sem dúvida que é já difícil definir os campos de estudo quer da psicologia quer da sociologia. Não nos interessam aqui as definições que, por demasiado exclusivas, deixariam de nos ser úteis, nem aquelas que por demasiado genéricas não são significativas. No entanto, uma demarcação rudimentar desses campos de estudo é-nos necessária e suficiente nesta fase.

Assim, podemos dizer que «a psicologia estuda as relações entre os acontecimentos ou condições antecedentes e o comportamento consequente dos organismos». Por outro lado, podemos dizer que «a sociologia estuda os fenómenos colectivos, os que se impõem às sociedades ou conjuntos de indivíduos suficientemente importantes».

Ora a psicossociologia, em resumo, estuda «os acontecimentos ou condições antecedentes» que são também «os fenómenos colectivos» e o «comportamento consequente dos organismos».

Esta demarcação do campo de estudo da psicossociologia pode levar ao erro frequente de se pôr o problema da opção pela atitude «psicologista» ou pela atitude «sociologista». Voltando à afirmação feita atrás, pôr-se a questão da atitude «psicologista» ou «sociologista» é confundir o «modo de olhar» para a zona de intersecção com o domínio de estudo que essa zona explicita. Refletindo mais profundamente, constatar-se-ia que o «modo de olhar» é já um problema psicossociológico; definido o domínio de estudo, todas as ques-

(41) Jules Mounerot: *Les faits sociaux ne sont pas des choses*, Gallimard, Paris, 1952.

(42) Manuel Tavares da Silva: «Problemas didácticos da introdução à dinâmica de grupo», *Análise Psicológica*, n.º 1, Outubro 1977.

tões metodológicas são em função desse domínio de estudo.

Aliás, sendo a psicossociologia uma ciência que faz a charneira entre a psicologia e a sociologia, exige fundamentalmente uma *atitude de síntese*. Todo o comportamento humano tem um aspecto sociológico e um aspecto psicológico que, cada uma destas duas ciências, em função da actual divisão do trabalho, isola artificialmente. A psicossociologia, através da sua atitude de síntese, limita-se ao estudo da zona de intersecção, isto é, das interações entre aqueles dois aspectos:

- *interacção entre os fenómenos sociais e os fenómenos psicológicos;*
- *interacção entre a pessoa e a situação que é o grupo;*
- *interacção entre o estudo feito do (-exterior-), à custa da mediação dum dispositivo experimental ou duma quantificação, e o estudo feito do interior, à custa da experiência vivida.*

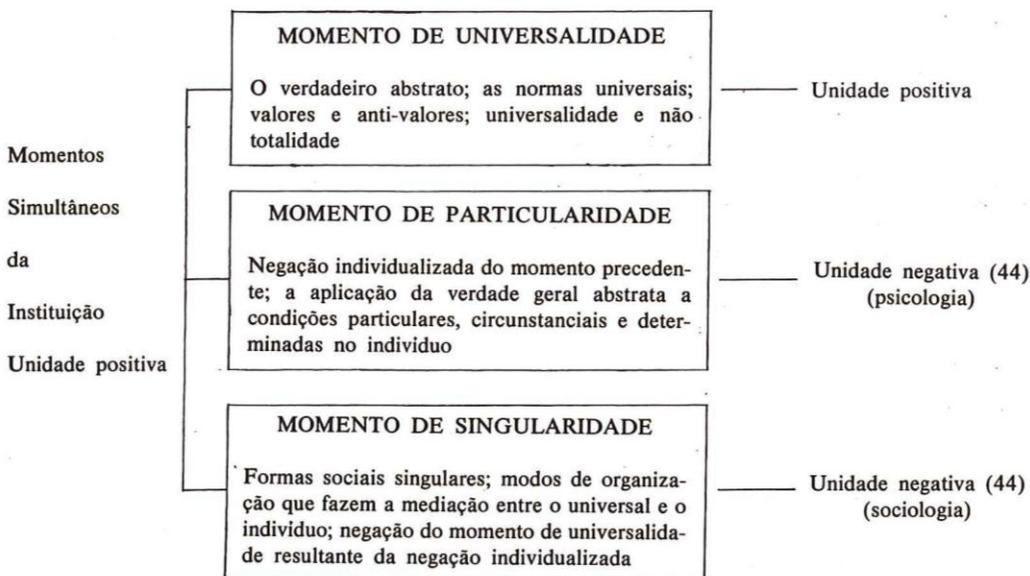
Em resumo, o objectivo próprio da psicossociologia é a *interacção*, a «ligação social do indivíduo», o que é dizer por outras palavras que a psicossociologia é a disciplina que realiza a síntese da articulação entre a psicologia e a sociologia.»

Ao dizer que a *psicossociologia designa um domínio de estudo que corresponde à intersecção da psicologia e da sociologia*, ao dizer que o objectivo da psicossociologia é a *interacção*, a «ligação social do indivíduo», ao afirmar que o objecto da psicossociologia é o estudo da dialéctica entre o social e o individual, o risco de uma confusão fácil: a oposição da parte ao todo leva a ser muito possível a confusão da dialéctica com a antinomia que se tenta resolver pelos erros do «psicologismo» ou do «sociologismo», pelo optar como proeminente um dos membros da antinomia.

Daí que seja necessário encarar a *interacção* na sua dimensão institucional: analisada dialecticamente a instituição decompõe-se nos seus três momentos: *universalidade, particularidade e singularidade*⁽⁴³⁾. A intersecção da psicologia e sociologia consiste basicamente na interacção entre os momentos de particularidade de singularidade *integrados no momento de universalidade*. Daí que o acto psicossociológico de origem seja a análise dialectica da instituição.

As ciências preocupam-se fundamentalmente com as unidades negativas da realidade. Esta sua negatividade constitui a origem do *teórico*, que não é falso, que é necessário, mas que exige a relação com o positivo abstracto para obtenção do *prático*, do concreto.

Daí que na instituição, se a dialéctica for confundida com a antinomia das duas unidades negativas, os resultados



(43) Tomamos como ponto de partida o pensamento de Hegel.

(44) Ao utilizar os termos «unidade positiva» e «unidade negativa» convem esclarecer o seu significado. Para isso refiro a interpretação de H. Marcuse — *Raison et Révolution (Hegel et la naissance de la théorie sociale)*, Éditions de Minuit, Paris, 1968: «Segundo a definição de Hegel, «o pensamento, na verdade, é essencialmente a negação do que está de um modo imediato diante de nós». Que se entende por «negação», esta categoria central da dialéctica

sejam teóricos e, muito naturalmente, conseqüentes duma predominância «psicologista» ou «sociologista». O encarar da *interacção* exige o tomar como objecto a instituição (objecto com centro no instituir) onde está a *prática*

(51) Insistindo no significado de dicionário de algumas palavras utilizadas, recordo que:

Ritual: «forma prescrita de se conduzir numa cerimónia»

Mito: «coisa inacreditável que não tem realidade»

Litúrgia: «um ritual ou corpo de rituais prescritos para o acto público de prestar honras a um deus».

resultante da dialéctica das unidades positiva e negativas.

Supondo que a dialéctica da instituição, que é indispensável considerar na psicossociologia, se torna mais explícita e evidente se amplificarmos os três momentos, que Hegel referiu, no pormenor que outros autores evidenciaram. Faça essa amplificação sem responsabilizar os respectivos autores pela minha interpretação.

Assim, tal como o abordar da psicologia esquecendo a sua qualidade dinâmica constrói o teórico ritualizado; tal como o abordar da sociologia esquecendo a sua qualidade morfológica constrói o teórico mitificado; abordar a psicossociologia (com este nome ou outro) esquecendo a sua qualidade dialéctica provoca a existência duma *prática litúrgica*⁽⁵¹⁾.

| PERSPECTIVAS DOS TRÊS MOMENTOS DA INSTITUIÇÃO | | | | | | | |
|---|---------------------------------------|----------------------|---------------------------------|------------|-----------------|--|-------------|
| Momento de Universalidade | Nível tópico (simbólico) Ideologia | Campo ideológico | Hipótese de base de dependência | Semântica | Superestrutura | Lugar de tensão entre instituído e instituinte | Poder |
| Momento de Particularidade | Nível dinâmico Acontecimentos | Campo libidinal | Hipótese de base de ataque-fuga | Pragmática | Infra-estrutura | Social instituinte | Autoridade |
| Momento de Singularidade | Nível morfológico Estrutura | Campo organizacional | Hipótese de base de conjugação | Sintaxe | Estrutura | Social instituído | Organização |
| | | ↓ | ↓ | | ↓ | | ↓ |
| | | S. Freud | Bion | | Karl Marx | | Cardan |

Por outras palavras, a liturgia psicossociológica (vulgar no nosso tempo e tomando muitas vezes o nome de psicologia social) assenta na explicação e compreensão das relações entre os *acontecimentos* e a *estrutura*, entre a *dinâmica* do viver e a sua *morfologia*, entre o *campo libidinal* e o *campo organizacional*, entre a pragmática e a *sintaxe* (fundamentalmente regulamentadora), sobre a *infra-estrutura* e a *estrutura*, entre o *social instituinte* e o *social instituído*, entre a *autoridade* e a *organização*, entre a psicologia e a sociologia, de forma antinómica e, ainda (e por isso liturgia) ignorando o objecto real da psicossociologia à custa da «fidelidade» às unidades negativas da instituição.

Se aquilo a que se chama *psicossociologia* ignorar o seu objecto real, ou pressupor um objecto incompleto, o seu objectivo (expresso seja como for), por exigência lógica do real, torna-se uma *liturgia*, obediente ao inconsciente institucional, anti-mudança, esforçada na manutenção da não-resposta às características do momento de universalidade.

Importa ainda fazer alguns comentários acerca da realidade institucional que a *síntese* dialéctica do passado e, simultaneamente a tese e antítese do presente:

1. Cada momento tem duas dimensões válidas que são, em função do momento de universalidade, componentes da tese e antítese da realidade institucional: a *ideologia* (ou *poder*) *promulgada* e a *anti-ideologia* (ou *anti-poder*) *latente* ou *projectada*; o *libidinal* (ou *autoridade*) *praticado* e o *libidinal* (ou *autoridade*) *não-dito* e/ou *proibido*; e a *vigência organizacional* e o *protesto organizacional*.
2. A predominância de uma ou de outra destas dimensões apenas provocam alterações formais da mesma *síntese*.
3. A intervenção não é uma actuação no sentido da alteração formal desta *síntese* mas sim o possibilitar

da mudança: a recusa de alteração do conteúdo da síntese ou a alteração do conteúdo da síntese.

Logicamente e dentro desta perspectiva, como acto de intervenção, a psicossociologia só tem sentido como provocação emocional: provocação emocional aplicada ao analista, aos dissidentes e/ou «leaders» (às pessoas representativas da tese e da antítese), capaz de revelar a instituição a si mesma por uma espécie de «acting-out» controlado que pode ir da contestação radical à manipulação afectiva⁽⁵²⁾.

Daí que a análise institucional seja o acto psicossociológico.

TERCEIRA CONCLUSÃO

Em primeiro lugar sentia como indispensável a clarificação e localização do meu conceito de psicossociologia; daí a tentativa de explicação que facilite a compreensão do meu raciocínio e trabalhar. Em segundo lugar, justifico a título desta obra e sublinho as implicações que pretendo.

O objectivo da psicossociologia é a *análise institucional*. Análise na sua dimensão de acto analítico no sentido directo (via instituído) e análise na sua outra dimensão de acto de intervenção (via instituinte). Institucional porque o centro do objecto da psicossociologia é a instituição, melhor, o instituir.

Liturgia psicossociológica porque, embora a minha posição anti-litúrgica, ressinto-me da tendência para a sua prática mesma ao escrever esta obra.

(52) Já Kurt Lewin (*Psychologie dynamique*, PUF, Paris, 1967) referia este conceito de provocação emocional a propósito do grupo. Como aprofundaremos mais à frente, o grupo é uma projecção do instituir onde o controle do «acting-out» é mais viável na prática.

4. A Prática Psicossociológica

«Não existe nada tão prático
como uma boa teoria»

K. LEWIN⁽¹⁾

«A causa da liberdade de
realização, deixando ao
mesmo tempo de ser causa,
abraça sempre a subjecti-
vidade».

R. VANEIGEM⁽²⁾

«Experiência é o nome que
toda a gente dá aos seus
erros.»

HENRY LUNDBERG⁽³⁾

Muitos dos nossos contemporâneos descobriram que se «fazia» intervenção. Interessaram-se. A intervenção tornou-se naquilo em que se transformam todas as coisas na sociedade em que vivemos: um produto. Um mercado foi criado. A procura tornou-se abundante. A pergunta crucial acaba por aparecer: na intervenção o que é que se vende? Resposta: a mudança. Pergunta: que mudança? Esta é uma pergunta que se fazem clientes e vendedores. Os clientes na busca de respostas que não são propriamente da psicossociologia. Os psicossociólogos na confusão, por vezes ingénua, que os leva a abandonar a pergunta prioritária da relação teoria-prática.

A TEORIA E A PRÁTICA

Aquilo a que Althusser⁽⁴⁾, com razão, chama o «revisãoismo psicanalítico», exemplifica o problema básico da prática e da ciência. S. Freud quis dar a forma de um sistema rigoroso de conceitos abstractos à descoberta extraordinária que fazia todos os dias na sua *prática* quotidiana⁽⁵⁾. Sem dúvida que procurou precedentes

teóricos. De qualquer modo, legou-nos uma enorme lista de textos profundos, umas vezes claros, outras, obscuros, às vezes enigmáticos e contraditórios, problemáticos, embrulhados em conceitos que nos podem parecer caducos, arcaicos, inadequados ao seu conteúdo, superados. Sem dúvida. Mas os seus defeitos são os inevitáveis naqueles que criam na solidão teórica. A diferença fundamental está na continuação clarificadora e purificadora, ou na adulteração adaptativa característica dos tais «revisãoistas»: submeteram às «ideias dominantes» da sociedade em que viviam as «técnicas» que Freud propôs alterando para isso a correlação das ideias com o real que teoricamente tentou delinear.

São estas modificações da coerência ideias-real que constituem a principal razão que torna necessária uma atenção especial na abordagem científica. Sem dúvida que o objectivo das ciências são as ideias. Mas o seu objecto é o real. A teoria são as ideias; a prática são as ideias no real. O qualitativo de *falso* em falsas ideias é um definir que essas ideias não traduzem o real autêntico: supõem e traduzem um real que não existe, pelo menos como situação. A psicossociologia, sendo ciência, tem de se preocupar fundamentalmente com a correlação ideias e real.

Aliás, enfrentamos aqui o problema que G. Deleuze e M. Foucault apontam na sua conversa⁽⁶⁾. Relativamente ao dilema teoria-prática, insiste-se na questão da prioridade: se é a prática (que lida com o real) que propicia a teoria (que lida com as ideias), ou se é a teoria que se verifica na prática. O verdadeiro problema está na autenticidade situacional da relação teoria-prática. Por outras palavras, a generalização teórico-prática pode ser um instrumento facilitador da compreensão teórica da prática situacional (no local e no momento, mais ou menos amplos), mas não se pode considerar a teoria como determinante de qual a prática, isto é, as ideias como poder que define o real.

O intelectual do nosso tempo (que se considera o possuidor da ciência) busca na ciência armas de concretização das suas necessidades de poder: por isso lhe interessa muito as ideias e o real generalizado que só ele conhece; por isso tem dificuldade em aceitar a teoria-prática situacionais onde só possui instrumentos diferentes mas não superiores.

Em termos generalizados, as ideias, a teoria, pode sempre tornar-se compatível com a ideologia dominante, com os interesses e as necessidades dos dominadores. Basta alterar o real, a prática, com que se correlacionam. Em termos institucionais, a única compatibilidade necessária e exigida das ideias é com o real.

Abordemos o grande problema da prática psicossociológica: as exigências teóricas da sua prática. Se a prática se resume à utilização da tecnologia construída pelas ideias,

(1) K. Lewin: *Psychologie dynamique*. PUF. Paris. 1967

(2) R. Vaneigem: *A arte de viver para a geração nova*, Edições Afrontamento, Porto, 1975

(3) Esta frase apareceu-me atribuída a Henry Lundberg, Director-Geral da firma sueca Boliden Metall AB, numa revista sobre Management.

(4) Louis Althusser: «Terreno da psicanálise», in *Psicanálise. Factores sócio-políticos*, Edições Rés, Porto, 1976

(5) S. Freud: *Obras Completas*, Editorial Biblioteca Nueva, Madrid, 1967. «Proyecto de una psicología para neurologos», Vol. III.

arriscamos a confusão do real com os comportamentos «modais» observáveis («modais» no significado utilizado na estatística e que pode levar a confusões como as implícitas em frases do tipo: «os estudantes ocuparam a Faculdade», «os trabalhadores entraram em greve», «o desejo dos enfermeiros é culpabilizarem os médicos», etc.) ou, o que ainda é pior, a «personalizações» pseudo-científicas (como quando nos permitimos dizer: «o grupo está angustiado», «a instituição deve ficar ciente da sua finalidade», «o estudante é sempre rebelde», etc.). Se a prática é abandonada, há toda a probabilidade da teoria se transformar numa filosofia especulativa, idealista, essencialmente com função de proporcionar um apoio ou substituto do pensamento religioso. Se a prática recusa a teoria, ou se diz «diferente» (no sentido de desligada) da teoria, estamos no obscurantismo acientífico que apenas se preocupa com a aprendizagem de *rituais* psicossociológicos.

Analisando historicamente a medicina verificamos que durante muitos e muitos anos a medicina queria *curar* os doentes mas ainda o não *sabia* fazer muito bem. Parece-me que dois aspectos sobressaiam com clareza: primeiro aspecto, o *objectivo* da medicina implica o ser utilizadora de ciências (curar: intervir sobre determinada zona da realidade); segundo aspecto, necessita de *explicação* científica dos fenómenos para ter instrumentos facilitadores da intervenção (saber: ter a explicação dos fenómenos). Prossequindo a análise histórica verificamos ainda que o progresso da medicina coincide com a utilização das ciências (e cada vez mais ciências) e com o avanço dessas ciências.

A prática psicossociológica, o acto psicossociológico, é a intervenção. Mas, para que saia do reino mágico, essa intervenção tem que ser alimentada do *saber*, da *explicação* dos fenómenos, da teoria (não da tecnologia que é sempre a tentativa, candidata ao fracasso, da eliminação do dilema da teoria-prática).

OS PROBLEMAS BÁSICOS DA INTERVENÇÃO

Sem dúvida que é fácil especular que a *intervenção* existe há quanto tempo existe o mundo. Todavia acho que se pode estabelecer uma diferença prévia de significados de intervenção: a intervenção como meio para se atingir um objectivo pré-determinado (consciente ou inconscientemente); a intervenção com objectivo em si mesmo acelerador duma dinâmica dialéctica (de finalidade consciente ou inconscientemente desejada).

É um problema semelhante ao problema semântico da origem de *terapia* (do grego, «terapeia», que significava tratamento duma doença; do grego ainda, «teraps», que significava criado ou servo): o que é, o qual é, a «doença»; qual o «tratamento».

Todavia, independentemente da problemática filosófica que põe, três temas me parecem capitais no que diz respeito à prática da intervenção como acto psicossociológico: a «tensão», as defesas sociais, o sistema aberto que é a instituição.

A «TENSÃO»

Parece uma ironia o constatar-se a diminuição gradual da maior parte das «doenças mortais» ao longo do chamado desenvolvimento da civilização e, simultaneamente, verificar o aumento da abundância das modernas doenças da «tensão» tais como as coronária, hipertensão e perturbações da saúde mental.

A tensão⁽⁷⁾ é um problema real e agudo do nosso tempo: um problema que provoca, ao nível individual, dor e sofrimento, ao nível organizacional, disrupção e ineficácia.

Vale a pena seguir a reflexão de Tiger e Fox⁽⁸⁾ indo até aos princípios da evolução do homem.

Segundo aqueles autores, a maior parte do comportamento automático do homem, isto é, as suas reacções e instintos, desenvolveram-se e «imprimiram-se no homem» centenas de milhares de anos atrás, quando o ser humano era um caçador. Isto significa que o homem de hoje tem reacções corporais automáticas que se construíram numa cultura e ambiente totalmente diferentes.

Começamos por analisar o que acontecia quando o homem primitivo se encontrava perante um perigo eminente numa das suas caçadas. As duas alternativas que se lhe ofereciam eram *fugir* ou *lutar* e, conseqüentemente, ao longo da evolução, o corpo desenvolveu respostas automáticas que o apoiavam em qualquer das duas hipóteses. As artérias perto da pele comprimiam-se, os músculos contraíam-se e a pressão sanguínea crescia em função do acelerar das batidas do coração. O sangue era encaminhado da zona abdominal para os braços e pernas onde era mais necessário para apoiar os músculos. Os intestinos e bexiga eram esvaziados para anular o esforço duma carga inútil. Ao mesmo tempo, a adrenalina era injectada na corrente sanguínea de modo a ajudar a coagulação rápida do sangue em caso de ferida e conseqüente derrame.

Como resultado de todas estas alterações fisiológicas, o homem caçador tinha mais hipóteses de se libertar do perigo rapidamente: fugindo eficazmente ou lutando furiosamente. Quando o perigo estava ultrapassado, o corpo voltava a um funcionamento menos agitado.

Isto dá-nos uma pista para a compreensão do problema da *tensão* na sociedade moderna: a *tensão* é o estado de reacção corporal a um perigo, da mesma maneira que se verificava nos nossos ancestrais *homens-caçadores*, *mas que se mantém por um maior período de tempo*. As alterações corporais internas, que se mantinham por um pequeno período de tempo, eram benéficas; actualmente, a situação de tensão pode durar semanas ou meses e provocar dor física e danos corporais. A pressão sanguínea pode subir permanentemente e os músculos permanecerem tensos resultando em sofrimento e dores de cabeça. A digestão, os intestinos e a bexiga podem ser afectados; se a adrenalina é frequentemente injectada na corrente sanguínea, são vários os perigos.

Quando o homem-caçador fugia do urso ou lutava pela sua vida, dormia a seguir para recuperar dos efeitos dos fenómenos corporais internos. Actualmente, sendo a fuga

tónico, ênfase, valor». Suponho que a interpretação corrente de tensão implica esse conjunto de significados.

(8) L. Tiger and R. Fox: *The Imperial Animal*, Secker Warburg, Londres, 1972.

(7) Utilizo a palavra *tensão* no sentido do termo anglo-saxónico «stress». A tradução literal de «stress» é «força, pressão, acento

ou luta corporal raramente necessárias (ou não assumidas), o estado de tensão mantém-se e sente-se continuamente cansado (nunca chega ao estado de recuperação total dos efeitos da actividade corporal interna); paradoxalmente, os benefícios duma boa noite de sono são ilusórios por causa da furiosa actividade cerebral tentando tratar dos seus problemas.

Um outro sintoma da *tensão* manifesta-se na incapacidade de se concentrar em planos ou objetivos a longo prazo. Esquemmatizando:



DEFESAS SOCIAIS

Na realidade institucional, as dimensões básicas da unidade negativa que é o momento da particularidade estão nas defesas sociais. A própria instituição é, para o indivíduo, uma defesa social relativamente à ansiedade objectiva (perigo do exterior) e ansiedade neurótica (perigo do interior).

Um dos aspectos mais importantes do comportamento numa instituição (ou fora dela) está na maneira como os indivíduos e os grupos lidam com a ansiedade; seja a fonte de perigo uma ameaça externa e real à pessoa, seja neurótica, isto é, originada no interior de si mesmo. Podemos encarar várias hipóteses de expressão da defesa da ansiedade para lá da defesa do ego, feita à custa de regressão, sublimação e projecção.

- A explicação básica grupal assenta na consolidação do comportamento individual resultante da interligação dos processos de projecção individual⁽⁹⁾. Este um dos factores

Na situação de perigo, o presente é a única coisa que interessa; os sentidos são estimulados para lidar apenas com as coisas imediatas; os comportamentos são motivados sem serem considerados os seus efeitos a longo prazo.

Por fim, não podemos esquecer que, se o problema (perigo) que provoca a *tensão* se mantém «não-resolvido», essa *tensão* cria um novo campo de batalha: a *auto-preservação*.

que importância o o grupo: os mecanismos de defesa individuais aparentes em determinado processo social, institucional, têm como ponto de partida efectivo essa consolidação de comportamentos verificada no grupo; a estrutura da organização, da sociedade, institucionaliza-se e pode ser modificada pelos mecanismos individuais de defesa. A instituição é uma defesa social contra a ansiedade.

- «... os indivíduos podem-se considerar como exprimindo os impulsos e objectos internos, que de outro modo dariam origem a uma ansiedade psicótica, partilhando-os com a vida da instituição social em que estão associados», diz E. Jaques⁽¹⁰⁾. Por outras palavras, os comportamentos de hostilidade e de suspeita numa organização são a utilização dessa instituição como um reforço dos mecanismos de defesa contra a ansiedade e,

⁽⁹⁾ Utilizo aqui o pensamento de Bion. W. R. Bion: *Experiences in groups*, Tavistock Publications, London, 1968.

⁽¹⁰⁾ E. Jaques: «Social system as a defense against persecutory and depressive anxiety», in M. Klein, P. Heimann and R. Money-Kyrle (eds): *New directions in Psychoanalysis*, Tavistock Publications, London, 1955.

particularmente, o recurso às ansiedades paranóicas e depressivas que Melanie Klein descreve como experienciadas nos primeiros meses de vida⁽¹¹⁾.

- O recurso à ansiedade paranóica pode constituir uma defesa social. É o que E. Jacques⁽¹²⁾ teoriza como mecanismo de defesa utilizado pelos indivíduos que numa organização projectam os seus objectivos e impulsos internos num outro membro da organização que, por selecção ou escolha inconsciente, os introjecta ou absorve.
- O recurso à ansiedade depressiva pode constituir também uma outra defesa social. Consiste fundamentalmente na criação de maiorias que preservam um mundo interno de bons e maus objectos projectando os sentimentos ou partes «más» num grupo minoritário. Revela-se no contentamento e forma como ataca a minoria e como se reforça a coesão dos membros da maioria por identificação introjectiva. É normal provocar na minoria fenómenos semelhantes.

Olhando a instituição nesta perspectiva, a crisanálise aparece com clareza na sua dupla intencionalidade: criar uma situação que possibilite a «fuga-ou-luta» explícita; possibilitar o diagnóstico dos principais.

Von Bertalanffy resolveu o problema introduzindo os conceitos de «fechado» e «aberto». Um sistema fechado é aquele que é independente do seu ambiente e onde um estado estável é conseguido através do equilíbrio químico. Um sistema aberto é aquele que está continuamente em contacto com o seu ambiente, que *importa energia, converte-a e exporta a energia transformada para o exterior.*

Von Bertalanffy escreveu⁽¹⁵⁾:

«Na biografia, a natureza de sistema aberto está na base do fundamental do fenómeno vida.»

Posso dizer: na instituição, a natureza de sistema aberto está na base do fundamental dos seus fenómenos.

Traduzindo e tentando esquematizar em linguagem sim-

(11) De acordo com M. Klein, a ansiedade experimentada pela criança nos primeiros meses de vida está ligada aos mecanismos de identificação projectiva e destrutiva. A ansiedade persecutória interna é projectada no seio que é então experimentado como um mau objecto ameaçador externa e internamente.

Ainda de acordo com M. Klein, a posição depressiva da criança é caracterizada pelo realizar que os bons e maus objectos são, de facto aspectos da mesma coisa; isto é, a mãe pode ser boa ou má. Assim, a criança começa a descobrir que pode amar e odiar o mesmo objecto e experimenta culpa e desespero nesta aparente destruição do objecto amado.

Ver: M. Klein: «Our adult world and its roots in infancy», *Human Relations*, 12, 1959; M. Klein, P. Heimann and R. Money-Kyrle (eds): *New directions in Psychoanalysis*, Tavistock Publications, London, 1955.

(12) E. Jacques: «Social system as a defense against persecutory and depressive anxiety», in livro citado.

(15) Von Bertalanffy: «The theory of open Systems in physics and biology», in F. E. Emery: *Systems Thinking*, Harmondsworth, Penguin, 1969.

ples, na instituição temos:

A ORGANIZAÇÃO

isto é, e continuando a utilizar a simplificação de dicionário, «a estrutura; a disposição de alguma coisa para certo fim»; «coisa» que inclui «seres humanos».

Essa organização em causa não passa duma perspectiva singular, de um sub-sistema de um sistema mais amplo e universal que é a humanidade... o ser vivo. Universalidade que torna as dimensões mais sensíveis naquilo a que chamamos genericamente de *ambiente* (o que está à volta).

AMBIENTE

AMBIENTE

A ORGANIZAÇÃO

AMBIENTE

AMBIENTE

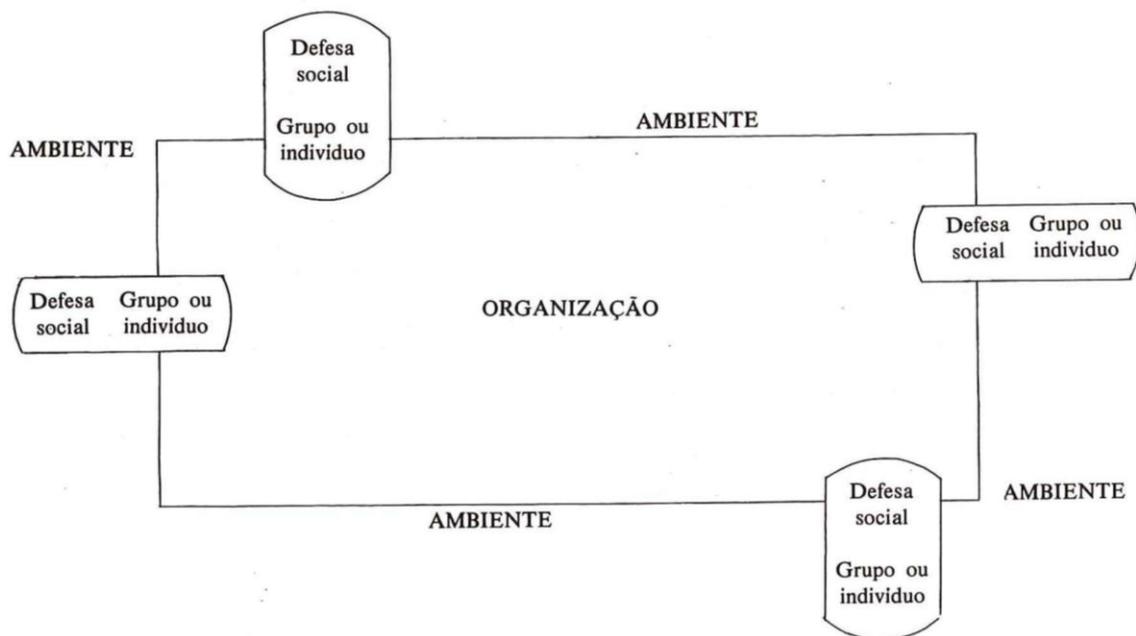
Forçosamente que a organização é o negativo do ambiente. Dizendo de outra maneira, para existir tem de contrariar, tem de se opôr de alguma maneira, o que é geral no ambiente.

Como ponto de partida, se considerássemos fechado este sistema que a criação duma organização provoca, teríamos na oposição

ORGANIZAÇÃO ↔ AMBIENTE

um inevitável evoluir no sentido da destruição da «diferença». É aqui que surge a particularidade da «abertura» do sistema, que se opõe à tendência destrutiva da oposição organização-sistema: a defesa social.

O perigo provocador da tensão, na instituição, é o perigo de destruição da diferença organização-ambiente, diferença securizante da organização/ambiente-indivíduo... tal como a instituição Estado é securizante da diferença instituição. Defesas sociais são as importações do sistema fechado, que possibilitam a maior ordem, heterogeneidade, organização (singularidade).



PONTOS CRÍTICOS DO ACTO PSICOSSOCIOLÓGICO

Daqui decorrem vários pontos críticos fundamentais no acto psicossociológico que é a intervenção.

Primeiro: existem três tipos de falsa intervenção na sua essência: a *intervenção apologética*, que procura a alteração do ambiente (universalidade) normalmente através da propaganda ideológica; a *intervenção tecnológica*, que realiza a alteração formal da organização (estrutura, métodos, etc); a *intervenção personalizante*, que busca as alterações institucionais à custa da utilização (consciente ou não consciente) dos elementos de defesa social como veículos culpabilizantes.

Ora a intervenção não pode, na sua prática, esquecer que a fenomenologia que «abre o sistema» é a zona que *nega* a destruição do impacto organização-ambiente. Como tal é zona crítica de diagnóstico e ponto de partida do processo de intervenção.

Estas três «falsas intervenções» podem ser actos úteis; não intervenção.

Segundo: o prognóstico da intervenção não pode ter como autor o(s) interventor(es). Podem ser autores da técnica, não do prognóstico. O interventor tem de resumir a sua acção ao difícil criar das condições participativas de prognóstico e acção.

Terceiro: o interventor é um «sistema aberto» em si mesmo (ou no grupo que é). *Como tal, na intervenção, é um sujeito da intenção de mudança. Daí ser exigida a sua diagnósticação prévia para facilitar o «negócio» de importações, conversões e exportações mútuas que é a relação interventor-instituição.*

Quarto: *não se podem confundir os objectivos do «sistema aberto» que é o interventor com os do «sistema*

aberto» onde intervem. A confusão levará o interventor a funcionar como «ambiente especial» que procura reforçar a «tendência termo-dinâmica» da dinâmica da instituição, isto é, que procura «fechar» o sistema (intervenção útil e festejada, apenas a curto prazo).

Quinto: No «sistema aberto» que é o indivíduo, o «ego» funciona como⁽¹⁶⁾

«fronteira entre o que é interior e o que é exterior e pode controlar as transacções entre um e outro».

No sistema aberto que é a instituição, existe também uma fronteira entre organização e ambiente embora as várias pessoas a localizem em diferentes posições. *Se o interventor tentar desempenhar as funções de ego institucional, inevitavelmente que se tornará um superego fomentador paranóico-genético (o que acontece na intervenção personalizante).*

QUARTA CONCLUSÃO

Três conclusões decorrem para mim desta sumária reflexão: a de que a distinção prática-teoria se não deve confundir com o isolar uma da outra; a essencialidade do instrumento *crise* no acto psicossociológico que é a intervenção e a necessidade de estudo desse fenómeno; a grande utilidade do *grupo* como instrumento-meio de intervenção e importância de aprofundamento da sua dinâmica.

(16) A. K. Rice: «Individual, group and intergroup processes», *Human Relations* 22 (6), 1969.

Aliás, assinalo aqui que o esquema que elaboro é inspirado também no esquema «The role system of the individual» exposto no texto referido.

5. Os métodos de intervenção

«Os textos da lógica citam muitas vezes a história dum grupo de cegos a quem foi entregue a tarefa de descrever um elefante. Esses cegos, dispostos à volta do corpo do animal, entregaram-se a uma discussão apaixonada: cada um pretendia ser capaz de fornecer uma representação completa do sistema que é o elefante. O que importa nesta história, não é tanto a sorte dos cegos; é o papel épico que o narrador se atribui a si mesmo; mais concretamente, a faculdade de que se arroga ao representar o elefante na sua totalidade e, consequentemente, ao observar o comportamento ridículo dum sistema cego de descrição. Esta história é, na realidade, um exemplo de presunção e arrogância: implica que um indivíduo dotado de sabedoria, perspicácia e sentido lógico, poderá sempre dominar uma situação e perceber a estupidez daqueles que só são capazes de ver aspectos fragmentados.»

C. W. CHURCHMANN⁽¹⁾

A intervenção tem sempre dois polos básicos essenciais: o(s) interventor(es) e o sistema que é objecto da intervenção — seja esse sistema um indivíduo, um grupo ou uma organização⁽²⁾. A citação de C.W. Churchmann que faço em epígrafe faz-nos entrar directamente na dialéctica da abordagem dum sistema. É uma abordagem simultaneamente audaciosa e modesta: audaciosa porque toma em conta explicitamente a complexidade dos fenómenos biológicos, psicológicos, económicos e sociais procurando compreendê-los melhor; modesta porque reconhece que, diante dessa complexidade, as capacidades de percepção, de compreensão e de controle da pessoa humana são, e serão, muito limitadas.

Esta modéstia não é sinónimo de renúncia ou de pessimismo. Reflecte, pelo contrário, uma atitude *realista e construtiva*: considerando a complexidade dos fenómeno

que tem de enfrentar (em termos cibernéticos, a sua variedade) aceita viver com uma informação parcial, reconhece que o controle será sempre incompleto, prefere a orientação dos fenómenos a uma optimização ilusória, preocupa-se com a adaptação e a aprendizagem. Simultaneamente, este realismo de abordagem do sistema leva à refutação das simplificações abusivas que caracterizam numerosas abordagens tradicionais qualificadas de concretas ou práticas.

O todo que é um sistema não é a adição das partes: é mais do que isso. Daí que o mais importante seja o reconhecer que é impossível deduzir as propriedades de um conjunto a partir das propriedades dos seus elementos; que é impossível deduzir as propriedades dos elementos a partir das propriedades do conjunto que as engloba.

Vem isto a propósito da minha decisão de abordar os métodos de intervenção. Método é um termo que decorre da junção de duas palavras gregas que querem dizer *meta* e *caminho para, via*. Estes *caminhos para a meta* da intervenção põem várias questões que é indispensável enfrentar. Particularmente significativas para mim: a meta a alcançar; a localização relativa das técnicas; o olhar dos métodos como «inimigos entre si» ou como diferentes perspectivas; os princípios a considerar na abordagem dos métodos.

Como é nítido, o que define um método é a meta a alcançar; consequentemente, a congruência entre o caminho e essa meta. Na intervenção, o caminho pode ser a dimensão individual, a dimensão grupal, a dimensão organizacional ou as combinações possíveis; pode haver a preocupação de utilizar os instrumentos de tendência predominantemente bio-psicológica, socio-psicanalítica ou político-económico-cultural. Todavia, esse *caminho* são opções erradas ou certas, adequadas ou disformes, só avaliáveis em função da *meta*. A meta da intervenção não se deve confundir com a meta da falsa intervenção⁽³⁾.

A segunda questão diz respeito à localização relativa das técnicas. As técnicas são os pormenores de procedimento essenciais para a perícia na execução de qualquer método; como é natural, um método pode exigir uma ou mais técnicas, mais ou menos difíceis no que respeita à obtenção da perícia de execução. É óbvio também que uma técnica (palavra que tem algo a ver com o grego, donde deriva, e significa «artificial») é, em certo sentido, o caminho para uma meta: no seu aspecto artificial, como modo de se executar.

Sendo assim, as técnicas usadas na intervenção podem ser utilizadas noutros campos. *Os métodos é que confirmam o objectivo da intervenção; o modo de proceder, a técnica, importa apenas que se ajuste ao método.*

A terceira questão que referimos é mais global ainda: os diferentes métodos de intervenção são uma riqueza que não exige a devoção à pureza do método. As alterações dos métodos, as simbioses de métodos, as simplificações dos

(1) C. W. Churchmann: *L'analyse de système*, Dunod, Paris, 1976.

(2) Por outras palavras, seja esse sistema o pessoal, requerido ou emergente como explicitamos no primeiro capítulo.

(3) Nos capítulos anteriores, em particular no 4, esclareço o que chamo de intervenção e de falsa intervenção.

métodos, exigem apenas a revisão da *meta* que se atinge e da adequação do *caminho para* essa meta.

A quarta questão que referimos é extremamente importante para evitar a limitação a um ou dois métodos por receio da confusão criadora dos diferentes métodos

Von Foerster⁽⁴⁾ demonstra que a adaptação de um sistema (sistema de intervenção no caso) a um ambiente móvel e a sua evolução estrutural não decorrem duma informação codificada e repetitiva mas do «barulho», do bombardeamento desordenado do sistema pelas perturbações provenientes do exterior e do interior. O célebre princípio da *order from noise* (ordem pelo barulho) é mais do que um «direito ao erro», do que uma «análise dos desvios» ou do que uma «gestão por excepção». É a aceitação da complexidade, da dinâmica da complexidade e a actuação em função dessa complexidade e a actuação em função dessa complexidade.⁽⁵⁾

Ao tentar uma abordagem sumariamente descritiva dos métodos de intervenção (alguns e do nosso século), a minha intenção é profiológica: ajudar (e ajudar-me) na definição e coordenação do papel dum interventor, facilitar o encarar de cada problema da intervenção nas suas verdadeiras dimensões e em todas as suas implicações.

O critério de ordenação que utilizo é histórico: a década em que os métodos tiveram o seu aparecer significativo. O esquema de descrição limita-se ao sulinhar do que mais fortemente me parece caracterizar o método⁽⁶⁾. Não pretendo ser exaustivo nem complexo.

ANTES DA DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE MÉTODOS

Seis autores me parecem ter, sob o ponto de vista teórico, uma influência decisiva na construção dos métodos de intervenção do nosso século. Dum modo directo ou indirecto, os seus estudos e discípulos têm um valor de influência indelével nos métodos de intervenção. Trata-se de Max Weber (1864-1920), Kurt Lewin (1890-1947), Sigmund Freud (1856-1939), Fredrick Winslow Taylor (1856-1917) e Henri Fayol (1841-1925).

No que diz respeito a Max Weber⁽⁷⁾, para além do seu estudo do desenvolvimento histórico das civilizações através da sociologia da sua vida religiosa e económica, do seu estudo das organizações e classificação em *carismáticas, tradicionais e racional-legais*, da sua introdução do conceito de *burocracia*, há um aspecto a referir que consideramos de particular importância: o que podemos chamar, repetindo G. Lapassade⁽⁸⁾, o «efeito de Weber».

(4) Citado em E. Morin: *La methode*, Seuil, Paris, 1977.

(5) Suponho ser explícita a minha preocupação e intenção de seguir este princípio ao longo de todo este trabalho. Aliás, ao colocar esta frase, *order from noise*, nas citações com que antecedeo todo o trabalho, pretendo definir este princípio como um dos postulados que sigo.

(6) Convém desde já fazer notar que, em relação a cada método, as notas bibliográficas não têm como intenção fornecer as fontes correctas e completas de informação. Pretendem apenas fornecer pistas para a localização do método.

(7) Max Weber: *The protestant ethic and the spirit of capitalism*, Allen and Unwin, London, 1930.

(8) Georges Lapassade: *Socianalyse et potentiel humain*, Gauthier-Villars, Paris, 1975.

Vale a pena transcrever o que G. Lapassade⁽⁹⁾ diz definindo esse «efeito de Weber».

«A sociedade, à medida que vê progredir a racionalização, a tecnologia e a ciência, torna-se cada vez mais opaca para os indivíduos que a compõem. A análise institucional torna-se uma exigência vital e uma impossibilidade; o não-saber social é *produzido* como um estado normal. Contribui para a legitimação do *statu quo*, uma condição de equilíbrio e de sobrevivência contra os *riscos* de crise demasiado grandes que são ocasionados pela vontade de saber.»

Quanto a Kurt Lewin⁽¹⁰⁾, não há dúvida que a sua introdução à dinâmica de grupo e às suas fronteiras constituiu um ponto de origem de forças básicas na evolução da metodologia de intervenção. Igualmente importante, a sua normalização da *research-action*.

Sigmund Freud⁽¹¹⁾ e as suas teorias psicanalíticas constituem uma poderosa e riquíssima influência na metodologia de intervenção. O conceito de inconsciente como factor afectivo do comportamento e a centralidade do sexo relativamente a todas as acções humanas, afectaram todos os aspectos da psicossociologia. As suas teorias e ideias no que respeita ao comportamento individual, o grupo, a organização e a sociedade, são de enorme relevância na metodologia de intervenção.

F. W. Taylor⁽¹²⁾ e Henri Fayol⁽¹³⁾, embora normalmente pouco considerados pelos psicossociólogos, têm uma influência prática extremamente importante nas acções de intervenção e indirecta, muito significativa, na elaboração de muitos métodos. F. W. Taylor no que se refere à gestão das organizações (e no estabelecimento de valores considerados importantes no diagnóstico organizacional); H. Fayol no que respeita aos elementos de gestão (prever e planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar).

Para além destes aspectos, M. Weber, K. Lewin, S. Freud, F. W. Taylor e H. Fayol significam a origem do aprofundamento das áreas do grupo, da organização e do comportamento das pessoas nessas áreas. Este aprofundamento é essencial na maioria dos métodos de intervenção deste século.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ALGUNS MÉTODOS

1. *Psicodrama*. Como diz o próprio J. L. Moreno⁽¹⁴⁾:

«Psicodrama é uma forma de drama em que os temas, as situações e os papéis — reais ou simbólicos — reflectem os problemas autênticos das

(9) Obra referida na nota anterior.

(10) Suponho que o segundo capítulo já esclarece suficientemente K. Lewin.

(11) Convém referir em particular: S. Freud: *Group psychology and the analysis of the Ego*, International Psycho-analytic Press, London, 1922 e S. Freud: *Totem and Taboo*, Hogarth Press, London, 1951.

(12) F. W. Taylor: *Principles of scientific management*, Harper, New York, 1911.

(13) H. Fayol: *General and Industrial management*, Pituran, London, 1949.

(14) J. L. Moreno: «Mental catharsis and the psychodrama», *Sociometry*, Vol. III, n.º 1 (January 1940).

pessoas que actuam e não são o tralhalho dum dramaturgo.»

A meta do psicodrama é a revisão do sistema pessoal (do sistema requerido na variante que é o *role play*) através da vivência dramática do passado ou presente, melhor, do passado presente e do presente.

2. *Sociodrama*. Usando também a linguagem de J. L. Moreno⁽¹⁵⁾:

«O sociodrama foi definido como um método de investigação, activa e aprofundada, sobre as relações que se formam entre os grupos e sobre as ideologias colectivas.»

Por outras palavras, e olhando-o como um todo, o sociodrama é o psicodrama em que «Eu» é substituído por «Nós».

3. *Grupanálise*. Utilização dos conceitos psicanalíticos na situação grupal. Entre pioneiros há que sublinhar: Samuel Slavson⁽¹⁶⁾ que nos primeiros anos 30, nos Estados Unidos, começa a psicoterapia de grupo no *Jewish Board of Guardians* utilizando conceitos que são uma mistura de trabalho de grupo, formação progressiva e psicanálise (assenta fundamentalmente no *acting out* dos conflitos, pulsões e modelos de comportamento na situação de grupo); S. H. Foulkes⁽¹⁷⁾, inglês que depois da Segunda Guerra Mundial começa a utilizar as técnicas psicanalíticas nos seus grupos desenvolvendo a sua própria teoria (rejeita o conceito freudiano de Eros e Thanatos e defende uma pulsão social independente que conduz ao comportamento observado no grupo; considera o grupo uma unidade mais fundamental que o indivíduo aproximando-se do gestaltismo e manifestando curiosas ligações com os terapêutas gestalticos).

4. *Análise organizacional*. A análise organizacional considera organização o «acto ou processo de organizar», isto é, de «arranjar ou constituir em partes interdependentes tendo cada uma a sua função especial ou relação relativamente ao todo». Começa com F. W. Taylor⁽¹⁸⁾ que resume à remuneração os factores motivantes do trabalhador e regulamenta de forma controversa o processo de intervenção formal na gestão da organização através dos *work studies*. Completa esta perspectiva «formal» da intervenção Henri Fayol⁽¹⁹⁾ que elabora a primeira proposta conhecida de análise teórica do trabalho de gestão.

Um segundo tipo de análise organizacional é o decorrente das experiências em Hawthorne⁽²⁰⁾ de Elton Mayo⁽²¹⁾; dá nascimento ao considerar dos aspectos

(15) J. L. Moreno: *Fondements de la sociométrie*, PUF, Paris, 1970. (2.ª edição revista e aumentada por Anne Aucelin-Schützenberger e Zerka T. Moreno; tradução francesa de *Who shall survive?*)

(16) Samuel Slavson: *An introduction to group therapy*, Commonwealth Fund., N.Y., 1943.

(17) S. H. Foulkes and E. J. Anthony: *Group psychotherapy*, Penguin Books, London, 1957.

(18) F. W. Taylor: *Principles of Scientific Management*, Harper, New York, 1911.

(19) H. Fayol: *General and Industrial Management*, Pitman, London, 1949.

«informais» na intervenção sobre a gestão da organização.

Um terceiro tipo de análise organizacional é o resultante das sínteses estruturalistas dos dois precedentes, síntese essa elaborada por muitos autores.

5. *T-Grupo* (training-group). K. Lewin, em 1946, orientou uma *workshop* em New Britain, Connecticut, que se pode considerar a verdadeira origem do T-grupo. K. Lewin⁽²²⁾ foi chamado para organizar e dirigir uma conferência com o fim de ajudar na aprendizagem de liderança e de condução da investigação quanto aos meios mais eficazes de combate aos preconceitos raciais e religiosos. Os participantes eram principalmente professores e trabalhadores sociais, para lá de alguns dirigentes do trabalho e homens de negócios. Participavam negros e judeus. Benne, Bradford e Lippitt eram os animadores; K. Lewin orientava a equipa de investigação. Os participantes trabalharam em três grupos de dez, sendo o processo fundamentalmente de discussão de grupo e *role play* numa tentativa de analisar e compreender os vários problemas sociais que lhes respeitavam. Seis meses depois, os participantes foram avaliados: 75% declararam considerar-se mais capazes de melhorar relações de grupo e falaram todos de maior sensibilidade aos sentimentos dos outros.

6. *Grupo de encontro*. Numa nota à edição portuguesa dos livros de C. Rogers, Joaquim Lalande Proença⁽²³⁾ diz sobre os grupos de encontro:

«Consistem, habitualmente, num pequeno grupo de pessoas em que, com um *facilitador*, ou líder, num clima de liberdade de expressão, cada participante é encorajado a deixar cair suas defesas e fachadas e a relacionar-se mais aberta e directamente com os outros. A experiência fundamental do grupo consiste naquilo a que Rogers chama o encontro básico, a relação imediata, de pessoa-a-pessoa.»

Carl Rogers⁽²⁴⁾ é considerado o pioneiro deste modelo que tem como alicerces conceptuais o pensamento lewiniano, a psicologia gestaltista e o *centrar-se* no cliente; posteriormente, outras teorias e influências desempenharam o seu papel.

7. *Grupo de trabalho*. Nos termos de Wilfred Bion⁽²⁵⁾, o «grupo de trabalho» refere-se ao aspecto do funcionamento do grupo que é a tarefa *real* do grupo. Ainda segundo W. Bion, psicanalista da escola kleiniana e criador da teoria do comportamento grupal e organizacional mais influente na linha de S. Freud e K. Lewin, a intervenção assenta na criação de «grupos de trabalho especializados». Estes

(20) F. J. Roethlisberger and W. J. Dickson: *Management and the workers*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1940.

(21) E. Mayo: *The social problems of an industrial civilization*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1945.

(22) L. P. Bradford, J. R. Gibbs and K. D. Benne (eds): *T-group theory and Laboratory Methods*, John Wiley & Sons Inc., New York, 1964.

(23) Joaquim Lalande Proença: «Nota à edição portuguesa», in: Carl R. Rogers: *Grupos de Encontro*, Moraes Editores, Lisboa, 1972.

(24) É importante toda a obra de Carl R. Rogers. O livro que referi na nota anterior é muito positivo como divulgação.

(25) W. R. Bion: *Experiences in groups*, Tavistock Publications, London, 1965.

«grupos de trabalho especializados» são sub-grupos «extraídos» do grupo principal *real*; a tarefa principal da intervenção é o lidar com os conceitos básicos em causa no grupo *real* possibilitando a actuação efectiva do «grupo de trabalho especializado» como parte-função do grupo principal.

8. *Psicoterapia institucional*. Tasquelles⁽²⁶⁾, J. Oury⁽²⁷⁾ e G. Michand⁽²⁸⁾, psiquiatras inovadores, tomaram como objecto de estudo e meta de intervenção o hospital, a sua estrutura e as suas redes de comunicação, dando origem à psicoterapia institucional: terapia da instituição (organização) com base psicanalítica e psicossociológica.

9. *Pedagogia institucional*. Basicamente preocupada com as organizações pedagógicas, encontramos duas linhas de orientação: uma directamente relacionada com a psicoterapia institucional e outra com tendência para a auto-gestão pedagógica. Na primeira, de que são autores básicos F. Oury⁽²⁹⁾ e A. Vasquez⁽³⁰⁾, a psicanálise é o alicerce fundamental; na segunda, com R. Fonvielle⁽³¹⁾ e M. Lobrot⁽³²⁾ como autores iniciais, os alicerces são mais sociológicos e, genericamente, psicossociológicos.

10. «*Synanon*». *Synanon* foi na origem uma comunidade de ex-drogados e ex-criminosos fundada por Charles Diderich, ele próprio ex-alcoólico. *Synanon* é um nome que resulta do esforço de pronunciar as palavras «symposium» e «seminar» feito por um drogado recém-chegado. Utilizando a descrição resumo de L. Yablousky⁽³³⁾:

«*Synanon* é mais do que os simpósios e os seminários. É uma nova terapia de grupo; uma solução humana para certos aspectos da organização burocrática; uma maneira diferente de ser religioso; um novo método de terapia de ataque; um modo não habitual de comunicação e uma aproximação estimulante e fresca das artes e da filosofia.»

Características básicas: é encorajada uma confrontação total entre os membros (chamam-se «jogos» e provocam uma catarse imediata de sentimentos agressivos de forma muito ligeira); têm a convicção profunda de que as pessoas se podem ajudar a si mesmas sem terapia profissional clássica nem terapêuticas; como diz C. Diderich⁽³⁴⁾:

«Utilizamos todos os conhecimentos possíveis ouvidos de todas as fontes possíveis: No *Synanon* citamos e utilizamos as ideias de Freud, de Ralph Waldo Emerson, de Lao-Tse e muitas das palavras de Cristo. Utilizamos todos os sistemas de ideias susceptíveis de nos ajudar a melhor

compreender a condição humana. Utilizamos a auto-formação...»

11. «*Daytop*». Variante do *Synanon*⁽³⁵⁾

12. *Grupo triádico*. Também chamado «psicodrama triádico». Consiste na utilização combinada do psicodrama, técnicas de T-grupo e do método rogeriano. Modernamente é quase sempre acrescido de psicanálise. É um método muito utilizado pelos psicodramatistas como preparação e esquema de maior eficácia da meta do psicodrama. A. Aucelin-Schutzenberger⁽³⁶⁾ é um exemplo básico.

13. *Laboratório organizacional*. Com imensas variantes, a sua origem pode localizar-se na conferência organizada conjuntamente, em 1957, pela Leicester University e pelo Tavistock Institute of Human Relations; fortemente influenciada pelos trabalhos do NTL de Bethel, Estados Unidos, e de W. Bion, foi orientada por E. L. Trist e C. Sofer⁽³⁷⁾, ambos psicanalistas. A partir de 1962, os laboratórios organizacionais passaram a ser orientados por A. K. Rice⁽³⁸⁾, e a sua variação e divulgação amplificou-se. Basicamente, o principal trabalho dos laboratórios organizacionais consiste em quatro tipos de realização: pequenos grupos (acção equivalente, de forma mais ou menos diferenciada ao T-grupo); grandes grupos (todos os participantes e consultores juntos possibilitando à rápida emergência de grupos e anti-grupos, o desenvolvimento de mitos, a provocação de choque entre o indivíduo e a situação); acções inter-grupos (acentuando assim os problemas de negociação, delegação de autoridade, comunicação na organização, etc.) e grupos de aplicação (realizadores de projectos possibilitando a vivência do «lá e então» complementar do «aqui e agora» dos pequenos grupos.

14. *Grupo centrado num tema*. Um dos mais notáveis representantes da psicoterapia de grupo centrada num tema é Ruth Cohn⁽³⁹⁾, psicanalista de Nova York. O seu aparecimento não produziu o efeito sensacional de muitos outros modelos; talvez porque se considera como fazendo parte duma simples terapia de grupo que não rejeita os princípios da psicanálise. Várias técnicas foram introduzidas a partir deste centrar do grupo num só tema: a do silêncio foram introduzidas a partir deste centrar do grupo num só tema: a do silêncio e reflexão (considerando-se que o silêncio no grupo é a experiência de *ser quem é* sem estar só); a do centrar, em silêncio, as reflexões sobre o silêncio; a do centrar sobre as instruções duma tarefa especial apropriada ao tema; a do escolha de temas relacionados com os problemas da sociedade vivida; etc... O grupo centrado num

(26) F. Tasquelles: «Histoire acritique du mouvement de psychothérapie institutionnelle dans les Hôpitaux psychiatriques français», *Psych. Inst.*, 1966, 213.

(27) J. Oury: *Psychiatrie et Psychothérapie Institutionnelle*, Payot, Paris, 1976.

(28) G. Michaud.

(29) J. Oury: op. cit.

(30) A. Vasquez e J. Oury: *Vers la pédagogie institutionnelle*, Maspero, Paris, 1962.

(31) R. Fonvielle.

(32) M. Lobrot.

(33) Lewis Yablousky: *Synanon: The Tunnel Black*, Pelican Books, Baltimore, 1965.

(34) Citado na obra de L. Yablousky referida na nota anterior.

(35) Referido de modo muito explícito em J. Durand-Dassier: *Psychothérapie sans psychothérapeutes*, Ed. de L'Epi, Paris.

(36) A. Aucelin-Schutzenberger: *Précis de Psychodrame*, Ed. Univ., Paris, 1966.

(37) E. L. Trist and C. Sofer: *Explorations in Group Relations*, Leicester University Press, Leicester, 1959.

(38) A. K. Rice: *Learning for leadership*, Tavistock Publications, London, 1965.

(39) Ruth Cohn: «A group-Therapeutic workshop on Counter-Transference», in *The International Journal of Group Psychotherapy*, July 1961, Vol. XI, n.º 3.

tema valoriza o *sentido* muito mais do que o discurso.

15. *Socianálise*. Por volta de 1956, Jacques e Maria Van Bockstaele⁽⁴⁰⁾ procuraram definir uma forma nova de intervenção sociológica onde é princípio fundamental que 'a análise se faça, não sobre a *realidade social*, mas sobre o que se passa numa situação analítica artificialmente elaborada. Como J. e M. Van Bockstaele⁽⁴¹⁾ dizem, depois de sublinharem a diferença «entre a análise psicológica no sentido freudiano e a análise psicossociológica»:

«O objecto visado na situação socianalítica pode ser o comportamento do grupo natural ele próprio e não o comportamento dos indivíduos que o compõem.»

16. *Socio-psicanálise francesa*. Fundamentalmente consiste numa «psicanálise» que toma como objecto o social, melhor, os objectos sociais, as formas institucionais. Gerard Mendel⁽⁴²⁾ é o criador e principal animador da socio-psicanálise; a sua acção consiste no estabelecer duma metodologia analítica desses objectos sociais (com base na teoria psicanalítica) onde reconhece a importância das estruturas socio-afectivas defensivas e repressivas.

17. *Bio-energia*. Consiste numa abordagem dos problemas da personalidade humana pela implicação directa do corpo no processo psicanalítico. Trata-se duma implicação tripla: o corpo é suficientemente exposto para permitir a interpretação da expressão e análise da forma e movimento; os processos energéticos do corpo (bio-energia) são mobilizados à custa da respiração e do movimento para facilitar a expressão dos sentimentos e favorecendo o ambiente e relaxação dos sentimentos activados ao longo dessa mobilização; o trabalho físico do corpo autoriza um contacto físico directo entre o cliente e o terapeuta. Convém não confundir o emprego do contacto físico na bio-energia com o inerente a outras situações de intervenção (maratona ou grupo de encontro, por exemplo) onde fazem parte do gesto espontâneo, do desejo de ilustrar a proximidade.

Duas pessoas podem ser consideradas como pioneiros: Wilhem Reich, como antecessor, e Alexander Lowen⁽⁴³⁾, como criador.

18. *Maratona*. A maratona revolucionou a terapia de grupo pelo facto de durar quase toda uma noite. Difere radicalmente, de maneira decisiva, do grupo vulgar de terapia tanto na forma como no conteúdo. Ao nível do conteúdo, quebrou virtualmente com todas as regras de psicanálise tradicional; a orientação é essencialmente não-histórica, isto é, as questões «porquê?», «onde?», não interessam mas sim, e apenas, o «quê?» e o «como-agora?», interessa desenvolver ao máximo o *feedback* do grupo e favorecer a acção da pressão do grupo; a atmosfera do grupo

é centrada nos objectivos imediatos não se hesitando na mudança de orientação e na utilização de modos novos de tratar factores essenciais. Embora seja difícil determinar os instituidores da maratona, não se pode deixar de referir Fred Stoller⁽⁴⁴⁾, George Bach⁽⁴⁵⁾, William Schutz⁽⁴⁶⁾ e Elisabeth Mintz⁽⁴⁷⁾.

19. «*Esaleu*». *Esaleu* é o nome duma tribo índia que vivia outrora na Califórnia e que deu o título ao Instituto de *Esaleu* cujo objectivo é:

«... descobrir os meios de melhorar o potencial humano.»

Os seus métodos são variados e susceptíveis de incluir a terapia de grupo, o psicodrama, a massagem ou as filosofias orientais.

São três as pessoas que emergem da experiência de *Esaleu* caracterizando três variantes de método de intervenção: Frederick S. Perls⁽⁴⁸⁾, com a sua terapia gestáltica influenciada pelos trabalhos de orientação existencialista e cuja característica fundamental é a noção de que *o todo determina as partes*; William Schutz⁽⁴⁹⁾, inspirado no gestaltismo também, cujo livro *Joy* se tornou um dos clássicos para *Esaleu* e para todas as experiências de encontro; e Bernard Gunther⁽⁵⁰⁾, gestaltista também, no seu desejo de pôr as pessoas em harmonia umas com as outras à custa das técnicas derivadas do seu estudo da terapia gestáltica, do Zen, do Yoga, e da massagem. São as experiências ensaiadas pelo *Esaleu Institute of Big Sur: sensory awareness groups* (grupos de percepção sensorial), *body awareness groups* (grupos de percepção corporal) e *body movement groups* (grupos de movimento corporal).

20. *Movimentos californianos*. Com este título queremos referir todo um conjunto de sub-modelos de intervenção, de tendência fortemente bio-psicológica e, na sua maioria com origem na Califórnia. Caracterizam-se fundamentalmente por uma certa moda, ainda existente, da determinação de um «novo movimento» baseado numa ou noutra diferença de pormenor ou de combinação da terapia gestáltica ou behaviorista, da bio-energia, do massagismo, do Zen, etc.

21. *D.R.H.* (Desenvolvimento das Relações Humanas). Fórmula criada por Pierre Weil⁽⁵¹⁾ e colaboradores, definida como sendo a conjugação das actividades de

(40) Jacques et Maria Van Bockstaele: «Un méthode de traitement des problèmes de groupes: la socianalyse», in *Cahiers d'Études et de Recherches*, Paris, Sorbonne, Mars 1960.

(41) J. et M. Van Bockstaele: «Note sur la socianalyse», *Bulletin de Psychologie*,

(42) G. Mendel: *Sociopsychology*, Payot, Paris.

(43) Alexander Lowen: *Physical Dynamics of Character Structure*, Grune and Stratton, New York, 1958.

(44) Fred H. Stoller: «Accelerated Interaction: a Time-Limited Approach Based on the Brief Intensive Group», in *International Journal of Group Psychotherapy* (1968, vol. 18).

(45) George R. Bach: «The Marathon Group: Intensive Practice of Intimate Interactions», in *Psychological Reports*, 1966, 181.

(46) William C. Schutz: *Joy*, Grove Press, New York, 1967.

(47) Elisabeth Mintz: «Time-Extended Marathon Groups», in *Psychotherapy* (May 1967), Vol. 4, n.º 2.

(48) Frederick S. Perls et al., *Gestalt Therapy*, Julian Press, n.º 4, 1951.

(49) William C. Schutz: *Joy*, Grove Press, New York, 1967.

(50) Bernard Gunther: *Sense Relaxation*, Collier Books, New York, 1968.

(51) Pierre Weil e outros: *Dinâmica de grupo e desenvolvimento em relações humanas*, Livraria Editora Itatiaia Limitada, Belo Horizonte, 1967.

dinâmica de grupo reforçadas por entrevistas individuais e sessões de estudos posteriores de psicologia aplicada à técnica de chefia. A metodologia considera duas fases: Experiência de laboratório de grupo (T-grupo, sociálise, psicodrama ou grupo triádico); Análise didáctica dos fenómenos e entrevistas individuais.

22. *Teracia* (ou grupo terácico). A teracia⁽⁵²⁾ tem como objectivo criar as condições de grupo que possibilitam o desenvolvimento numa maneira criativa e integrada. Baseia-se fundamentalmente na dinâmica de grupo, na teoria gestaltica (através de F. S. Perls), na bio-energia (A. Lowen), no psicodrama (J. L. Moreno), no treino autogénico (J. H. Schultz⁽⁵³⁾), na análise transaccional e outros; vai aí procurar as técnicas que adequa ao objectivo.

23. *Análise transaccional*. É um método que pretende ajudar cada um a estabelecer relações humanas (transaccões) mais positivas com os outros sendo o próprio mais livre e feliz. O animador da análise transaccional é um simples guia. Cada um utiliza a análise transaccional para fazer o que tem vontade de fazer. O animador apenas fornece uma «caixa de ferramentas» que possibilita o «ajustar dos parafusos» e «meter óleo» na «máquina pessoal». Procura refazer uma saúde psicológica: levar os participantes a dramatizar menos, a compreender melhor porque se bloqueiam as pessoas, porque perdem tempo com histórias estúpidas... a saber utilizar a sua riqueza pessoal de modo a ter uma vida mais interessante. Com base na psicanálise, a análise transaccional não tem ambições clínicas; preocupa-se apenas com os problemas mais superficiais e ligeiros. Seu criador foi Eric Berne⁽⁵⁴⁾ que isolou e definiu o que chama de transaccão:

«A unidade das relações sociais é chamada de transaccão. Se duas ou mais pessoas se encontram... mais cedo ou mais tarde uma delas irá falar, ou dar qualquer indicação de se ter inteirado da presença das outras. Isto é chamado de estímulo transaccional. Outra pessoa irá então dizer ou fazer qualquer coisa relacionada de algum modo com aquele estímulo e isto é chamado de resposta transaccional.»

24. *Anti-psiquiatria*. Perspectiva (também conhecida por «político-psiquiatria») que corresponde a um movimento psiquiátrico e psicanalítico que, considerando a loucura como um produto social, procurou definir-se através de experiências onde a loucura não seja isolada nem integrada em micro-sociedades de valor terapêutico igualmente segregador⁽⁵⁵⁾.

(52) G. C. Rapaille et M. Barzach: *Je l'aime, je ne l'aime pas*, Editions Universitaires, Paris, 1974.

(53) J. H. Schultz et W. Luth: *Autogenic training*, Grove & Stratton, New York.

(54) Eric Berne: *Games people play*, Penguin, 1970.

(55) D. Cooper: «Psychiatry and Anti-psychiatry», Tavistock Publications, London, 1967. R. D. Laing: «The politics of experience», Penguin Books, Harmondsworth, 1967.

25. *Anti-pedagogia*. Perspectiva paralela à anti-psiquiatria. Movimento que põe em causa o institucional do ensino: em particular, os mecanismos de selecção e as relações professores-alunos, «aparelho» que reproduz as relações sociais⁽⁵⁶⁾.

26. *Desescolarização*. Ivan Illich⁽⁵⁷⁾ ataca directamente a escola defendendo e justificando como método para obter a saúde social o desescolarizar.

27. *Análise social*. Michel Crozier⁽⁵⁸⁾ procura demonstrar que os sistemas rígidos não podem tentar a sua reforma a não ser quando abalados por crises violentas que perturbam por certo tempo todo o sistema. Mas, ainda segundo M. Crozier, a sistema retorna ao que era ainda com rigidez intensificada. Daí falar da *crise a frio*, método de análise social com base na observação e documentação centradas no conceito de instituição.

28. *O.D. (Organization development)*. É uma acção planificada que diz respeito à organização no seu conjunto e que faz intervir o topo da hierarquia, no sentido do crescimento da eficácia e saúde da organização, utilizando instrumentos programados e construídos com base nas ciências do comportamento. A tecnologia social utilizada propõe-se modificar a «cultura» da organização (enquanto conjunto de valores, atitudes, percepções, normas e modos de relação interpessoal) e a «estrutura» (enquanto «sistema» de distribuição do poder) de modo a conseguir um novo equilíbrio do sistema que o torne mais eficaz. A mudança das relações de autoridade, a consideração dada ao indivíduo, o enriquecimento de tarefas e a descentralização dos poderes, são meios desta tecnologia que não é nem evidente, nem simples, nem fácil de ser praticada por não-profissionais. Warren G. Bennis⁽⁵⁹⁾ define as linhas teóricas básicas.

29. *Processo sócio-técnico*. Aborda a organização como uma totalidade, como um sistema completo, simultaneamente social e técnico. Trata-se dum processo, isto é, o resultado não é pré-determinado, não está incluído nas premissas, depende do «jogo dos actores»; assenta na negociação, isto é, as soluções não são impostas pela hierarquia, decorrem de um acordo sobre a organização compatível com os objectivos dos actores e os condicionamentos técnicos, sociais e económicos (o sistema de negociação faz parte do processo); *não transforma os objectivos* dos actores, isto é, são todos tomados em conta no processo.

O processo sócio-técnico toma em consideração o próprio conteúdo do trabalho e interesse global desse trabalho para aquele que o realiza.

A experiência adquirida depois dos primeiros trabalhos

(56) J. Celma: *L'Educateur*, Champ Livre, Paris. B. Bandelot et R. Establet: *L'école capitaliste en France*, Maspero, Paris, 1972. J. Raucière «Sur la théorie de l'idéologie politique d'Althusser», in *L'Homme et la Société*, n.º 27, janvier-mars 1973.

(57) Ivan Illich: *Une société sans école*, Seuil, Paris, 1971.

(58) Michel Crozier: *La société bloquée*, Seuil, Paris, 1970.

(59) Warren G. Bennis: *Organization Development: Its Nature, Origins, and Prospects*, Addison-Wesley Publishing Company, Reading, Mass., 1969.

do Tavistock Institute⁽⁶⁰⁾ possibilitou a determinação de critérios gerais de avaliação do trabalho, de instrumentos adequados de análise, duma pedagogia transformadora de atitudes e comportamentos e dos meios de alteração dos modelos mecânicos de organização em equipas semi-autónomas.

30. *Mudança social dialéctica*. Sensivelmente paralela à esquizo-análise mas num plano mais próximo da socio-psicanálise. Como a esquizo-análise admite uma certa liberalização dum inconsciente colectivo que é, simultaneamente, sexual e político; como a sócio-psicanálise, reconhece a importância das estruturas sócio-afectivas defensivas e repressivas admitindo, por isso, a manutenção dum certo constrangimento analítico sobre o grupo e a necessidade duma certa socialização repressiva do inconsciente. Como diz Max Pagés⁽⁶¹⁾:

«É o agente de mudança quem representa, principalmente no grupo, o poder social, ao nível da realidade, não apenas o fantasma, e é na medida em que assume o papel repressivo que uma análise e uma eventual transformação dos fenómenos do poder real no grupo é possível. ... O agente de mudança está necessariamente tomada por uma contradição entre um papel subversivo e um papel repressivo.»

31. *Mini-Sociedade*. Experiências iniciadas por Gunnar Hjelholt⁽⁶²⁾ com as seguintes características: realizadas em locais isolados; limitadas no tempo (doze dias em geral); com um *staff*; os participantes são previamente divididos em grupos; os participantes pagam; espera-se que as pessoas experimentem acções e relações por sua iniciativa; os participantes são de diferentes origens sociais, idade e profissão; os grupos são compostos o mais homogeneamente possível; é dada a maior importância à relação grupal; são os próprios participantes que fazem a gestão económica da situação.

32. *Análise institucional*. Método de intervenção no terreno e não apenas terapêutico ou pedagógico. No sentido estrito pode dizer-se que é um método de intervenção na prática social dos grupos das organizações e instituições no seu significado clássico. Diferentemente da sociologia das organizações, da organização científica do trabalho, da psicossociologia dos grupos e da dinâmica de grupo, assume por objectivo o fazer surgir a sua realidade concreta (na expressão dos actores e não numa formulação científica exterior à linguagem dos actores), o seu aspecto dialéctico, ao mesmo tempo positivo e negativo, de todo o agrupamento organizado.

Podemos considerar dentro da análise institucional duas

(60) F. E. Emery and E. L. Trist: «Social-Technical Systems», in Churchman and Vechust (Eds.): *Management Sciences: Models and Techniques*, Vol. 2, Pergamon Press, London, 1960.

(61) Max Pagés: «Inconscient collectif et changement social», in *Bulletin de Psychologie*, XXVI 308, 1972-1973.

(62) G. Hjelholt: «Group training in understanding society: The Mini-Society», in Cary L. Cooper (Ed): *Group training for individual and organizational Development*, S. Karger A. G., Basel, Suíça, 1972.

linhas de orientação: a tendência estético-sociológica de R. Loureau⁽⁶³⁾ e a tendência existencial-política de G. Lapassade⁽⁶⁴⁾.

33. *Esquizo-análise*. «A esquizo-análise é uma análise militante, libidinal-económica, libidinal-política»⁽⁶⁵⁾. A esquizo-análise pretende a reconciliação entre os investimentos pré-conscientes de classe conformes aos interesses e os investimentos libidinais inconscientes conformes ao desejo. Distinguindo o processo esquizofrénico como viagem (descodificação) do processo esquizofrénico como entidade nosográfica (processo tomado como fim), a esquizo-análise é um processo de esquizofrenização (descodificação) constituída por uma procura do nível molecular (das micro-máquinas: máquinas desejanças, micro-física do inconsciente) por detrás do nível molar (dos grandes conjuntos: organismos biológicos, organismos sociais). Os autores são Gilles Deleuze e Félix Guattari⁽⁶⁶⁾.

QUINTA CONCLUSÃO

O trabalho do psicossociólogo é essencialmente a intervenção: teoria da intervenção e do campo de intervenção, metodologia da intervenção, prática da intervenção. Repetindo M. Pagés⁽⁶⁷⁾:

«... trabalho sobre e no seio de contradições.»

Continuando a seguir o esquema precioso (e multi-aplicável) que delinea, contradições epistemologicamente difíceis.

Desde a hierarquia de campos de acção (do extremismo bio-psicológico ao extremismo político-económico-cultural sem esquecer o extremismo socio-psicanalítico) à contradição entre a acção e a análise (da acção *acting out* da análise, como a define a psicanálise ortodoxa até à total proscricção da análise), entre a necessidade de segurança e a necessidade de mudança, entre o trabalho ao nível do indivíduo ou do pequeno grupo e ao nível dos grandes conjuntos, entre a opção de *preparação* da mudança ou actuação «no terreno».

É natural (quase diria inevitável) ao nível da psicossociologia a fuga para a tecnicização (para a obediência às técnicas) ou o enfrentar das contradições que exige uma certa «personalização», um «construir-se» do psicossociólogo, um criar da sua própria liturgia, das suas variantes das várias liturgias. Está aliás de acordo com o próprio chamar-se de psicossociólogo⁽⁶⁸⁾; comprova-se pelas variantes e mini-variantes de métodos de intervenção.

(63) R. Loureau:

(64) G. Lapassade: *Sociopsychanalyse et potentiel humain*.

(65) In «Capitalismo e esquizofrenia (Dossier Sobre o Anti-Édipo)» Assisio e Alvim, Lisboa, 1976

(66) Gilles Deleuze et Félix Guattari: *Anti-Édipo*, Minuit, Paris, 1972.

(67) Max Pagés: «Inconscient collectif et changement social», in *Bulletin de Psychologie*, XXVI 308, 1972-1973.

(68) Daí talvez a diferença que faço entre psico-sociologia (dualismo psicogenético), socio-psicologia (dualismo sociogenético), sociopsicologia monismo psicogenético), psicologia social (fenomenologia psicogenética) e psicossociologia (monismo psicogenético).

6. Sociodrama laboratorial

«— Esta galeria — disse a Paramécia — é a galeria da criação.

E, quando entraram, houve um clarão de entendimento. Como um tudo que se percebe de repente. Como se nada do que houvesse anteriormente fosse preciso para se perceber; no entanto, ao mesmo tempo, souberam que tudo o que tinha havido anteriormente é que fazia perceber. Dava vontade de pensar que tudo o que tinha havido anteriormente não valia a pena... e fazia também pensar que era tudo o que tinha havido anteriormente que se ajustava e fazia perceber.»

MARIA E
MANUEL GOLFANTE⁽¹⁾

Fornecer o *feedback* dos comportamentos dum grupo ou dum conjunto organizacional, isto é, das informações acerca das resultantes desses comportamentos, afecta o comportamento posterior e/ou o conjunto organizacional (em concreto, dos elementos desses grupo ou conjunto organizacional). Por outras palavras, proporciona a mudança⁽²⁾.

Este fornecer do *feedback* afecta o comportamento de três maneiras: origina uma *orientação* (as informações acerca das consequências do comportamento possibilitam e implicam obviamente a decisão de comportamentos correctivos); propõe uma *aprendizagem* (as informações acerca das consequências do comportamento implicam a necessidade da decisão de busca de novos comportamentos); actua sobre a *motivação* (as informações acerca das consequências do comportamento facilitam a determinação dos objectivos e a experiência da motivação intrínseca).

A ideia de identificar *intervenção e feedback*, no que respeita aos grupos e aos conjuntos organizacionais, baseia-se na relativamente evidente noção que a leitura sobre os sistemas e cibernética nos proporciona: os sistemas sau-

dáveis, adaptativos e auto-correctivos, utilizam os dados acerca da natureza dos seus resultados para corrigir o modo como o sistema funciona⁽³⁾.

Olhando a intervenção dentro desta linha, o problema fundamental que se põe é o da *recepção do feedback*.

Pessoalmente estou convencido que o sociodrama laboratorial proporciona uma rápida (quanto ao tempo preparatório que exige), boa (não digo melhor) e persistente (isto é, com efeitos a médio prazo) recepção do *feedback*.

É minha intenção tentar descrever e comentar, mantendo um esforço de coerência com as reflexões que tenho realizado, o que chamo de sociodrama laboratorial.

ESBOÇO HISTÓRICO

Suponho que o ponto de partida da construção do sociodrama laboratorial se localiza nas experiências patrocinadas pela EIT⁽⁴⁾ em Möckelsnäs.

Colaborava na altura com Gunnar Hjelholt, Donald Nylen, Gurth Higgins, Max Pagés e outros na orientação de laboratórios organizacionais com a duração de doze dias e frequentados por algumas dezenas de dirigentes industriais e psicólogos de várias nacionalidades. Uma das intenções fundamentais destes laboratórios dizia respeito ao problema das relações entre pessoas de várias nacionalidades. O modelo utilizado, conforme é próprio dum laboratório organizacional, implicava a actuação em pequenos grupos, grande grupo, inter-grupos e grupos de aplicação. Normalmente, os grupos de aplicação começavam a funcionar a partir da detecção duma crise organizacional no grande grupo e como via de auto-solução pelos participantes dessa crise.

Recordo que num desses laboratórios organizacionais Gunnar Hjelholt aproveitou como pretexto de provocação da crise uma combinação entre dois pequenos grupos para troca de salas onde funcionavam. A crise tomou dimensões extremamente interessantes: iludia o seu próprio esquema de defesa social projectando-se em Gunnar Hjelholt que «aceitava» activamente essa projecção; confundiam-se positivamente as dimensões pessoais, requeridas e emergentes; a crise tomava uma perspectiva «dramática» na medida em que a aceitação da projecção do «Nós» em Gunnar Hjelholt, que «contra-transferia» o problema, possibilitava

(1) Maria e Manuel Golfante: *O Pássaro da Lua*, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977. [Obra de Manuel Tavares da Silva e de Maria do Rosário Teixeira de Abreu, sob pseudónimo].

(2) Vale a pena ver, a este propósito: V. H. Vroom; *Work and Motivation*, John Wiley/Sons, New York, 1964; E. A. Locke, N. Cartledge and J. Koepfel: «Motivational effects of knowledge of results: a goal-setting phenomenon», *Psychological Bulletin*, 70.

(3) Ver, para a obtenção de pormenores: Von Bertalanffy: *General System Theory: Foundations, development, applications*, Baziller, New York, 1968; D. Katz and R. L. Kahn: *The social psychology of organizations*, John Wiley and Sons, New York, 1966; N. Wiener: *The human use of human beings: Cybernetics and Society*, Houghton Mifflin, Boston, 1950.

(4) European Institute for Trans-National Studies in Group and Organizations Development

o explodir da problemática do «Eles» e do «Nós».

Nesses mesmos anos de 1968, 1969 e 1970, as experiências de mini-sociedade, também com Gunnar Hjelholt, foram-me entusiasmando relativamente à questão da crise colectiva. Simultaneamente, na orientação de grupos de sensibilização (T-grupos) fui experimentando os processos de lançamento da situação de crise. *Cada vez mais a «projeção colectiva num indivíduo» da crise me foi parecendo mais utilizável e apaixonante.*

Convém referir também que, na realização dum laboratório organizacional a propósito da reestruturação dum empresa, tentei também a criação do mesmo tipo de crise: suspendi rapidamente o processo de crise ao notar que o «Nós» presente da empresa projectava o problema no «Nós» ausente da empresa.

Em 1970 fui convidado a ir a Maputo com José Gabriel Pereira Bastos participar numa reciclagem de enfermeiros que uma equipa de Lisboa ia lá realizar. Foi decidido realizar uma mini-experiência de laboratório organizacional.

Dada a pouca experiência dos membros da equipa e a pouca quantidade de tempo, o projecto foi elaborado nas seguintes bases: pequenos grupos com monitores nominais, grande grupo frequente e inter-grupo quase só observador. Pessoalmente assumi a posição de orientador dos monitores (como pequeno grupo), do grande grupo e observador do inter-grupo.

Na última sessão do grande grupo foi desencadeada a crise, crise que se prolongou por algumas horas, e onde me apercebi de duas características que me pareceram desenvolver um processo extremamente positivo:

- A expressão «quente» da crise centrava a sua violência afectiva, toda a carga projectiva da ansiedade *socialmente retida*, em mim interventor,
- As vivências institucionais eram abordadas «fritamente» pelos indivíduos e grupos, em condições de recepção do feedback respectivo, à custa da localização afectiva existente.

O processo entusiasmou-me. A curto prazo começava com José Gabriel Pereira Bastos, e com outros colegas posteriormente⁽⁵⁾, as experiências do que denomino aqui de *sociodrama laboratorial*.

Em concreto: uma combinação de laboratório organizacional e sociodrama (com algumas alterações de procedimento) com ponto crítico na crise afectivo-violenta centrada no interventor.

Tentarei analisar mais em pormenor a minha visão dessas experiências. Com clarificação, olhemos primeiro o sociodrama e a sua ligação com o laboratório organizacional.

(5) Além de José Gabriel Pereira Bastos, colaboraram comigo em experiências de sociodrama laboratorial, António Caetano, Francisco Almeida, João Bilhim, João Malheiros, Jorge Vala, Luz Caldeira, Maria Benedita Monteiro, Maria Teixeira de Abreu, Marta Lima Bastos, Miguel Andrade e Teresa Fiadeiro.

O SOCIODRAMA E O LABORATÓRIO ORGANIZACIONAL

Parece-me ter interesse recordar a perspectiva de J. L. Moreno⁽⁶⁾ relativamente ao sociodrama:

«A técnica utilizada ao longo do desenvolvimento de um sociodrama difere, em numerosos pontos, do que acabamos de descrever a propósito do psicodrama. Numa sessão de psicodrama, a atenção do psicodramatista e da sua equipa é centrada sobre o indivíduo e seus problemas pessoais. À medida que estes são revelados à assistência, os espectadores são afectivamente implicados na acção psicodramática em proporção com as afinidades que se manifestam entre a sua própria concepção dos papéis e a do sujeito central. No psicodrama, mesmo a aproximação dita colectiva é, num sentido mais profundo, centrada no indivíduo. O auditório organiza-se em função dum síndrome mental que todos os indivíduos participantes possuem em comum e o objectivo do psicodramatista é atingir cada indivíduo. Não se serve da aproximação de grupo senão como um meio terapêutico para atingir vários indivíduos na mesma sessão. A aproximação do grupo, no psicodrama, tem que ver com um grupo de indivíduos «privados» e o próprio conjunto desses mesmos indivíduos é, em certo sentido um grupo privado. Também é indispensável, neste caso compôr e organizar o grupo com cuidado, porque não há nenhum sinal exterior susceptível de indicar quais são os indivíduos que sofrem do mesmo síndrome mental e que podem participar da mesma situação terapêutica.

Pelo contrário, o verdadeiro sujeito de um sociodrama é o grupo. Não é limitado a um número especial de indivíduos, pode compreender tantas pessoas quantos seres humanos vivem num lugar qualquer ou, pelo menos, tantas pessoas quantas as que pertencem a um mesmo meio cultural. *O sociodrama é baseado na hipótese implícita de que o grupo formado pela assistência está já organizado em papéis sociais e culturais em que participam, em qualquer grau, todos os indivíduos que têm neles essa cultura.* Importa portanto muito pouco saber o que são os indivíduos, quais são os que compõem o grupo ou qual é o seu número. Desta vez é o grupo, no seu conjunto, quem deve ocupar a cena para revelar os seus problemas: o grupo, no sociodrama, corresponde ao indivíduo no psicodrama. Também, para se tornar eficaz, o sociodrama deve empreender a tarefa difícil de elaborar os métodos de acção profunda, cujos

(6) J. L. Moreno: *Fondements de la sociométrie*, PUF, Paris, 1970, 2.ª edição revista e aumentada por Anne Aucelin-Schützenberger e Zerka T. Moreno (tradução francesa de *Who shall survive?*)

instrumentos de trabalho são os tipos representativos duma cultura dada e não de simples indivíduos.

A catarse, no sociodrama, difere daquilo que é no psicodrama. A aproximação psicodramática é dirigida sobretudo para os problemas pessoais e tem por objectivo uma catarse pessoal; a aproximação sociodramática trata dos problemas sociais e procura obter uma catarse social.

Esta aproximação é baseada no princípio de que *o homem tem um papel a desempenhar*, que cada indivíduo é caracterizado por uma certa variedade de papéis que comandam o seu comportamento e que cada cultura é caracterizada por uma série de papéis que impõem, com mais ou menos sucesso, a todos os membros da sociedade.

Como fazer aparecer uma ordem cultural com a ajuda dos métodos sociodramáticos? Eis o problema. Mesmo se a observação e análise de um meio cultural nos pudesse fornecer uma informação completa, verificou-se que os instrumentos são insuficientes para explorar os aspectos mais subtis das relações interculturais e que os métodos de acção profunda são indispensáveis. Por outro lado, estes últimos métodos revelaram-se não apenas preciosos mas mesmo insubstituíveis porque podem, sob a forma de sociodrama, *não só explorar como tratar, ao mesmo tempo*, os conflitos que surgiram entre duas ordens culturais separadas, porque ao mesmo tempo, pela mesma acção, empreenderam a tarefa de transformar a atitude dos membros de um grupo cultural em relação aos membros de outro grupo. Ainda mais, a sociodrama pode tocar vastos grupos de pessoas e, ponde em acção a rádio e a televisão, pode afectar os milhões de grupos locais, os grupos de vizinhanças, onde ços conflitos e as tensões interculturais estão latentes ou, mesmo, começam a dar lugar a uma guerra aberta. Mas é apenas o começarmos a entrever tudo o que, nas investigações sobre o drama e sobre o papel, será virtualmente capaz de nos surgir quanto aos métodos çeficazes para influenciar e transformar a opinião pública e as atitudes.»

Independentemente das aspirações idealistas e saloizicas de J. L. Moreno o *seu* sociodrama prometia, na minha perspectiva, o possibilitar do *drama que implicasse as várias dimensões da psicossociologia*. Por outras palavras, a situação social, dramática, onde o intrincado relacionamento das dimensões indivíduo, grupo e organização pode ser posto em causa à custa do próprio condicionamento mútuo.

De forma imperfeita é verdade. Mas completa. Dispensando da deformação que constitui o fazer predominar duma daquelas dimensões ou no actuar sobre as três como se fossem paralelas.

Assim, olhemos em termos técnicos quais me parecem ser os factores principais que «fazem» o sociodrama:

1. O grupo como sujeito;
2. Sua organização em papéis sociais e culturais pré-existente;
3. Estabelecimento dum síndrome social detonador;
4. Elaboração de métodos de acção profunda;
5. Situação de «drama», isto é, situação catártica.

O sociodrama laboratorial cumpre a utilização desses factores essenciais.

Quanto ao «grupo como sujeito», a questão é encarada sem grandes dificuldades. O grupo é o conjunto de indivíduos que *vive* o sociodrama. Uma das razões, aliás, que me tem levado a preferir como elementos participativos do sociodrama um *conjunto profissional* (alunos de psicologia, enfermeiros, professores, etc.) está exactamente na facilidade com que permite a existência desde o início de um «grupo como sujeito».

Lidar em termos sociodramáticos com uma organização implica a *construção* prévia dum grupo desconfundindo os participantes quanto ao *serem aquilo que apenas os condiciona*, isto é, de serem uma organização, uma instituição. Em termos de *conjunto profissional*, o seu inconsciente é sempre (por mais que procurem institucionalizar esse conjunto) grupal. O *conjunto profissional* vive a ambiguidade grupal a vários níveis: de profissão, de humano, sexual, de estatuto familiar, de estatutos organizacionais, de estatutos culturais, etc. Este aspecto (existente desde o início na situação de conjunto profissional, mas necessário e difícil de clarificar noutras situações) torna-se fundamental para o desenvolvimento sociodramático.

Quanto às restantes características deste «grupo como sujeito», como diz J. L. Moreno, o seu número de membros não é limitado nem especial e a sua organização em papéis sociais e culturais é implícita.

Todavia, embora a sua organização em papéis sociais e culturais seja pré-existente, torna-se na minha opinião indispensável à criação dum síndrome social detonador. Quero dizer, pôr em relevo determinados papéis sociais ou culturais que sirvam de sintomas dos problemas tri-dimensionais possibilitando a detonação do «drama».

Foi nesta construção do síndrome social detonador que o laboratório organizacional me veio facultar os elementos estruturais.

Como nos recordamos, o laboratório organizacional é estruturado da seguinte maneira:

- a. criação de pequenos grupos onde se desenvolve uma acção, de forma mais ou menos diferenciada, equivalente ao T-grupo;
- b. grandes grupos que incluem todos os participantes e onde é possível a rápida emergência de grupos e anti-grupos, o desenvolvimento de mitos e os choques entre os indivíduos e a situação;
- c. acções inter-grupos que acentuam os problemas de negociação, autoridade, comunicação, etc.;
- d. grupos de aplicação onde é possível complementar com o «lá e então» o que é vivido na base do «aqui e agora».

Na construção do síndrome social utilizo esta estrutura com algumas diferenças essenciais.

Quanto ao pequeno grupo, é utilizado como reforço da ambiguidade grupal. Cada pequeno grupo representa determinado papel social e o socio-dramatista e sua equipa apenas intervêm no pequeno grupo a título acidental reforçante da ambiguidade ou preparador da crise. Nessa distribuição de papéis sociais pelos *pequenos grupos* (não pelos indivíduos) o critério é: pequeno grupo representativo do papel social que é a profissão do conjunto que constitui o grande grupo; pequeno grupo representativo do papel cultural que é o «povo», a «sociedade ambiente» em geral; restantes pequenos grupos representativos dos papéis sociais que são as profissões próximas ou variantes da própria profissão do conjunto⁽⁷⁾.

O pretexto dos pequenos grupos, como de todo o sociodrama, é a situação para-organizacional que é um congresso ou semelhante. A situação de organização artificial que é o congresso, ainda é mais artificializada (sem energia em si mesma; apenas a decorrente da dinâmica inerente ao social e individual participantes) pela composição em pequenos grupos representativos.

Esta artificialidade é essencial ao sociodrama: facilita a aceitação; permite a crise explícita de aparência escondida (o que a liberta); possibilita que a catarse seja do real e não de um «real» elaborado.

O grande grupo é a situação base para o detonar da crise. Importa apenas depois do artificial ter deixado emergir suficiente energia e, posteriormente, passa a ser a única situação que importa.

As acções inter-grupos são deixadas ao acaso. Após o detonar da crise são animadas pela equipa sociodramática como meio de reforçar a catarse.

Relativamente aos grupos de aplicação, o socio-dramatista e a sua equipa não se opõem: apenas dificultam. Os grupos de aplicação só têm interesse como resultado da crise e não como fuga masoquista à crise.

Em concreto, na linguagem vulgar actual, *crise* surge com o significado de aparecimento de perigos novos relativamente aos sistemas de produção e à pessoa humana, à inexistência de um futuro claro. Por outras palavras, o significado actual e vulgar de *crise* é negativo e revela a sua origem na medicina de Hipócrates: são os «dias» social ou individualmente «críticos» centrados no problema do «transporte e evacuação das matérias mórvidas».

Aliás é natural que assim seja. Os valores positivistas da estabilidade fundaram e justificaram ao passado o sistema existente. Não podemos esquecer que o fascismo e o nazismo devem a sua passagem (?) e terrível vitória ao

(7) Como é óbvio, o pequeno grupo representativo da profissão que é a do conjunto em causa tem como objectivo na sua existência o fazer funcionar um inconsciente mais amplo (e mais individual) que qualquer eventual inconsciente colectivo institucional. Na prática, este pequeno grupo é o pequeno-grupo-sofredor e pequeno-grupo-suicida perante a complexidade do real; suicida por causa do mítico que é a profissão na nossa sociedade. Este «suicídio» chegou ao extremo, numa das experiências, de se traduzir num deixar de existir, como se nunca tivesse sido construído. Por outro lado, o pequeno grupo representativo do povo tem como objectivo na sua existência fazer funcionar o inconsciente dinâmico, o desejo; é sempre o elemento mais activo e (provou-se nas experiências em que não se construiu) a sua não existência dificulta o sociodrama.

conceito sentido de *crise*. A própria ciência, que inevitavelmente se sente segura de si mesma só se de acordo com os quadros de valores sociais aceites, sente dificuldade em encarar a *crise* de outra maneira.

J. M. Keynes⁽¹⁰⁾, em 1922, dizia:

«Como são felizes os químicos, os matemáticos, os médicos e os astrónomos cujo saber passa por ser um mistério impenetrável que toda a gente respeita sem se dar ao trabalho de entender! Se nos ocupamos de hieróglifos, de rins ou de nebulosas, podemos elaborar e defender as mais belas teses científicas sem nos esforçar por facilitar a compreensão.»

Em seguida referia que um economista não podia funcionar assim. Aliás, depois do século XVIII, a *ciência* passa a ser resposta à *crise* em curso. Crise com o conceito que os valores sociais possibilitam. Por isso A. Comte, Nietzsche, Marx e Freud começam a falar da ciência como um meio de substituir as religiões, os mitos, e as ideologias, os definidores de valores sociais.

Todavia, essa «substituição» pode (e tem acontecido) realizar-se de duas maneiras: substituição no sentido de outro *objecto de fé* (doutrina) e, como tal, exigente de estabilidade mítica, não dinâmica, meramente cinematográfica; substituição no sentido dinâmico, isto é, como teoria cujo papel é propôr os conceitos que possibilitam a compreensão das causas.

Sem dúvida que é uma «substituição» no segundo sentido a que começou a ser importante para mim e me interessa. Sem dúvida também que os novos conhecimentos das ciências humanas põem em causa, como aconteceu noutras ciências, a estima que o homem tem por si mesmo: Galileu destruiu o antropocentrismo, Kepler demonstrou o relativismo, Darwin fez do homem um animal, assim Marx introduziu o trabalho e as relações de produção na história e Freud denunciou o mito como uma certa forma de racionalidade.

Sem dúvida ainda que o conceito de intervenção exige ser revisto.

De qualquer modo, uma dificuldade fundamental emerge na intervenção: na medida em que a evolução dum organização depende do processo económico e da organização das relações de poder que lhe são inerentes, essa evolução é independente das pessoas que a compõem, e as pessoas que a gerem ou a sofrem são joguetes do sistema. *A não ser que se decidam a actuar no sentido da mudança do processo.*

A análise das organizações é radicalmente anti-antropomórfica; as pessoas cada vez se sentem mais dependentes de entidades impessoais (Educação, Saúde, Empresa, Cidade, etc.) e da racionalidade que as definem. Cada vez mais só é eficaz a acção colectiva e completa face aos grandes instrumentos.

A *sociedade* reafirma-se como aquilo que sempre foi: um *mito securizante*. Não admira, portanto, a tendência para o encarar da intervenção como modo de adaptação a esse

(10) J. M. Keynes, 20 de Abril de 1922, número especial do Manchester Guardian Commercial de que Keynes era redactor-chefe.

mito ou como modo re-mitificante. *Por outras palavras, o promover da acção colectiva e completa face aos grandes instrumentos arrisca-se, seguindo a tendência natural, a ser religiosa ou ideológica.*

Assim, parece-me óbvio que o grande critério da intervenção psicossociológica deve ser a desmistificação, o desmistificar do mistificado. O seu objectivo não pode ser uma resultante mutacional decidida nem uma mistificação da mudança. Sua intenção última não pode deixar de ser, e apenas ser, um desmistificar colectivo.

O conceito que a tragédia grega traduzia por *crise* reaparece como veículo de intervenção: acontecimento *brutal* que implica todo o passado e todo o futuro da acção organizacional que é a resultante do actuar pessoal e grupal. Acontecimento *brutal* afectivamente: o desmistificar colectivo do mito securizante vivido organizacionalmente é violento. Implica *todo* o passado e *todo* o futuro porque a desmistificação impõe uma remistificação a decidir; *decidir do indivíduo na decisão colectiva que põe em causa o rever do passado e o prever do futuro.*

Concebida a *crise* desta maneira, como acontece no sociodrama laboratorial, vários factores são óbvios e positivos:

- O desencadear do acontecimento afectivo brutal baseia-se no seguinte processo: introdução do interventor dum modo estruturalmente corrente com o mito organizacional (artificial) em termos económicos e de poder; desenvolvimento duma actuação do interventor de acordo com uma mítica discordante da mítica instituída na sociedade; explosão violenta dessa mítica discordante através do comportamento do interventor.
- Após o desencadear do acontecimento afectivo brutal, o interventor desempenha um papel analítico (crisanalítico); não se trata duma análise valorativa ou diagnosticante; apenas um reforçar e decompor do passado e futuro implicados.
- O implicar do passado e futuro da acção total (o desmistificar desmistifica a própria acção teatral do sociodrama) obriga à decisão de acção; decisão colectiva não no sentido massivo mas como resultante colectiva da decisão individual: decisão de remistificação.
- O próprio interventor vive uma crise paralela; a sua crisanálise tem de ser paralelamente auto-analítica; inevitavelmente tem de chegar à decisão remiti-

ficante; sendo assim, este paralelismo exige um *colectivo de intervenção*: interventor ou interventores localizado num grupo de intervenção.

- A crise é desencadeada em situação sociodramática porque o artificial organizacional do momento sociodramático facilita o ultrapassar das *defesas sociais instituídas* que se constituíram em termos anti-crise.
- Chamamos de laboratorial a este sociodrama porque o seu único resultado possível é a remistificação do próprio conceito de crise; por outras palavras, *pode-se aprender a crise do teatro da vida.*

Warren Benis⁽¹¹⁾, na sua obra «The conscious conspiracy» diz a certa altura:

«Um arquitecto social tem também que lidar com a ética. Ninguém com uma posição de responsabilidade e autoridade, em qualquer tipo de organização, pode ignorar o que é feito em seu nome. A cultura duma organização dita e governa a sua honestidade.»

Um interventor tem também, sempre, que lidar com a ética; tem uma posição de responsabilidade e autoridade; é arquitecto social. O sociodrama laboratorial, por ser sociodrama e laboratorial, permite que seja posta em causa a própria cultura da organização em que tem de existir sem violar a honestidade e probidade que o governam.

SEXTA CONCLUSÃO

As minhas reflexões no domínio da psicossociologia e as minhas experiências e opções litúrgicas nesse mesmo domínio tornam óbvio o meu *procurar*.

Procurar o quê, para quê, porquê, são questões que interessam. O seu interesse não está na perspectiva de resposta; está na própria dinâmica da busca. Algo de semelhante à noção de limite na matemática: a resultante final sabe-se; a *fenomenologia do caminho é actuante. Torna-se o importante.*

(11) Warren Benis: *The unconscious conspiracy. Why leaders can't lead*. Amacom, New York, 1976.

7. Uma resolução

«O passado constitui um fracasso colossal e incompreensível.»

MARGARETH MEAD⁽¹⁾

«O possível é a mais pesada das categorias.»

S. KIERKEGAARD⁽²⁾

«Porque falas tu da última revolução? Não existe última revolução. O número de revoluções é infinito. A última é para as crianças: o infinito assusta-as e é preciso que durmam tranquilamente a noite.»

E. ZAMIATINE⁽³⁾

Suponho ser claro que, para mim, a intervenção está ligada à mudança, melhor, ao *mudar*, ao *acto de mudar*. No entanto, a mudança pode ser o desejo permanente, originário, mas, em termos concretos (salvo as excepções consciencializadas), o indivíduo, o grupo ou a organização, o que põem como realidade é uma *resolução*. Resolução de um problema; duma situação, dum sentir, dum reacear, dum actualizar, dum ajustar-se, dum comportar-se, dum querer, seja do que for, diálogo que pede uma *resolução*. Nem que seja a resolução fuga ou alienação.

Este facto existencial levanta quatro questões fundamentais da intervenção, do método de intervenção.

- diagnóstico do *que* anseia por uma *resolução*;
- as *pré-exigências do objecto de intervenção*;
- a distinção entre o *resolver* e o criar as condições da mudança (ou não mudança) que será a *resolução*;
- a *resolução* que o interventor procura para si mesmo.

A existência duma liturgia psicossociológica é, em si mesmo, um negativo necessário. Contudo, essa liturgia torna-seum negativo ameaçador se estas quatro questões prévias não são enfrentadas.

Sem dúvida que são difíceis: porque não devem ser encaradas liturgicamente; sem dúvida que são trabalhosas: porque têm a originalidade do concreto dentro da igualdade do geral; sem dúvida que são incómodas: porque não admitem a desumanização do interventor (ou a superhumanização que é a forma prestigiança da desumanização); sem dúvida que são exigentes: porque destroem a possibilidade de simples recurso à tecnocracia psicossociológica; sem dúvida, ainda, que são desmistificantes: porque eliminam a validade das fugas do género «os meus objectivos são muito superficiais», «eu cá só uso técnicas

simples», «o que interessa é as pessoas ficarem contentes», etc...

Interessa-me olhar um pouco em pormenor cada uma das quatro questões.

DIAGNÓSTICO

Na medicina, o diagnosticar é a arte ou o acto de reconhecer a «doença» à custa dos seus sintomas e, ainda, o decidir qual é essa «doença». Indo até à origem grega da palavra, podemos dizer que diagnosticar é *destinguir* e *saber*. Generalizando o conceito de diagnóstico é possível defini-lo como um escrutínio crítico da realidade a que se aplica o conseqüente juízo resultante.

Em termos psicossociológicos temos uma realidade a diagnosticar: *uma resolução* que explícita ou implícita é solicitada. O seu diagnóstico não é o método de intervenção a utilizar, a receita a determinar. É o escrutínio crítico da causalidade dessa solicitação, o construir do síndrome mais representativo dessa procura duma solução; através da construção desse síndrome realiza-se o juízo (decisão duma opinião formal) resultante e capaz de orientar toda a acção.

É deliberadamente que uso a expressão «construir do síndrome». Em todo o diagnóstico existe necessariamente um ponto de partida «artificial»: o que é que considero sintomas e que é que considero sintomas e de que é que considero sintomas. É o principal *acto teórico*: acto teórico construído consciente e cientificamente ou inconsciente e empiricamente. Aliás, o próprio método de intervenção pode tomar como objectivo, ou como um dos seus primeiros objectivos, a realização desse *acto teórico* pelo próprio objecto da intervenção; a construção do síndrome pelo próprio objecto da intervenção.

À primeira vista o diagnóstico surge como algo bem determinado ao nível prático: a construção do síndrome é a prática conseqüente do *acto teórico*. Daí, aliás, as grandes dificuldades e probabilidades de fraude no diagnóstico.

Exemplificando: a solicitação de *uma resolução* pode resultar impossível (inexistente o problema) porque na base de determinado *acto teórico* fundamental não existe síndrome revelador da «questão».

Ou ainda: a solicitação de *uma resolução* pode resultar inatendível (ilusória do problema) porque na base de determinado *acto teórico* fundamental o síndrome da «questão» não corresponde ao síndrome «sentido» pelo solicitador de *uma resolução*.

E até: a solicitação de *uma resolução* pode resultar em permanente situação de estudo sem intervenção porque se pretende o *acto teórico* total, isto é, o abordar de *toda* a realidade; ora o *acto teórico* é por si mesmo um parcializar da realidade; o síndrome é o conjunto de sintomas revelador dentro duma perspectiva implicada pelo *acto teórico* indispensável.

(1) Margareth Mead: *Le fossé des generations*, Plon, Paris, 1970.

(2) S. Kierkegaard: *Le concept de l'angoisse*, Gallimard, Paris, 1935.

(3) E. Zamiatine: *Nous autres*, Gallimard, Paris, 1971.

Não é de admirar o papel importantíssimo que a psicanálise teve e tem relativamente a quase todos os métodos de intervenção. A psicanálise deu o exemplo numa diferença extremamente positiva quanto ao *acto teórico* do diagnóstico: possibilitar a construção do *síndroma* relativamente à questão do auto-diagnóstico.

O gestaltismo já havia feito uma primeira tentativa de clarificação quanto à elaboração dos *actos teóricos* de diagnóstico: o sublinhar e apontar como essencial o tomar em conta do «gestalt», da «forma», do global como dimensão não possível de ignorar em qualquer *acto teórico* forçosamente parcializante do total.

No entanto, a psicanálise, independentemente do valor estrutural da construção do *acto teórico*, foi o grande passo em frente quanto ao ponto de partida do diagnóstico.

As técnicas de diagnóstico, muito embora o seu valor e importância, são secundárias. Antes de mais nada está o problema (a dificuldade) de definição metodológica; o *acto teórico* a tomar como ignição do diagnóstico indispensável para a escolha e modo de aplicação de qualquer método de intervenção.

«TER OU NÃO TER ASAS»

Uma das consequências de toda a problemática do diagnóstico (continuando a olhar a intervenção na perspectiva que tenho tentado delinear), está nas pré-exigências do objecto da intervenção.

Usando uma simples imagem simbólica poderia dizer: a resultante do diagnóstico pode ser o desejo de voar; o aprender a voar pode ser o objectivo da intervenção; mas sem asas não se pode aprender a voar; há que adquirir asas primeiro.

A intervenção didáctica (no sentido original do didáctico: «feito para ensinar») compreende-se neste sentido. Fazendo trocadilho de palavras: as pré-exigências do objecto da intervenção obrigam a uma pré-intervenção (a intervenção didáctica).

É óbvio que a intervenção didáctica é necessária. Todavia, não se pode esquecer que é já consequência de diagnóstico e, metodologicamente, sendo didáctica, não tem nada a ver com a metodologia da intervenção propriamente dita.

Também é óbvio que, se o método de intervenção está construído tendo como objectivo primário o *acto teórico* de diagnóstico a realizar pelo próprio objecto de intervenção didáctica só tem sentido depois de atingido esse objectivo.

Por outro lado, a intervenção didáctica sem diagnóstico prévio merece psicossociologicamente uma certa atenção. Se extremamente dirigida (como o é habitualmente), tem tendência a impôr determinado *acto teórico*. A sua avaliação sistemática (que não é diagnóstico) reforça essa tendência para impôr determinado *acto teórico*. Entramos aqui no campo da pedagogia e da andragogia e a sua relação com a intervenção.

De qualquer modo sinto forte necessidade de distinção

- entre intervenção e intervenção didáctica;
- entre métodos de intervenção e métodos pedagógicos

- ou andragógicos;
- entre diagnóstico e avaliação;
- entre interventor e pedagogo;
- entre a mudança e a dinâmica.

«EU RESOLVO, TU RESOLVES, ELE RESOLVE...»

Esta diferença entre a mudança e a dinâmica (usando estes termos por falta de outros mais explícitos) é essencial.

Usando à maneira de K. Lewin⁽⁴⁾ a terminologia da física, poderia dizer que:

- *dinâmica*⁽⁵⁾ é a resultante natural do campo de forças em causa; essas forças desenvolvem-se, alteram-se, acrescentam-se, anulam-se com outras; o campo de forças que se relaciona com determinado domínio, com uma esfera de acção específica.
- *mudança*⁽⁶⁾ não é uma mera alteração do sistema de forças que traduz o campo de acção; é a própria alteração do campo de forças, por outras palavras, a alteração do domínio ou esfera de acção resultante.

Suponho que é óbvio que a dinâmica é matéria da pedagogia e a mudança (que não pode esquecer a dinâmica) da intervenção propriamente dita. Também é claro que a solicitação de *uma resolução* pode ser relativa a uma questão meramente dinâmica ou de mudança. O diagnóstico é o primeiro passo dessa distinção.

De qualquer modo, uma vez que a intervenção propriamente dita tem a ver com a *mudança*, existe uma opção a tomar que, para mim, é decididamente explícita.

Uma vez que lidamos com mudança, impô-la (condicionar de modo a que, receitar, disfarçar, seja como for) é manipular e, inevitavelmente, alienar. Não impôr implica que apenas se criam as condições em que é possível decidir: decidir mudar ou não-mudar.

Esta regra é extremamente importante e há que tê-la em conta na avaliação da eficácia dos métodos de intervenção. *Para mim não é método de intervenção eficaz aquele que resulta sempre, ou quase sempre, em mudança; é eficaz o que possibilita a decisão da mudança ou não-mudança; tanto mais eficaz quanto essa decisão é consciencializada.*

Não me preocupa muito o manipulativo no terreno da dinâmica. Sem dúvida que é importantíssima e carregada de consequências que não podem passar despercebidas a opção quanto ao actuar na dinâmica; é já a questão de diagnóstico. Feita a opção, o manipulativo torna-se pouco

(4) Referimos K. Lewin não com a intenção de citação mas pela sua preferência de utilização da linguagem da física.

(5) A sabedoria de dicionário dir-nos-á que dinâmica é, na física, «parte mecânica que trata do movimento ou do estudo das forças».

(6) A mesma sabedoria de dicionário dir-nos-á que mudança «implica ou uma diferença essencial (que às vezes provoca a perda da identidade existente), ou a substituição de uma coisa por outra».

importante. Mesmo quando se trata da actuação (no terreno da dinâmica) preparatória da entrada no terreno da mudança.

Mas há uma condição para mim essencial: a eliminação do manipulativo no terreno da mudança que implica a não manipulação nas actuações sobre a dinâmica que vão ter efeitos directos no terreno da mudança.

O INTERVENTOR

Indiscutivelmente que o interventor é também interventor na procura de *uma resolução sua*, propriedade sua, mudança ou não-mudança sua, dinâmica complementar e mudança ou não-mudança.

Não é por acidente que «aprendiz de interventor» tem urgência em ser interventor e resiste ao ser objecto de intervenção; resiste à própria intervenção didáctica excepto no que respeita à tecnologia de que apenas duvida. O seu querer ser interventor é a solicitação de *uma resolução. Uma resolução que é desejo.*

José Angelo Gaiarga⁽⁷⁾ põe como legenda da reprodução dum quadro de Magritte uma óptima descrição do interventor⁽⁸⁾:

«Meus desejos íntimos não têm boca para falar — senão os outros fariam de mim.

Vivem comigo.

Morrem comigo.

Por vezes escapam — voam.

Levo cada susto!

Mas logo prendo outra vez os desejos na gaiola.

Pensa que eu sou bobó?

Morro pelo esforço vitalício de contê-los.

Morto-vivo é o que não cumpre o dever que tem em relação aos próprios desejos — ao que nele é vivo

Desejo: De-sid-erio (latim). Sid = sidério, sideral, relativo às estrelas.

Seguir o desejo é orientar-se pela *própria estrela.*»

Repetindo: o interventor é interventor na procura de *uma resolução. Uma resolução* que, de uma maneira ou de outra, tem sempre algo a ver com o *poder*, com a *autoridade*.

Aliás a intervenção, centrando-se no fenómeno de mudança (mudança ou não-mudança), é um jogo de *poder* e, portanto, de *autoridade*. Está neste jogo o «saber» da intervenção; sendo assim, o ponto de partida das dificuldades da intervenção; dificuldades do objecto da intervenção, da

(7) José Angelo Gaiarga: *Tratado geral sobre a fofoca: uma análise da desconfiança humana*, Dummus, São Paulo, 1978.

(8) Em resumo, o quadro de Magritte que J. A. Gaiarga intitulou «O Terapeuta apresenta um homem sentado numa duna de areia, com uma bengala na mão direita, segurando o manto negro com a mão esquerda; está todo vestido de preto; o chapéu e o manto cobrem uma gaiola pousada no colo e que substitui a cabeça e o tronco; a gaiola, de grades fortes, parece aberta e tem uma pomba dentro e outra fora.

intervenção e do interventor.

Com a sua riquíssima ironia, José Angelo Gaiarga⁽⁹⁾, a propósito da terapêutica, define os fenómenos-chave da intervenção.

Quanto ao objecto da intervenção:

«É a forma primeira de AUTOCENSURA, a mais tosca que se pode imaginar.

É também, com certeza, a forma ORIGINAL, a primeira forma — da CULPA.

Da culpa de se sentir diferente, de se sentir separado da matriz grupal.»

E, mais à frente, acrescenta:

«Durante milénios se disse e se acreditou que a COESÃO SOCIAL era mais importante que a REALIZAÇÃO INDIVIDUAL.

Se é verdade não ser, mas na REALIDADE, for. E aí de quem duvidasse!»

Quanto à acção de intervenção:

«Voltam os dois papéis mais consagrados (e velhiscos) que os homens — ou a vida — já inventaram — o dominador e o dominado. O que confessa e o que perdoa. Em nome da ciência.»

Relativamente ao interventor:

«É o poder *de fora* sentido como *idêntico* ao de *dentro*. Se o de fora não aprovar ou não souber o que penso e faço, então não posso SER.»

Completando à frente:

«Como o terapeuta se põe sempre de Bidu — sabe tudo — superior — impecável — INCONTES-TÁVEL — ele é a própria AUTORIDADE.»

Tentando estabelecer de forma mais directa os tópicos que José Angelo Gaiarga aponta a propósito da terapêutica, eu diria a propósito da intervenção:

● O objecto da intervenção:

— Define o campo de forças do objecto da intervenção numa ordenação do poder real das fontes de poder (falocracia, gerontocracia, democracia, plutocracia, teocracia, monocracia, tecnocracia, etc., todas as «cracias» que queiramos «reconhecer»).

— A resolução solicitada é: ou o melhor funcionamento na ordenação existente (dinâmica); ou a mudança dessa ordenação (que é, até à decisão de mudança, culpabilizante).

● A acção de intervenção:

— Se a intervenção é didáctica, é o uso da autoridade de acordo com a ordenação das fontes de poder.

— Se a intervenção é intervenção propriamente dita, é o defrontar da ordenação das fontes de poder do objecto de intervenção com uma diferente ordenação das fontes de poder (defrontação em que o importante

não é a «vitória» mas o pôr em causa).

● O interventor:

— É o utilizador duma diferente ordenação das fontes de poder (se interventor na intervenção propriamente dita).

— É o detentor duma autoridade incontestável porque a ordenação das fontes de poder é *diferente* por definição do papel.

Sem dúvida que o que seduz o interventor (suponho que não apenas a mim) é o jogo de poder a que a intervenção obriga. Melhor, a resolução do desejo de autoridade incontestável (as tentativas de contestação só reforçam a construção incontestável da autoridade).

Mas não é esse o problema importante do interventor.

O que é importante é que essa autoridade só é imprescindível, positiva e sólida, enquanto incontestável na sua construção de inaceitável (inaceitável e contestável não são sinónimos nem se podem correlacionar: o que não é aceite não é contestável; só se pode contestar o aceite em termos de coesão social), de decorrente duma ordenação diferente das fontes de poder. Quando essa autoridade passa a ser *aceite*, contestada ou incontestada, a intervenção propriamente dita não admite o seu uso; passa a haver manipulação se continua a ser utilizada.

Por outro lado, o desejo de poder do interventor não pode deixar de ser considerado como uma constante (?)

solicitação de *uma resolução*. Arrisca-se à rotina ilusória de ser objecto sistemático duma intervenção didáctica e não propriamente dita. Ao fantasmático de «não lhe interessar o poder» à custa das vivências artificiais do seu desejo de poder.

SÉTIMA CONCLUSÃO

A liturgia psicossociológica é, mais concretamente, um círculo litúrgico. Começa (e acaba) na liturgia do seu interventor.

Aceita-se como um círculo em si mesmo ansiogénico. São fraudulentas as tentativas de resumir a excertos desse círculo, ou a somatória de excertos. Só é válida como círculo total.

Esta é a coerência, na minha opinião, entre a liturgia psicossociológica e a afirmação simbólica radical de E. Zamiatine⁽⁹⁾:

«Porque falas tu da última revolução? Não existe última revolução. O número das revoluções é infinito. A última é para as crianças: o infinito assusta-as e é preciso que durmam tranquilamente.»

(9) A frase citada em epígrafe.

8. Hipótese de uma sistemática de intervenção

«Vejo muitos soldados: desejaria ver muitos guerreiros. Ao que usam chama-se uniforme. Ao menos que não seja uniforme o que escondem por baixo.»

F. NIETZSCHE⁽¹⁾

Sem dúvida que é fácil especular que a intervenção existe há quanto tempo existe o mundo. Todavia, o caminho do seu estudo tem um princípio histórico no estudo rigoroso dos grupos: concretamente, em Elton Mayo⁽²⁾, J. L. Moreno⁽³⁾ e K. Lewin⁽⁴⁾.

No que diz respeito a E. Mayo (e à chamada psicologia industrial), é nele que encontramos, independentemente do seu erro metodológico caracterizado por um empirismo radical (desdém pela teoria e preocupação do integrar do trabalhador na empresa como se esta fosse a estrutura social ideal), é nele que encontramos, repito, a abordagem da dialéctica indivíduo-sociedade embora de modo deformado. Começa a parecer o grupo como o *lugar laboratorial* da dialéctica referida.

Em J. L. Moreno, com todas as suas tendências e problemas místicos, encontramos alguém que, em vez de profetizar um «caminho de salvação», procura implantar uma *revolução terapêutica* que permita a libertação do «proletariado terapêutico ou afectivo»⁽⁵⁾, que elimine a questão da «mais-valia afectiva»⁽⁵⁾, que possibilite o ultrapassar da tripla resistência à espontaneidade: a que o corpo apresenta ao nível da expressão corporal e gestual; a da personalidade ao nível da expressão de ideias; a que decorre da existência física e psíquica dos outros⁽⁵⁾. A sua sociometria leva-o a exigir ser considerado como o «descobridor» da dinâmica

* Este último capítulo da obra encontra-se publicada, sob a forma de artigo isolado, com o mesmo título, no n.º 3 Vol. II de Abril de 1979 da revista «Análise Psicológica».

(1) F. Nietzsche: *Assim falava Zaratrusta*, Editorial Presença, Lisboa, 1974.

(2) Elton Mayo: coordenador e teorizador das experiências que se desenrolaram de 1927 a 1932 na fábrica da General Electric, em Chicago, e puseram em evidência a influência determinante do grupo de trabalho na produtividade.

(3) J. L. Moreno: de destacar a sua introdução da sociometria que veio clarificar a dimensão afectiva na problemática da intervenção.

(4) K. Lewin: como se sabe foi quem, no verão de 1946, em New Britain, Connecticut, descobriu que o grupo centrado sobre si mesmo, com um problema preciso e imediato a resolver, poderia ser um instrumento de formação ou de mudança de muito maior eficácia do que um grupo com a sua actividade organizada em função dum tema exterior.

(5) J. L. Moreno: *Psychotérapie de groupe et psychodrame*, PUF, Paris, 1965.

dos grupos⁽⁶⁾.

Em K. Lewin encontramos, a partir dos seus esforços ao nível da dinâmica de grupo e no quarto período da sua carreira⁽⁷⁾, período interrompido pela sua morte, a iniciativa do trabalho de síntese das diferentes investigações e situar de rigorosas análises no contexto da sociedade global.

Em termos de imagem, atrevo-me a dizer que assenta aqui o início da psicossociologia de que o objecto central é a célula (o grupo) cujo núcleo são os indivíduos e cuja realidade está no tecido de que é parte.

K. Lewin, no entanto, o cientista conhecido como nome e ainda «misterioso» como cientista, tem uma actuação mais profunda do que a de simples ponto de partida do estudo da dinâmica de grupo.

Para K. Lewin, a característica fundamental do trabalho do cientista consiste no fazer uma tradução apropriada dos fenómenos para conceitos.

Na sua origem a psicologia foi aristotélica. Os conceitos implicavam juízos de valor, separações ou classificações arbitrárias, travavam o desenvolvimento do seu cientismo. Isso aconteceu (e acontece) com outras ciências. A psicossociologia também tem algumas dificuldades em libertar-se da tendência aristotélica da Europa e alunos da Europa.

Como dizia K. Lewin⁽⁸⁾:

«Como qualquer ciência, a psicologia enfrenta um dilema quando procura desenvolver conceitos e leis gerais.»

.....
«Na época dos gregos, a geometria passou de um método de *classificação* (que agrupa figuras geométricas de acordo com as suas semelhanças) para um método *construtivo* ou *genético* (que agrupa figuras de acordo com a maneira por que são produzidas ou derivadas de outras). Desde então, a *definição genética* dominou a matemática. Em física um desenvolvimento similar ocorreu na época de Galileu. A biologia tentou dar um importante passo nessa direcção quando o sistema de Lineu foi substituído pelo de Darwin.»

No seu esforço de conceptualização, K. Lewin enfrenta

(6) É conhecida pela maioria a pretensão repetidamente afirmada por J. L. Moreno de ser o primeiro a abordar a dinâmica de grupo.

(7) C. Faucheux: «Introdução» in Kurt Lewin: *Psychologie Dynamique*. PUF, Paris, 1967.

(8) K. Lewin: *Teoria de campo em ciência social*, Livraria Pioneira, Editora, São Paulo, 1965.

alguns dos problemas cruciais do cientista. Talvez por isso o «misterioso» que ainda rodeia K. Lewin. Provavelmente por isso o recurso insistente do *gestaltista* K. Lewin ao trabalho de S. Freud (e seus continuadores) seja ignorado pela maioria dos conhecedores do nome; é K. Lewin quem diz⁽⁹⁾:

«A psicanálise é provavelmente o mais impressionante exemplo de um ponto de vista psicológico que tenta alcançar as profundidades e não as camadas superficiais do comportamento.»

Tal como a sua atitude relativamente ao behaviorismo⁽⁹⁾:

«A teoria de campo, como qualquer outro ponto de vista científico em psicologia, é *behaviorista* se isso significa a tendência a *prover definições operacionais* (sintomas passíveis de verificação) para conceitos usados. Muitos psicólogos, particularmente aqueles que seguem a teoria do reflexo condicionado, confundiram essa exigência de eliminar descrições psicológicas. Eles insistem em definir superficialmente os *estímulos* em termos de física. Uma das características básicas da teoria de campo que influencia um indivíduo não em termos *fisicamente objetivos*, mas da maneira que existe para a pessoa naquele momento (cf. o conceito de *meio de comportamento* de Koffka).»

Kurt Lewin escrevia isto em 1942. Quando procurava desenvolver um sistema satisfatório de conceitos sendo particularmente cuidadoso quanto à forma de o fazer. Consciente de que antes do sistema ser completamente útil, os seus conceitos devem ser definidos de modo que: permitam o tratamento dos aspectos qualitativos e quantitativos num sistema simples; representem de modo adequado os atributos condicionais (genéticos ou causais) dos fenómenos; facilitem a medida (ou definição operacional) desses atributos; permitam tanto a generalização das leis universais quanto o tratamento concreto do caso individual.

Ora um dos problemas básicos da intervenção, do estudo da intervenção, reside na perspectiva aristotélica com que vulgarmente é encarada. O estudo da intervenção, objectivo prioritário da psicossociologia (não digo objecto), necessita do complemento da revolução galileica proposta e iniciada por K. Lewin.

UMA SISTEMÁTICA

Referir uma sistemática da intervenção significa um ordenamento da acção de intervenção; um ordenamento inclusivo que organiza teorias que, em si mesmas, já possuem generalidade.

É óbvio que a primeira precaução a tomar na construção duma sistemática da intervenção, como em qualquer outra sistemática, está no cuidadoso não-valorizar nem procurar tornar desejáveis os sistemas a considerar. Interessa definir

(9) K. Lewin: *Teoria de campo em ciência social*, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965.

o que eles realmente são de modo a integrar as teorias na sua objectividade.

Uma sistemática não é, nem pode ser, um juízo de valor. É, fundamentalmente, uma anuladora dos juízos de valor sobre as teorias na medida em que a construção da sistemática só pode assentar nos juízos de realidade sobre essas mesmas teorias.

Um outro aspecto que não se pode deixar de considerar na construção duma sistemática da intervenção diz respeito à própria essência da psicossociologia. Em concreto, relativamente a duas características reais que se podem observar: a não confusão entre psicossociologia e psicologia social; a dominante do seu ponto de partida e processo histórico.

Não há oposição entre a psicossociologia e a psicologia social. Mas há diferença. *Enquanto que a psicologia social se preocupa com a generalidade da fenomenologia social e suas repercussões individuais, a psicossociologia preocupa-se com o indivíduo situado nessa fenomenologia.* Como já o disse várias vezes e de diversas maneiras, não importa o considerar ou não, a psicossociologia como uma parte da psicologia social. É um problema da psicologia social. Interessa é o estar-se ciente dessa diferença.

Uma sistemática da intervenção, olhada da perspectiva psicossociológica, não pode ignorar esta diferença e cair no erro de confusão com uma «classificação» fenomenológica da intervenção.

Por outro lado, é nítida na evolução histórica da psicossociologia o modo «activo» (dinâmico) com que é encarada. Desde o empirismo de E. Mayo, preocupação de como atingir os seus objectivos de J. L. Moreno, «research-action» de K. Lewin, até ao predominar da intervenção como centro de interesse. Isso faz com que, e cada vez menos, a sistemática da psicologia não interesse na construção teórica da psicossociologia. Melhor dito: o conteúdo dos sistemas psicológicos interessa; a sua sistemática não é relevante.

Quer isto dizer que uma sistemática da intervenção não pode deixar-se influenciar pela sistemática da psicologia, tal como não pode deixar-se influenciar pela sistemática da sociologia ou de qualquer outra ciência.

É verdade que uma sistemática é um facilitar a liturgia duma ciência. No entanto, se a conceptualização que exige for cuidadosa, dificulta a existência das sistemáticas ocultas (arbitrárias) que sustentam a liturgia. E a acção exige a liturgia.

A INTERVENÇÃO

Intervenção é um termo de muita utilização e muitas tonalidades de significado. No entanto, uma primeira tarefa que é exigida pela elaboração duma sistemática consiste na conceptualização do tema que se pretende sistematizar.

Parece-me aceitável definir intervenção como:

«qualquer intervenção voluntária que pode afectar, global ou parcialmente, o outro, ou outros, seres humanos.»

Uso a expressão «qualquer interferência» na intenção de sublinhar a diversidade de *actos* que podem ser ponto de partida do fenómeno de intervenção: diversidade de modos de actuar e diversidade de sujeitos actuantes.

É óbvio que, do ponto de vista psicossociológico, a intervenção só tem interesse quando o sujeito actuante implica o ser humano, melhor dito, implica a decisão de actuar por parte de um ser humano. Daí o acrescentar a «qualquer interferência» o qualificativo de «voluntária».

No sentido geral da palavra, a intervenção pode ser voluntária ou não. Se é voluntária, o qualificativo chega para denunciar a implicação humana sem perturbar toda a sua possível ambiguidade. Se não, originária directamente no ser humano ou não, a intervenção fica carregada de uma soma de atributos tão diferentes que, parece-me a mim, não tem sentido englobá-la numa sistemática psicossociológica. Na perspectiva psicossociológica, o seu interesse passaria a ser a detecção do sujeito e dos efeitos e não do modo em si mesmo.

Por outro lado, essa «qualquer interferência voluntária» só importa se «pode afectar, global ou parcialmente, o outro, ou outros, seres humanos». *Afectar* sem nenhum significado valorativo inerente: apenas na realidade do seu sentido de poder transformar, possibilitar a transformação ou pressionar a transformação, mais ou menos par-

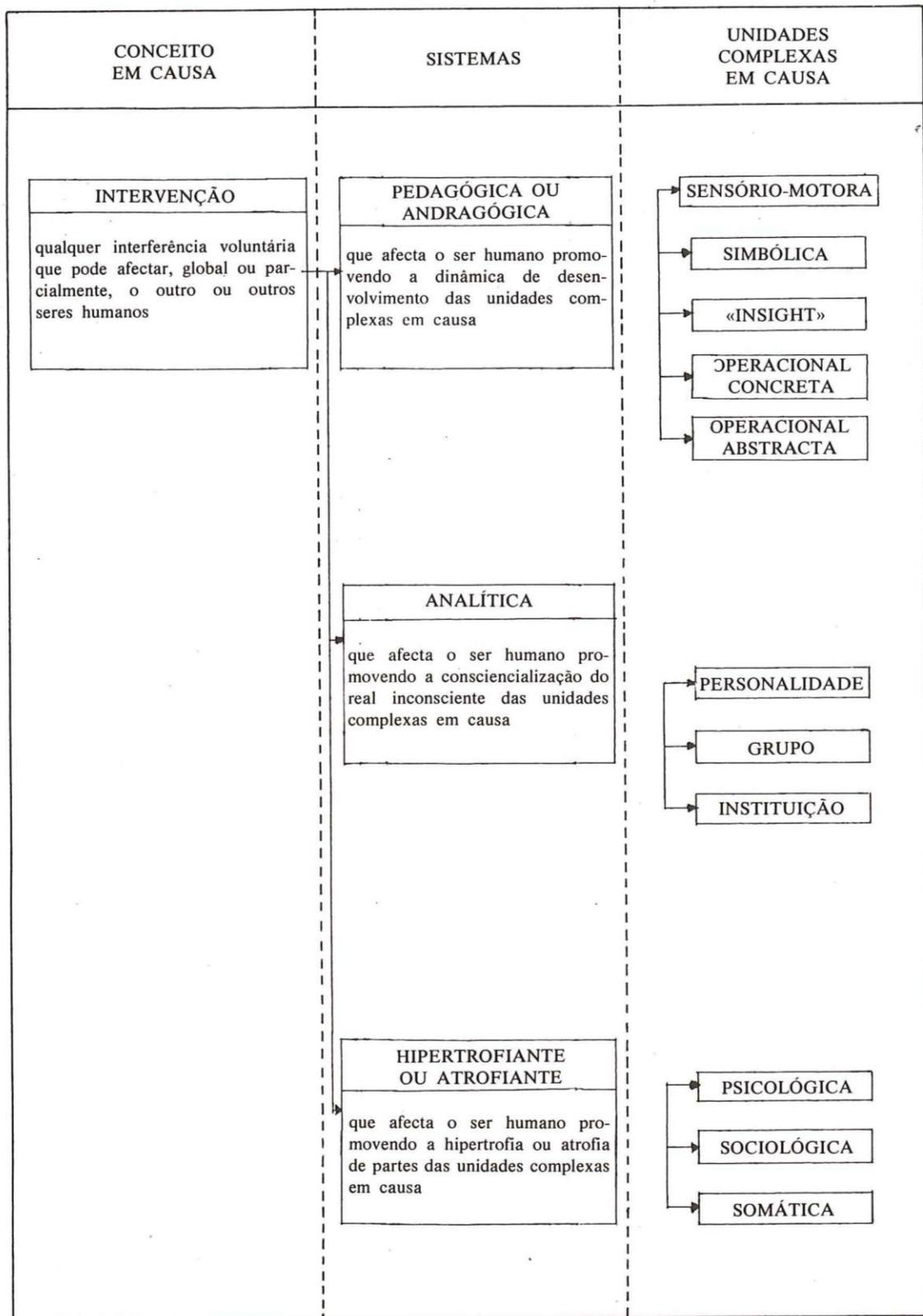
cialmente, inclusivé globalmente, de um ser humano ou dum conjunto feito de seres humanos.

Dentro desta perspectiva parece-me poderem encontrar-se três sistemas básicos de intervenção. O critério para a sua diferenciação está no objectivo com que *afecta* o «outro» ser humano, aquilo a que chamamos unidade complexa em causa. A voluntariedade da intervenção põe em causa uma (ou mais) unidade complexa humana que pretende afectar com determinado objectivo.

Qualquer sistema de intervenção pode ser utilizado para «bons» ou «maus» objectivos (isso serão juízos de valor), mas sempre para diferentes objectivos (esse o juízo da realidade que procuro utilizar).

Em concreto resumo no esquema que se segue os três diferentes sistemas de intervenção que considero, explicitando as unidades complexas em causa (possíveis de estar em causa) e exemplificando nos esquemas seguintes os métodos utilizáveis em cada sistema de intervenção.

Convém desde já sublinhar duas observações. Em primeiro lugar que os sistemas não são incompatíveis; apenas as diferentes consequências podem exigir uma remodelação equilibrante. Em segundo lugar que qualquer dos sistemas pode usar as diferentes ciências, ser utilizado pelas diferentes filiações científicas, mas a sua clarificação psicossociológica é fundamental.



SISTEMA PEDAGÓGICO OU ANDRAGÓGICO

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (Exemplos por ordem alfabética)

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> ● «Action Maze» ● «Brainstorming» ● «Buzzgroups» ● Classe aberta ● «Clínica» ● Colóquio ● Conferência ● «Critical incident process» ● Demonstração ● Discussão ● Estudo de modelos ● Forum ● Grupo de sensibilização ● «In-basket» ● «Incident process» | <ul style="list-style-type: none"> ● Instrução programada ● Jogos ● Lição ● Métodos dos casos ● Painel ● «Role playing» ● Seminário ● Sessões pergunta-resposta ● Simposium ● Simulações ● «Syllabus» ● Textos ● TWI ● Viagens ● «Workshop» |
|---|--|

SISTEMA ANALÍTICO

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (Exemplos por ordem alfabética)

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Análise institucional ● Análise organizacional ● Análise transaccional ● Anti-psiquiatria ● Bio-energia ● «Daytop» ● D. R. H. ● «Esalen» ● Esquizo-análise ● Grupanálise ● Grupo centrado num tema ● Grupo de encontro ● Grupo de trabalho ● Grupo terácico ● Grupo triádico | <ul style="list-style-type: none"> ● Laboratório organizacional ● Maratona ● Mini-sociedade ● Movimentos californianos ● Mudança social dialéctica ● Pedagogia institucional ● Psicodrama ● Psicoterapia institucional ● Socianálise ● Sociodrama ● Sócio-psicanálise ● «Synanon» <p style="text-align: center;">etc.</p> |
|--|---|

MÉTODOS UTILIZÁVEIS (Exemplos por ordem alfabética)

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ● Apostolado ● Cirurgia ● Electroterapia ● Farmacoterapia ● Fisioterapia | <ul style="list-style-type: none"> ● Hipnose ● Ludoterapia ● Musicoterapia ● Propaganda ● Radioterapia <p style="text-align: center;">etc.</p> |
|--|---|

A INTERVENÇÃO ANALÍTICA

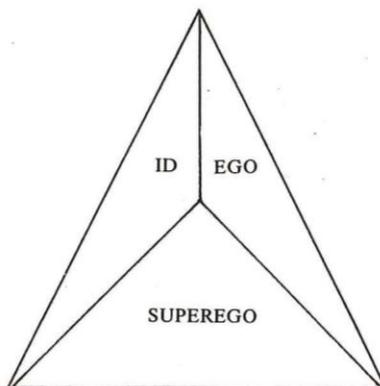
Indiscutivelmente que a intervenção analítica é aquela que, como utensílio, mais interessa à psicossociologia. A intervenção pedagógica e andragógica (utensílio da pedagogia) e a intervenção hipertrofiante e atrofiante (utensílio da psicologia, da sociologia e das medicinas) apenas indirectamente interessam à psicossociologia.

Daí que seja de particular interesse para a psicossociologia o estudo em pormenor das unidades complexas que o sistema analítico afecta: a personalidade, o grupo e a instituição. Aliás, esse estudo parece-me clarificar as razões que levam ser o grupo considerado como o objecto central da psicossociologia, como o afirmava atrás.

Como é natural, o dizer que o sistema analítico é «que mais interessa à psicossociologia como utensílio», não impede a existência de contributos psicossociológicos relativamente aos outros sistemas; da mesma maneira que a intervenção analítica utiliza contributos de outras ciências. O que é um facto psicossociológico é que, as unidades complexas em causa na intervenção analítica encontram no grupo a situação *praticamente possível* de serem afectadas em termos analíticos. Por outras palavras, a unidade complexa que é o grupo é uma realidade na sua própria complexidade e pode tornar a realidade a unidade complexa que é a personalidade ou a instituição.

A PERSONALIDADE

A personalidade, seguindo a linha freudiana, é uma unidade composta de três instâncias⁽¹⁾:



A realidade da personalidade verifica-se na sua situação de relação com o ambiente, com o exterior, com as outras pessoas. Ai, as suas três instâncias deixam de ser elementos abstractos passando a ser elementos reais no equilibrio das suas hipertrofias e atrofias.

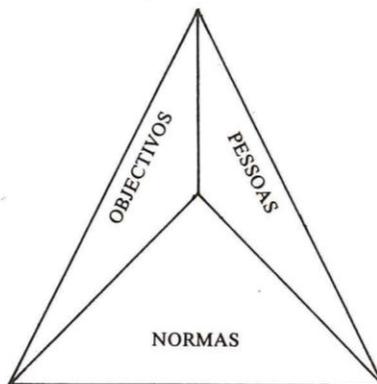
Isto é⁽¹⁾:

| HIPERTROFIAS | ← → | ATROFIAS | |
|-------------------------|----------|---|--|
| Personalidade hedonista | ID | <ul style="list-style-type: none"> { Neurose actual { Neurose defensiva | <ul style="list-style-type: none"> { Neurastenia { Neurose de angústia { Neurose orgânica { Neurose obsessiva { Histeria de conversão { Neurose fóbica |
| Personalidade narcísica | EGO | <ul style="list-style-type: none"> { Esquizofrenia { Paranóia { Psicose maníaco-depressiva | |
| Personalidade obsessiva | SUPEREGO | <ul style="list-style-type: none"> Preversão Delinquência Toxicomania | |

O sistema analítico de intervenção consiste basicamente no *afectar* o ser humano (a personalidade) promovendó a consciencialização do real inconsciente, isto é, das hipertrofias e atrofas das suas três instâncias; esse consciencializar possibilita a *re-construir* repetindo a estrutura ou à custa de novas atrofas e hipertrofias decididas e auto-realizadas.

A INSTITUIÇÃO

Procedendo a uma desmontagem semelhante, podemos dizer que a unidade complexa que é a instituição se compõe também de três instâncias. Melhor dito, a instituição é uma unidade composta de três instâncias:



Ora também a realidade da instituição se verifica na sua situação de relação com o ambiente, com o exterior, com as outras «pessoas» (incluindo também cada «pessoa» elemento da instituição que também é elemento exterior).

Igualmente, nessas circunstâncias, as suas três instâncias deixam de ser elementos abstractos passando a ser elementos reais no equilíbrio das suas hipertrofias e atrofas. Isto é:

| HIPERTROFIAS | ↔ | ATROFIAS | |
|-------------------------|------------|---------------|---|
| Instituição ansiogénica | Objectivos | Instabilidade | { qualitativa de produtividade desviada |
| Instituição carismática | Pessoas | Alienação | { agressiva depressiva projectada |
| Instituição burocrática | Normas | Insegurança | { coerciva prevertida fantasmática |

O sistema analítico de intervenção é, em relação à unidade complexa que é a instituição, semelhante, ao que é relativamente à unidade complexa que é a personalidade.

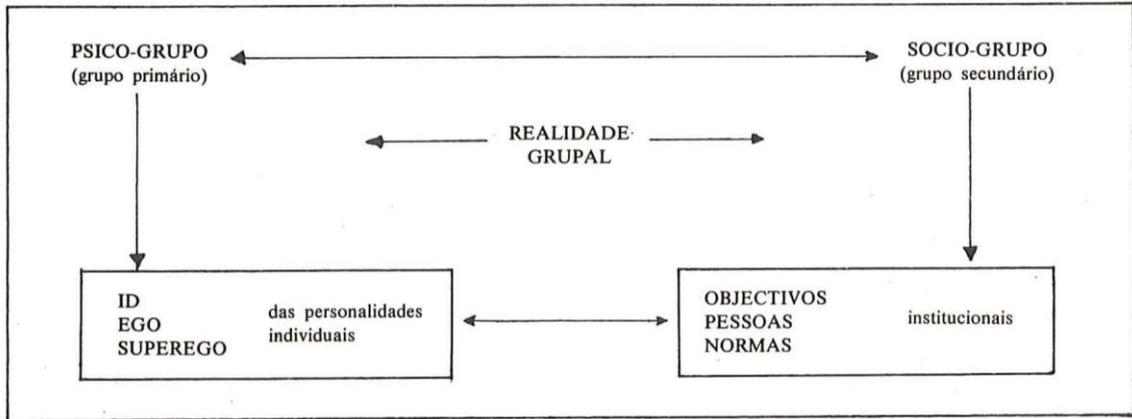
No entanto, quer em relação à personalidade como em relação à instituição, a intervenção analítica sofre duma dificuldade extremamente forte. Relativamente à personalidade, a sua realidade exige relação com o exterior; relativamente à instituição exige a consciencialização do exterior.

O GRUPO

Sem dúvida que a intervenção analítica na personalidade e na instituição pode ser feita em estado puro. É a psicanálise (onde o interventor procura manter o indivíduo só consigo mesmo mal consciente da presença daquele como exterior: grupo didáctico nominal); é a auto-análise organizacional (onde o interventor procura que a organização se analise a si mesma institucionalmente e procurando «ver-se» do exterior).

No entanto, a complexidade da unidade que é o grupo beneficia duma qualidade: a instabilidade do seu inconsciente; melhor, da variabilidade do seu inconsciente.

Isto é:



ÚLTIMO COMENTÁRIO

As instâncias do aparelho psíquico, como as instâncias do aparelho institucional têm características específicas comuns que as tornam difíceis de abordar pelos sistemas que não o analítico e que fazem com que o grupo seja a realidade ótima de expressão da realidade psíquica e institucional.

Em primeiro lugar essas instâncias são *autônomas*, isto é, funcionam de acordo com os seus próprios princípios que não têm nada a ver com os que regem as outras instâncias.

Em segundo lugar são *antagônicas*, isto é, não representam uma mera divisão mas uma distinção de intenções que

se recusam mutuamente.

Em terceiro lugar, são *interdependentes*, isto é, embora autônomas e antagônicas, o seu funcionamento exige as outras. A dissociação dessas instâncias é explosiva.

Sendo assim, a intervenção analítica torna-se tão importante como a pedagógica ou andragógica, como a hipertrofiante ou atrofiante. A questão básica que faz exigir uma clarificação da sistemática da intervenção está no facto da «descoberta» da intervenção analítica ter dado origem à confusão nas unidades complexas em causa na prática da intervenção e ao caos metodológico mais preocupado com o rigor litúrgico de que com o rigor conceptual.

A sistemática da intervenção é um tema psicossociológico a aprofundar.